

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

**HOMENS “AUTORES DE VIOLÊNCIA CONJUGAL”: MODERNIDADE E
TRADIÇÃO NA EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE REFLEXÃO**

CRISTIANE GOMES MARQUES

Rio de Janeiro

Abril de 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

HOMENS “AUTORES DE VIOLÊNCIA CONJUGAL”: MODERNIDADE E TRADIÇÃO NA
EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE REFLEXÃO

Cristiane Gomes Marques

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Bila Sorj

Coorientadora: Prof^ª. Dra. Aparecida Fonseca Moraes

Rio de Janeiro

Abril de 2007

**HOMENS “AUTORES DE VIOLÊNCIA CONJUGAL” : MODERNIDADE E TRADIÇÃO NA
EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE REFLEXÃO**

Cristiane Gomes Marques

Orientadora: Prof^a. Dra. Bila Sorj

Coorientadora: Prof^a. Dra. Aparecida Fonseca Moraes

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia , Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia)

Aprovada por:

Presidente, Prof^a. Dra. Bila Sorj (PPGSA/ IFCS)

Prof^a. Dra. Aparecida Fonseca Moraes (PPGSA/ IFCS)

Prof^a. Dra. Mirian Goldenberg (PPGSA/ IFCS)

Prof^a. Dra. Elaine Brandão (NESC/ UFRJ)

Rio de Janeiro

Abril de 2007

Aos meus pais, pelo apoio e incentivo ao longo desses anos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo apoio moral e financeiro ao longo desses anos de estudo longe de casa. Sempre estiveram presentes em minha vida, com todo carinho e amor. Obrigada pela compreensão e incentivo.

A toda a minha família, meus irmãos Cláudia e Rogério, meus cunhados Marcos e Gisele e minhas sobrinhas Beatriz e Giulia, por sempre estarem presentes em minha vida.

À professora Bila Sorj, minha orientadora desde a graduação, por toda paciência, ajuda e incentivo. A elaboração desta dissertação só foi possível através de suas idéias.

À professora Aparecida Fonseca Moraes também por suas idéias, sua dedicação, carinho, companheirismo e preocupação. Por sua confiança e incentivo.

Às professoras Mirian Goldenberg e Elaine Brandão, pelas idéias e sugestões que enriqueceram o meu trabalho.

Às facilitadoras do grupo de reflexão para homens autores de violência conjugal de São Gonçalo por terem me recebido tão bem. Sem vocês não seria possível realizar essa pesquisa.

À minha amiga Julieta Romeiro, em primeiro lugar por sua grande amizade e em segundo por ter sido uma grande companheira durante todo mestrado. Obrigada pela troca de idéias, pelas longas conversas e pelo incentivo nos momentos de desânimo.

Às meninas do NESEG pelas discussões e amizade ao longo desses anos.

Às funcionárias do PPGSA, Cláudia e Denise, por serem sempre tão solícitas.

À Camila, por ser a minha amiga e irmã, por ter feito a revisão do texto e por me ajudado com o resumo em inglês.

A todos os amigos que sempre me incentivaram e estiveram ao meu lado dividindo momentos de alegria, de descontração, de conquista, mas principalmente me apoiando nos momentos difíceis.

À CAPES, pela bolsa concedida durante o mestrado.

FICHA CATALOGRÁFICA

Marques, Cristiane Gomes.

Homens “autores de violência conjugal”: modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão/ Cristiane Gomes Marques. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2007. xi, f.108, 30 cm.

Orientador: Bila Sorj

Dissertação (mestrado)- UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2007.

Referências Bibliográficas: f. 98- 102

1.Violência conjugal. 2. Homens autores de violência. 3. Modernidade e tradição. 4. Grupos de reflexão. I. Sorj, Bila. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. III. Título.

RESUMO

HOMENS “AUTORES DE VIOLÊNCIA CONJUGAL”: MODERNIDADE E TRADIÇÃO NA EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE REFLEXÃO

Cristiane Gomes Marques

Orientadora: Prof^ª. Dra. Bila Sorj

Coorientadora: Prof^ª. Dra. Aparecida Fonseca Moraes

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia)

Esta pesquisa investiga um grupo de reflexão para homens “autores de violência conjugal”. Estes homens são encaminhados para o grupo pela justiça como uma medida alternativa à pena privativa de liberdade. O movimento feminista criou grupos de reflexão para conscientizar as mulheres a respeito da dominação masculina. Posteriormente, com o surgimento dos estudos e preocupações com os homens e as masculinidades, os homens criaram também grupos para pensar as transformações que estavam ocorrendo nos papéis masculinos. O avanço nos estudos e debates sobre a violência conjugal, possibilitou o questionamento da vitimização da mulher, que vigorava até então. Se antes só as mulheres eram foco das políticas públicas voltadas para o combate da violência conjugal, surge a preocupação de o que fazer com o homem agressor. Mudanças na justiça brasileira possibilitaram a inserção do grupo de reflexão para homens “autores de violência conjugal” como uma medida alternativa. Considero que a maioria dos participantes do grupo é das classes trabalhadoras, que tendem a possuir um universo moral distinto daquele pautado em um ideal moderno/igualitário e que possivelmente os conceitos que são operados no grupo de reflexão, têm como referencial, sobretudo, este ideal igualitário de família e conjugalidade. O objetivo da pesquisa é perceber, então, quais são os limites e possibilidades desta “proposta reflexiva”, já que os sujeitos envolvidos parecem possuir um universo moral e valorativo diverso do que vai ser tomado como a “base” para a “reflexão”. Muitas vezes o discurso e instituições sociais inspiradas no ideário individualista/feminista encontram limites e tensões quando em contato com a realidade local. O que pôde ser observado na pesquisa é que o grupo de reflexão para homens “autores de violência conjugal” acaba tendo conseqüências não intencionais, já que os participantes utilizam o espaço do grupo como uma forma de se solidarizarem e construírem uma identidade de “vítima” que os ajuda a negar ou minimizar os atos violentos contra as suas parceiras.

Palavras chaves: Violência conjugal, homens autores de violência, modernidade e tradição, grupos de reflexão.

Rio de Janeiro

Abril de 2007

ABSTRACT

MEN PARTNER VIOLENCE AUTHORS: MODERNITY AND TRADITION AT A REFLECTION GROUP EXPERIENCE

Cristiane Gomes Marques

Orientadora: Prof^ª. Dra. Bila Sorj

Coorientadora: Prof^ª. Dra. Aparecida Fonseca Moraes

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia)

This research analyzed a men reflection group for partner violence authors. These men are sent to the group by justice as an alternative act. The feminism movement created consciousness raising groups in order to women become aware regarding the masculine dominance. Later, with the emergence of studies and concerns about man and masculinities, men also created reflection groups to contemplate the transformations that were happening at men world. The progress in the studies and debates on partner violence, allowed the women victimization discuss, which rules until then. If before only women were the focus of public politics about partner violence end, now emerges a concern about what to do with the batter. Changes at Brazilian justice allowed the insertion of men partner violence authors reflection group as an alternative act. I think that most of the participants are from working class, with tend to have a distinct moral universe from the one based at a modern/equalitarian ideal and that the concept applied at the reflection group have as reference, above all, these family and partner equalitarian ideal. The focus of this research is to perceive which the limits are and possibilities of this “reflexive proposal”. The individuals involved seem to have a moral universe different from the one which will be the reflection foundation. Many times the speech and social institutions that are inspired by individualist/feminist ideals find limits and tensions when in contact with the local reality. What can be observed in this research is that reflection group for partner violence authors creates unexpected consequences, as the participants uses the group to make solidarity with each other and build a victim identity that help them to deny or minimize the violent act against their partners.

Keywords: partner violence, men violence authors, modernity and tradition, reflection groups.

Rio de Janeiro

April 2007

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - A PERSPECTIVA TEÓRICA	5
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	5
2. A NOÇÃO MODERNA DE PESSOA	7
2.1. <i>Individualismo e Psicologização</i>	9
2.2. <i>O feminismo e a construção da mulher enquanto indivíduo</i>	11
3. MODERNIDADE E TRADIÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	13
3.1. <i>Família</i>	15
3.2. <i>A noção de pessoa nas classes trabalhadoras urbanas</i>	18
3.3. <i>Conjugalidade</i>	21
CAPÍTULO II - MOVIMENTO FEMINISTA, GÊNERO E MASCULINIDADE	26
1. O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL	26
2. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PERSPECTIVAS CONCEITUAIS E TEÓRICAS	35
2.1.. <i>Os diferentes termos de categorização da violência contra a mulher</i>	37
3. A “CRISE DO MASCULINO” E A INSERÇÃO DOS HOMENS NOS ESTUDOS DE GÊNERO	41
3.1. <i>Os Grupos de Homens: identidades e papéis masculinos em pauta</i>	47
3.2. <i>Grupos de reflexão para homens autores de violência conjugal e sua ligação com a justiça do Estado do Rio de Janeiro</i>	50
3.3. <i>A Proposta dos Grupos de Reflexão para “Homens Autores de Violência Conjugal”</i>	53
CAPÍTULO III - GRUPO DE REFLEXÃO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONJUGAL	57

1. CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO GRUPO DE REFLEXÃO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DE SÃO GONÇALO	58
2. A METODOLOGIA DE TRABALHO DO GRUPO: DINÂMICAS DA PSICOLOGIA E O INDIVÍDUO MODERNO	60
2.1. <i>Construindo a confiança no “grupo”</i>	63
2.2. <i>Investindo na dimensão do indivíduo</i>	65
2.3. <i>Incentivando a agência e escolhas individuais</i>	66
2.4. <i>Abordando a violência</i>	69
3. AS PERCEPÇÕES DOS HOMENS “AUTORES DE VIOLÊNCIA CONJUGAL”	76
3.1. <i>O ato violento</i>	78
3.2. <i>As parceiras e os relacionamentos</i>	80
3.3. <i>A violência conjugal e sua hierarquização</i>	83
3.4. <i>A casa e a família</i>	86
3.5. <i>O encaminhamento para o “Grupo de reflexão para homens autores de violência conjugal”</i>	87
3.6. <i>A solidariedade entre os participantes</i>	91
3.7. <i>A construção da identidade de vítima entre os participantes do grupo de reflexão</i>	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
ANEXO 1 - A HISTÓRIA DOS HOMENS PARTICIPANTES DO GRUPO	103
ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA	108

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa discute o trabalho de um grupo de reflexão para “homens autores de violência conjugal” que são encaminhados pela justiça como forma de cumprir uma medida alternativa à pena privativa de liberdade. Levando em conta que os grupos de reflexão para homens se inserem em programas bastante recentes e polêmicos no Brasil, o tema do trabalho é a emergência de uma nova forma de pensar a violência conjugal e como isto se vincula com as possibilidades e limites da implantação e aplicabilidade, na sociedade brasileira, de um ideário liberal-individualista, especialmente nas classes trabalhadoras.

A violência conjugal ganhou foco no Brasil, a partir dos anos 70, através do movimento feminista e era a principal bandeira deste movimento. Além da militância, o tema passou também a ser abordado na academia, onde se tentava compreender este fenômeno. Inicialmente, a idéia da vitimização feminina que sugeria a dualidade homem algoz × mulher vítima era preponderante. A partir dos anos 80, esta idéia passou a ser questionada e emerge a possibilidade de se perceber este tipo de violência de outra forma, como um conflito interpessoal que minimiza a noção algoz × vítima.

Ao mesmo tempo, os debates e pesquisas sobre os homens e as masculinidades também se acirram e passam a refletir sobre o papel dos homens nestas relações violentas. De alguma maneira, estes homens poderiam ser também vítimas de um sistema sócio-cultural, que impõem a dominação masculina à qual estão presos sem se dar conta.

Neste contexto, crescem as dúvidas sobre o que fazer com os homens considerados violentos, se estes merecem ser punidos com pena de prisão ou se necessitam serem ajudados de alguma forma.

Este é o cenário de surgimento dos grupos de reflexão para “homens autores de violência conjugal”, que possuem suas raízes nos grupos de conscientização criados pelo

movimento feminista para as mulheres e que posteriormente passaram também a serem realizados por homens que buscavam pensar as masculinidades e as novas possibilidades de ser homens.

Aliado a isso, a criação dos Juizados Especiais Criminais (JECRIMs) em 1995 possibilitou a articulação destes grupos com a justiça. Os JECRIMs possuem uma política de despenalização, com o investimento em soluções conciliatórias e na possibilidade de aplicação antecipada de pena não-privativa de liberdade, além da disciplinarização de determinadas condutas e a resposta médica e terapêutica como forma de administração de conflitos. Estes juizados acabaram abarcando os casos de lesão corporal leve e ameaça, que são os crimes de maior ocorrência no âmbito doméstico e familiar.

O movimento feminista sempre focou seus estudos e militância na mulher, o que direcionava as políticas públicas somente para a proteção e recuperação das mulheres, com a construção de abrigos, centros de atendimento, programas comunitários, etc. Por isso, a criação de programas voltados para a “recuperação” de homens autores de violência foi bastante criticada por algumas feministas por acreditarem que este tipo de investimento significava um desvio de recursos do verdadeiro problema da violência conjugal, que eram as mulheres vitimadas.

A experiência dos grupos de reflexão para homens autores de violência ainda é muito recente, limitada e pouco explorada no Brasil. Deve-se considerar que esses grupos se inserem no contexto atual de transformações na justiça e também nas reflexões acerca dos conceitos de masculinidade e violência conjugal, alterando também o foco das políticas públicas nesta área.

A violência conjugal vem ganhando foco desde os anos 70, tanto no meio acadêmico, como em relação às políticas públicas para o seu combate. Porém, as pesquisas sobre os “homens autores de violência conjugal” ainda são escassas¹.

O grupo de reflexão para “homens autores de violência conjugal” pesquisado é o promovido pela Central de Penas e Medidas Alternativas do município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro. Foi realizada observação participante durante os encontros do grupo e também entrevistas com os homens participantes.

Considero que a metodologia utilizada no desenvolvimento do grupo possui forte influência dos preceitos da Psicologia e do movimento feminista, cujo surgimento está relacionado à noção moderna de Pessoa que vigora na sociedade ocidental, que é norteadada pela ideologia do individualismo e se difere das noções encontradas em sociedades mais holistas, tradicionais.

No Brasil, as classes trabalhadoras apresentam uma visão de mundo mais tradicional e hierárquica, a qual se contrapõe às camadas médias urbanas que possuem uma maior afinidade com o ideal individualista.

Desse modo, visto que a maioria dos participantes do grupo de reflexão pode ser considerada como pertencente às classes trabalhadoras e a metodologia do grupo se baseia em ideais modernos, a pesquisa se propõe a investigar quais são os limites da atuação deste grupo, uma vez que os referenciais e visões de mundo que serão abordados pela metodologia diferem daqueles dos homens participantes.

As propostas de cunho modernizador, de uma forma geral, se relacionam a uma configuração social e simbólica peculiar, que muitas vezes é distinta da ordem de significação da realidade das classes populares². Sorj e Moraes (2005) mostram que a agenda

¹ Grossi e Porto (2005)

² Brandão (1986)

feminista, por exemplo, por possuir aspiração universalizante, pode gerar tensões quando em contato com contextos sócio-culturais específicos. Os atores sociais muitas vezes promovem uma reelaboração desta agenda, que acaba se distanciando da intenção original.

No capítulo I, apresento a perspectiva teórica que servirá de eixo para a condução da pesquisa. O contexto de surgimento do indivíduo moderno e de ciências como a Psicologia e a Psicanálise só fazem sentido quando relacionadas à noção moderna de Pessoa. Da mesma forma, também o movimento feminista é uma vertente do processo de individualização moderno, já que busca a autonomia da mulher. Procuro mostrar também como a visão de mundo das classes trabalhadoras brasileiras pode ser diversa da de indivíduos mais individualizados, pertencentes às chamadas camadas médias urbanas.

No capítulo II, procuro mostrar a trajetória do movimento feminista no Brasil e como a noção de violência contra a mulher foi se modificando e ampliando de acordo com fatores históricos e políticos do país. Mostro também, como o surgimento dos estudos e preocupações com os homens e as masculinidades contribuíram para que os primeiros Grupos de Homens fossem formados.

No capítulo III, são apresentados os resultados da pesquisa de campo e das entrevistas, através da análise da metodologia utilizada no grupo de reflexão, como também das percepções dos homens sobre as suas parceiras e relações conjugais e sobre a sua participação no grupo.

CAPÍTULO I

A PERSPECTIVA TEÓRICA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Considerando que a maioria dos participantes dos grupos de reflexão para homens autores de violência é das classes trabalhadoras³, e que a existência e metodologia do grupo se fundamentam em ideais modernos, não se pode deixar de problematizar como se dá a percepção e recepção destes ideais por estes sujeitos, que possuem um universo moral voltado para valores mais tradicionais e hierarquizantes⁴.

A agenda feminista se inspira em valores individualistas, igualitários e universalizantes, o que pode gerar tensões quando em contato com contextos sócio-culturais específicos. Sorj e Moraes (2006), analisando as interações entre a agenda feminista no Brasil, e as práticas sociais correntes, reconheceram que o contexto histórico e social brasileiro opera um complexo processo de reelaboração do discurso e das instituições sociais inspiradas no ideário feminista, apesar de sua aspiração universalizante.

Através de dois exemplos – o primeiro relacionado às especificidades da forma de utilização do aparato policial das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) pelas vítimas de violência conjugal e o segundo relacionado à ocorrência de

³ As classes trabalhadoras foram definidas por Duarte (1986) como “grupos de nossas sociedades modernas que não só dependem exclusivamente de seu próprio trabalho para a reprodução social como expressam nessa condição (a de trabalhadores) sua marca precípua de auto-identificação positiva”. (p. 10) Considero que grande parte dos atendimentos do JECRIM (Juizado Especial Criminal) é constituída por sujeitos das classes trabalhadoras. Logo, os encaminhados para os grupos de reflexão também o são. Kant de Lima, Amorim e Burgos (2005), destacam a importância dos JECRIMs especialmente junto as camadas socialmente menos privilegiadas e antes sem acesso às instâncias oficiais de administração dos conflitos experimentados em suas vidas cotidianas, o que significou o alargamento do acesso da população à esfera institucional de administração de conflitos.

⁴ Ver Duarte (*Op. Cit.*) e Sarti (1994).

consequências inesperadas no atendimento de mulheres vítimas de violência sexual nos serviços de saúde criados recentemente para atendê-las – as autoras demonstram o surgimento de consequências não intencionais e até paradoxais da expansão dos Direitos Humanos e dos valores feministas.

Concluem, então, que os atores sociais locais, inseridos em contextos sócio-culturais específicos, muitas vezes se apropriam e transformam a agenda feminista, fazendo com que esta se distancie da intenção original. Esse processo não se configura em um jogo de aceitação ou rejeição de valores modernos pelos atores locais, mas sim em uma articulação tensa e até mesmo paradoxal entre as instituições baseadas nestes pressupostos modernos e as regras de sociabilidade locais.

A criação dos projetos voltados para homens autores de violência faz parte de um processo bastante amplo, relacionados aos Direitos Humanos e ao movimento feminista. Mas é preciso, sobretudo, analisar o seu impacto sobre contextos locais e pensar nas possíveis tensões e/ou articulações entre modernidade e tradição. Este trabalho se relaciona, assim, com uma questão mais ampla, que se refere às possibilidades e limites da implantação e aplicabilidade, na sociedade brasileira, do ideário liberal-individualista, especialmente nas classes trabalhadoras.

Como observou Brandão (1986), os impasses gerados pela permanência de práticas e condutas populares refratárias à “mudança social” são obstáculos à implantação dos princípios da modernidade. Em relação a sua experiência de trabalho nas DEAMs, a autora constatou que muitas vezes os instrumentos técnicos utilizados e a própria intervenção profissional das propostas com cunho modernizador estão atrelados a uma configuração social e simbólica peculiar e distinta da ordem de significação que as classes populares atribuem à sua realidade. Desse modo, a combinação entre os valores modernos e tradicionais no Brasil continua impondo limites às propostas de extensão da cidadania às classes trabalhadoras.

2. A NOÇÃO MODERNA DE PESSOA

Todas as sociedades humanas são constituídas por indivíduos, homens e mulheres reais, concretos, porém não é universal a concepção dos indivíduos como valor central da sociedade, enquanto totalidade autônoma. Tal ênfase no “valor-indivíduo” pertence a um universo cultural específico: a cultura ocidental moderna.

Dumont (2000) realizou um trabalho de relativização da concepção moderna de indivíduo. Suas pesquisas mostraram como o sistema de castas da Índia e o sistema ocidental moderno constituem configurações ideológicas bastante distintas.

O autor dá dois sentidos distintos para a palavra indivíduo:

“De um lado, o sujeito *empírico* que fala, pensa e quer, ou seja, a amostra individual da espécie humana, tal como a encontramos em todas as sociedades; do outro, o *ser-moral* independente, autônomo e, por conseguinte, essencialmente não social, portador dos nossos valores supremos, e que se encontra em primeiro lugar em nossa ideologia moderna do homem e da sociedade”.⁵

Uma sociedade é individualista quando o indivíduo constitui o valor⁶ supremo da sociedade e é holista quando o valor se encontra na sociedade como um todo. Sua análise baseia-se, assim, no par de oposição holismo × individualismo. As visões de mundo holistas são organizadas segundo o princípio da hierarquia, partem da totalidade para a demarcação das partes e corresponde à forma ideológica hegemônica nas sociedades tradicionais. Já na cultura ocidental moderna há a hegemonia de uma visão de mundo individualista, onde a parte prevalece sobre a totalidade, o indivíduo se apresenta como sujeito autônomo e instaurador.

Nas sociedades tradicionais, o valor e a referência principais se concentram na ordem, na hierarquia, na tradição, na orientação de cada ser humano particular para os fins prescritos

⁵ *Op. Cit.* p. 37.

⁶ Segundo Dumont (*ibidem*), o *valor* designa algo diferente do ser, algo que, distinto da verdade científica, que é universal, varia muito com o meio social e até no seio de uma sociedade dada, não só com as classes sociais, mas também com os diferentes setores de atividade e experiência.

pela sociedade, contribuindo para a ordem global, para a sociedade como um todo. O ideal parte da organização da sociedade relacionada a seus fins e não à felicidade individual. O homem é concebido como um ser social. Na sociedade moderna, individualista, a ênfase se concentra nos atributos, exigências e bem-estar de cada ser humano individual, não importando sua posição na sociedade. O ser humano é tido como homem indivisível ao mesmo tempo sujeito biológico e pensante. A idéia de indivíduo é o valor comum, respaldada pelos ideais de liberdade e igualdade.

Embora as sociedades tradicionais sejam caracterizadas pela hegemonia do holismo e da hierarquia e as sociedades modernas pela hegemonia do individualismo, é possível a existência de tensões internas dentro de uma mesma sociedade, decorrentes da dinâmica complexa do princípio da hierarquia em confronto com as tendências individualizantes. Assim, nas sociedades modernas, o princípio da hierarquia sofre contínua desqualificação e oposição, mas não se interrompe completamente. Ou seja, as sociedades modernas não podem ser linearmente descritas como “individualistas”, mas sim como referidas à “ideologia do individualismo”. (Duarte, 2003)

Nas sociedades holistas, a pessoa é socialmente qualificada e, ao contrário, nas sociedades modernas, o indivíduo é livre e igual. Da mesma forma os saberes modernos, as ciências, também se apresentam como livres e iguais, diferente dos saberes totalizantes representados, por exemplo, pelo pensamento religioso. Assim, a constituição das “ciências psicológicas” representaria o auge desta progressiva segmentação individualizante, um saber “autônomo” sobre sujeitos “autônomos”. (Figueira, 1985)

2.1. Individualismo e Psicologização

A difusão de uma visão de mundo psicologizante parece estar ligada à constituição e difusão da ideologia individualista. Para pensar o surgimento dos grupos de reflexão, que se baseiam, em grande parte, nos preceitos da Psicologia, é necessário refletir a respeito da emergência e difusão dos “saberes psicológicos” (Psiquiatria, Psicologia e Psicanálise) na sociedade moderna. A vida metropolitana, com sua heterogeneidade e variedade de experiências e costumes, contribui para a extrema fragmentação e diferenciação de papéis e domínios, dando um contorno particular à vida psicológica individual (Velho, 1994).

De uma maneira geral, pode-se associar a produção dos “saberes psicológicos” ao desenvolvimento e hegemonização do eixo ideológico central da cultura ocidental: o individualismo. Isso envolve não só uma ênfase no interesse individual sobre o coletivo, como também a emergência de uma visão de mundo associada à “modernidade”, enquanto momento específico de hegemonização política desta ideologia “moderna” ou “individualista”, através da implantação de instituições políticas comprometidas com os valores da “liberdade” e da “igualdade” ou enquanto espaço cultural global de sua afirmação, através da laicização e universalização sistemática do conhecimento e através da “singularização” e “interiorização” dos sujeitos (Duarte e Russo, 1997).

A noção de pessoa moderna enfatiza principalmente a autonomia do sujeito, o que direcionou a produção dos saberes ocidentais modernos, mais diretamente o desenvolvimento dos saberes “psicológicos”, ou seja, os saberes

“[...] justamente comprometidos com a conceitualização, descrição e explicação dos fenômenos característicos da interioridade moral da pessoa, a mente, as faculdades, a cognição, a emoção, os afetos, o psiquismo – seja que nome ou conceito se aplique enfim a essa dimensão da realidade humana. As qualidades, atributos e limites da autonomia serão exatamente as pedras de toque das dimensões conceituais que emprestam uma dinâmica complexa ao campo desses saberes, tanto no que concerne ao desencadeamento de suas perturbações, disfunções ou anomalias – e suas terapêuticas” (Duarte e Russo, 1997, p. 3).

Intimização, auto-exame e interiorização psicológica fazem parte de um mesmo processo de difusão do individualismo, que alcançou, principalmente, as camadas médias e altas da sociedade moderna.

Alguns autores como Velho⁷ e Salém (1989) apontam para a existência, no Brasil, de camadas médias intelectualizadas e “psicologizadas”. Ropa e Duarte (1985) também ressaltam o fato de a versão psicológico-psicanalítica ser mais facilmente absorvida pelas classes médias e altas por ser congruente com o modo de estes sujeitos pensarem a si mesmos: “uma versão individualizante absorvida por sujeitos individualizados”. Ou seja, há uma afinidade entre o modelo psicológico psicanalítico e a constituição do indivíduo, que é produto de um processo histórico de mecanismos que impõem uma concepção intimista e privatizada da subjetividade.

Figueira (1987) ao relatar a emergência do psicologismo no Brasil e sobretudo da psicanálise, ressalta que a modernização acelerada permite desalojar os sujeitos de identidades tradicionais, fazendo com que tenham possibilidades ilimitadas de auto-representação. O autor aponta para uma intensa e extensa difusão da psicanálise na mídia e no cotidiano a partir de 1970, quando começou a aparecer a psicanálise entre os ideais modernizadores do país. Todo ideal modernizador apresenta um discurso interpretativo que ataca e desfaz um determinado conjunto de posições e preconceitos considerados arcaicos. E a psicanálise passa a ser considerada como uma especialista neste tipo de desconstituição.

Assim, um dos aspectos da nossa “cultura psicanalítica”, é que parece haver em alguns setores da nossa classe média, um desejo generalizado de ter/ser um analista. A terapia se tornou fundamental para lidar com as complexidades da vida cotidiana. Emergem, desse modo, discursos que empurram em direção a ideais igualitários e individualistas ao mesmo tempo em que inibem as manifestações do pensamento hierárquico.

⁷ *Op. Cit.*

“No plano das operações discursivas associadas ao processo de modernização, a psicanálise difundida, ou psicologismo, ocupa um lugar especial. Além do seu papel múltiplo e crucial na orientação de pessoas afetadas pela modernização acelerada, a psicanálise, ao se disseminar, reforça a lógica do igualitarismo, da dissolução de fronteiras entre categorias dadas como intrinsecamente diferentes (por exemplo, homem/mulher) e a construção de fronteiras entre domínios e experiências considerados como distintos (por exemplo, sensibilidade pessoal/autoritarismo)”.⁸

Pode-se perceber, dessa maneira, a emergência de um processo de “psicologização”, ou seja, a transposição para diferentes planos do conhecimento generalizado, popular ou midiático de traços ou formas oriundas dos saberes psicológicos (Duarte, 1997).

Como destacou Figueira (1987), a nossa “cultura psicanalítica” deriva dos abalos gerados por nossa mudança social e pessoal. A velocidade com que o país se modernizou, leva à coexistência de antigos e novos ideais e identidades, provocando conflitos e contradições de papéis, em relação ao arcaico e ao moderno.

Figueira (1981, 1985) e Velho (1985) denominaram de “desmapeamento”, este processo de coexistência de mapas, ideais, identidades e normas contraditórias nos sujeitos. Em uma sociedade complexa moderna os mapas de orientação para a vida social são ambíguos, tortuosos e contraditórios. A construção da identidade e a elaboração de projetos individuais são feitos dentro de um contexto em que diferentes “mundos” ou esferas da vida social se interpenetram e muitas vezes entram em conflito. Uma das respostas para este “desmapeamento” é a procura de mapas através das psicoterapias e da própria psicanálise.

2.2. O feminismo e a construção da mulher enquanto indivíduo

Franchetto, Cavalcante e Heilborn (1981) mostram como o feminismo ajudou a construir a categoria mulher enquanto indivíduo, sujeito social. As autoras percebem o

⁸ Figueira (*Op. Cit.* p. 21).

feminismo como um desdobramento do individualismo. Embora se possa falar em diversos feminismos e grupos de mulheres, em diversos países, que atuam politicamente sob esta denominação, há entre eles um denominador comum: o questionamento da divisão tradicional dos papéis sociais entre homens e mulheres. O feminismo reivindica para as mulheres um espaço exclusivo da atuação política. As categorias de igualdade, opressão e poder só ganham sentido na medida em que são situadas no quadro da própria ideologia que as produziu historicamente, o feminismo como uma das formas tomadas pelo individualismo moderno. Assim, por referência ao ideário moderno e ocidental é que o feminismo faz sentido, o que pode gerar problemas para sua atuação no plano internacional.

As palavras de ordem propõem uma autonomia da sexualidade feminina, requerendo para as mulheres a mesma autonomia atribuída ao masculino. Reivindica-se direitos iguais, igualdade. Entretanto, o raciocínio da igualdade não é compartilhado por todos os grupos sociais. A noção de igualdade como valor faz parte do sistema de representações denominado individualismo. Seguindo algumas considerações de Dumont, as autoras explicam que desde o momento em que o individualismo se afirma como o corpo de representações dominantes, está em processo uma contínua e incessante fragmentação, autonomização de esferas. O feminismo expressa mais um desdobramento dessa ideologia individualista, investindo na destotalização da família sobre a mulher.

Sob o nome de revolução ou liberação sexual, que começa a surgir nos anos 60, presencia-se uma transformação que fez colidir os processos de autonomização da sexualidade e de nuclearização da família, explicitando-os como uma tensão. O movimento de liberação de mulheres é expressão desse conflito por postular a afirmação de uma sexualidade que se pretende regular a si própria fora das prescrições da família.

Mas a causa feminista não se restringe à reivindicação da autonomia da sexualidade feminina, através de sua luta política reivindica também a consolidação da cidadania das

mulheres. Esse contexto encaminha a uma individualização da mulher de certo modo similar à do sexo masculino, já constituída. O homem, enquanto gênero, por ter sua identidade referida ao domínio do trabalho, da política, do público, acabou se individualizando primeiro. A postulação da mulher enquanto indivíduo vem questionar o seu posicionamento exclusivo no domínio do privado, o fundamento da distinção de papéis sexuais, que a instituição familiar expressa na sua feição nuclear. “As mulheres em movimento requerem autonomia, realização enquanto indivíduos, fracionando a totalidade hierarquizada da família”⁹.

O feminismo tem se caracterizado desde o seu começo (segunda metade do século XIX e início do XX), pela tentativa de extensão às mulheres dos direitos reservados aos homens. A luta política das mulheres elege o indicador “direitos” como aquele através do qual se pode mensurar a igualdade entre os sexos. Assim, a emergência do feminismo serviu para afirmar a mulher como indivíduo e, portanto, o indivíduo como valor. “É sob sua inspiração que as mulheres se firmam como sujeito social”¹⁰.

3. MODERNIDADE E TRADIÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Antes de se começar a discutir modernidade e tradição, é preciso atentar para o fato de que numa sociedade complexa como a brasileira, fica evidente a existência de diferentes modelos culturais e visões de mundo altamente diferenciadas. Segundo Velho (1994), certamente existem modelos oficiais, sistemas de valores dominantes ou mais difundidos, mas não há um modelo exclusivo. No caso brasileiro, o modelo dominante é individualizante e se

⁹ *Ibidem*, p. 39.

¹⁰ *Ibidem* p.43.

sustenta e apóia através das instituições oficiais e agências legitimadas de conhecimento. O individualismo é a expressão clara, característica deste modelo dominante.

“O desenvolvimento de uma ideologia moderna individualista, em oposição ao holismo da sociedade tradicional, parece-me que deve ser visto, no caso da cultura brasileira, como uma tendência que é matizada em contextos diferenciados de região, grupo étnico, classe social e grupo de status. É um processo não-homogêneo e, em termos de biografias individuais e histórias de vida, há que se perceber a ambigüidade e oscilação entre os dois pólos que funcionam, em termos de representação, como balizas e marcos – mas que também não esgotam toda a riqueza das experiências vividas. O destaque do indivíduo como sujeito e unidade social significativa de quadros de sociabilidade mais amplos não deve ser visto como mecânico, linear e, jamais, me parece, como fenômeno acabado”.¹¹

Ainda segundo o autor, estamos lidando com um sistema que apresenta hierarquia e individualismo como ordens simbólicas alternativas, ora complementares, ora contraditórias. Por isso, as próprias noções de hierarquia e individualismo passam a ter conotação específica em cada situação.

No Brasil, as camadas médias urbanas se configuram por sujeitos sociais que portam mais diretamente o desafio ideológico do individualismo e de seu projeto igualitário. São eles também os que melhor teriam as condições práticas e econômicas de concretização deste ideal. Possuem uma moral liberal e vanguardista e que se exprime por meio de um ethos intelectual e psicanalisado (Velho¹²; Salem 1989). Diferente das classes trabalhadoras, que teriam uma moral menos individualizada e mais tradicional, hierárquica e holista, onde a família (o todo) teria precedência sobre as partes (o indivíduo) (Duarte, 1986 e Sarti, 1994).

Porém, como já foi ressaltado, estas são apenas tendências, referenciais, não significando que os indivíduos estejam totalmente ancorados a visões de mundo mais tradicionais ou modernas. Os indivíduos podem transitar por esses referenciais, acionando-os de diferentes maneiras dependendo do contexto.

“[...] hierarquia e igualdade ou tradição e modernidade, não são dimensões dicotômicas da realidade, nem se encontram em processo de evolução linear de um pólo a outro. Pelo contrário, a nossa identidade social e cultura política articulam e

¹¹ Velho (*Op. Cit.* p. 16).

¹² *Ibidem.*

transformam ambos os termos, produzindo uma modernidade peculiar que cabe desvendar”.¹³

3. 1. Família

Pode-se distinguir dois tipos de família: a “tradicional” ou “hierárquica” e a “igualitária”¹⁴. É preciso ressaltar que a discussão se embasa nesses dois tipos como “ideais” e não como “realidades” absolutas.

A família hierárquica é relativamente organizada, com papéis bem definidos. Homem e mulher se percebem como intrinsecamente diferentes. O poder do homem é superior ao da esposa, sendo esta superioridade fundada principalmente na importância moral que se dá ao trabalho fora de casa. Os papéis de homens e mulheres são diferentes e complementares. A relação dos pais com os filhos também é marcada pela ideia de “diferenças intrínsecas” e hierarquia, respaldada pelo respeito e autoridade. Assim, a identidade é posicional, todos são definidos a partir da sua posição, sexo e idade. Há hierarquia, desigualdade e diferença de privilégios entre os membros da família. Existem mecanismos dentro e fora dos sujeitos para tentar suprimir ou controlar o que se considera desvio de comportamento, pensamento ou desejo.

Na família igualitária, a divisão tradicional de papéis entre os sexos é questionada. A identidade é idiossincrática, homem e mulher se percebem como diferentes pessoal e idiossincriticamente, mas como iguais, porque indivíduos. As diferenças pessoais subordinam as diferenças sexuais, etárias e posicionais. A noção de desvio de comportamento, pensamento e desejo perde clareza e passa a ter lugar a pluralidade de escolhas, que só são limitadas pelo respeito à individualidade do outro. A sociabilidade é construída com base em

¹³ Sorj e Moraes (2006, p. 12)

¹⁴ Ver Figueira (1987) e Bruschini (1990)

critérios de escolha pessoal e de afinidade. Os indivíduos relativizam a importância dos vínculos de consangüinidade e os reinterpretem com base em noções de afeto e empatia. Predomina o diálogo mais franco e aberto entre as gerações.

A modernização da família brasileira ocorreu, sobretudo, no período posterior a 1950, bem como a sua nuclearização, centrada em torno de um projeto de ascensão social. A família hierarquicamente cede terreno para uma família igualitária, ao mesmo tempo em que se imputa maior valor à opção e à vida pessoal, ao privado e ao subjetivo, em oposição aos valores hierarquizados¹⁵.

Estas mudanças estão relacionadas, então, a um processo de nuclearização, privatização e, principalmente, à emergência de um ideal igualitário. É um processo complexo que resulta da modernização dos ideais e das identificações, da dissolução e da criação de categorias classificatórias, da pluralização das aparências e da psicologização dos discursos. Porém, é preciso ressaltar que não é um processo linear e seus resultantes são complexos. Muitas vezes o “moderno” coexiste, de maneira paradoxal, com o “arcaico”, sem necessariamente se suceder de uma forma evolutiva¹⁶.

Para Vaitsman (1994) estas mudanças não significaram a transição de um tipo tradicional de família ou casamento para outro moderno, mas ao invés disso, sinalizam o esgotamento do tipo moderno de casamento e família, que está vinculado à ruptura da dicotomia entre papéis públicos e privados atribuídos segundo o gênero e que produziu marcantes transformações na maneira como homens e mulheres passaram a construir suas identidades e a administrar suas relações de casamento e família.

A família conjugal moderna, por ter como um de seus princípios a livre escolha do cônjuge, também foi associada ao individualismo e às idéias de liberdade e igualitarismo.

¹⁵ Bruschini (*Op. Cit.*).

¹⁶ Figueira (*Op. Cit.*).

Porém, a autora entende por família conjugal moderna uma família hierárquica que se desenvolveu juntamente com os processos de modernização e industrialização: o grupo de parentesco formado a partir da união fundada na livre escolha e no amor – o casamento moderno – caracterizado pela divisão sexual do trabalho nas esferas públicas ou privada, atribuída segundo o gênero (o homem provedor financeiro, a mãe dona-de-casa e os filhos solteiros vivendo sob um mesmo teto). A família conjugal moderna se constitui, desse modo, não como um modelo igualitário, mas hierárquico e tornou-se o padrão dominante entre as classes médias dos grandes centros urbanos brasileiros até meados dos anos 60.

Com o aprofundamento da modernização, da industrialização e da urbanização, as mulheres redefiniram sua posição na sociedade e com isto abalou-se a dicotomia entre público e privado atribuída segundo o gênero. Ocorreu, então, um movimento não de modernização da família, mas sim de crise e transformação da típica família moderna, causados pelos conflitos entre os valores igualitários e as práticas hierárquicas presentes na sua estrutura. Ainda segundo a autora, as formas e conteúdos de casamento e família que vem se difundindo e ganhando legitimidade entre segmentos das classes médias urbanas apresentam uma tendência pós-moderna¹⁷, que se vincula a uma heterogeneidade, pluralidade, flexibilidade, instabilidade e incerteza que passaram a estar presentes nestas relações. Ou seja, o que caracteriza a família e o casamento numa situação pós-moderna é justamente a inexistência de um modelo dominante, seja em relação às práticas, seja enquanto um discurso normatizador das práticas.

Assim, uma questão estrutural na família contemporânea é o conflito entre a afirmação da individualidade, onde a tradição vem sendo abandonada, transformando a

¹⁷ Vaitsman (*Op. Cit.*) define o pós-moderno como total aceitação da efemeridade, da fragmentação, da descontinuidade e do caótico, da mistura de códigos e de mundos.

intimidade dos indivíduos (Giddens, 1993) e o respeito às obrigações e responsabilidades relacionadas aos laços familiares.

Segundo Sarti (1994), este conflito, ainda que exista na família pobre¹⁸, já que esta faz parte do mundo capitalista, moderno e individualizado, aparece pouco acentuado, uma vez que a família prevalece sobre o indivíduo, fazendo com que as relações familiares entre pobres tendam a seguir um padrão tradicional de autoridade e hierarquia.

3.2. A noção de pessoa nas classes trabalhadoras urbanas

Uma das questões centrais deste trabalho é pensar se existem tensões entre a visão da instituição que oferece o grupo de reflexão, que se pode afirmar que é pautada no conceito moderno de pessoa e conjugalidade e a de seus participantes (os homens autores de violência), que pertencem, em sua maioria, às classes trabalhadoras e apresentam uma visão mais tradicional dos referidos conceitos.

É preciso, então, refletir sobre a noção de “pessoa” ou de indivíduo nas classes trabalhadoras urbanas e como estas lidam com a ideologia moderna, com referenciais como a igualdade, liberdade e autonomia. Segundo Duarte (1986), as classes trabalhadoras possuem uma “posição diferencial” face ao modelo da Pessoa individualizada moderna. São portadoras de uma outra cultura, face à cultura dominante, porque parece se ordenar sobre valores e princípios próprios. Diferente da “cultura moderna”, que valoriza o indivíduo, a cultura das classes trabalhadoras privilegia a totalidade e a hierarquia.

¹⁸ Sarti define pobres como “destituídos dos instrumentos que conferem poder, riqueza e prestígio, bens supremos na sociedade capitalista”(Ibidem p. 3).

Propõe, assim, um não-individualismo dessa cultura, que pode ser entendido a partir da teoria da hierarquia de Dumont. O autor enfatiza um tipo de identidade ou totalidade superior às das unidades individuais, ordenada sobre valores relacionais e diferenciantes, que resultam em um ideal de reciprocidade e complementaridade.

Desse modo, é preciso considerar as condições e limites da aplicabilidade de um ideário liberal-individualista na sociedade brasileira, já que os segmentos portadores dos saberes biomédicos e eruditos, dominantes e oficiais, têm em sua origem um compromisso com as características da ideologia do individualismo, tais como o universalismo/racionalismo e o cientificismo/fisicalismo. Segundo Duarte (2003), as representações, práticas e instituições dependentes da ideologia do individualismo ocupam um espaço de oposição à forma integrada, relacional, holista, como são pensadas e experimentadas, por exemplo, as “doenças” (ou, como prefere o autor, as “perturbações físico-morais”) mesmo nos segmentos “individualizados”, quanto mais nos segmentos regidos por representações hierárquicas, relacionais de “pessoa”.

Duarte (1986) e Sarti (1994) apontam que as unidades de identidade fundamentais para esses grupos sociais tem sido identificadas, sobretudo, ao nível da família e da localidade. A honra ao mesmo tempo regula o comportamento e define a identidade do grupo.

Segundo Sarti¹⁹, a família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. A família constitui uma questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e serve de parâmetro moral para a sua explicação do mundo.

¹⁹ *Ibidem.*

Para a autora, a família pode ser entendida enquanto um tipo de relação onde as obrigações morais são a base fundamental. A família como ordem moral - fundada em um dar, receber e retribuir contínuos- torna-se uma referência simbólica fundamental, através da qual traduzem o mundo social, orientando e atribuindo significado a suas relações dentro e fora de casa.

A identidade masculina, na família e fora dela, associa-se diretamente ao valor do trabalho. O trabalho é muito mais do que o instrumento da sobrevivência material, mas constitui o substrato da identidade masculina, forjando um jeito de ser homem. É a condição de sua autonomia moral, ou seja, da afirmação positiva de si.

Através do trabalho os pobres constroem uma idéia de autonomia moral, atualizando valores masculinos como a disposição e a força (não só física, mas moral), que fazem do homem, homem.

“Ter a família como referência simbólica significa privilegiar a ordem moral sobre a ordem legal, a palavra empenhada sobre o contrato escrito, o costume sobre a lei, o código de honra sobre as exigências dos direitos universais de cidadania, julgando e avaliando o mundo social com base em critérios pessoais, de onde decorre a dificuldade de estabelecer critérios morais universalizantes”.²⁰

A afirmação da individualidade, que se dá através do trabalho, tanto para o homem como para a mulher (particularmente para a mãe solteira e a mulher abandonada), ocorre, dentro desta ordem social e moral, de tal forma que o indivíduo emerge, mas não “individualizado” e sim dependente da rede que o sustenta e legitima seu processo de individuação, o que se evidencia tanto nas relações entre iguais quanto entre desiguais. “O indivíduo se constitui, então, na mesma medida em que reafirma as hierarquias”²¹.

A noção de cultura mediterrânea também é fundamental para se compreender a organização de um modelo mais tradicional de sociedade. Ela remete a traços de organização

²⁰ Sarti (*Ibidem*, p. 199)

²¹ *Ibidem*, p. 203)

do parentesco e da moral que são comuns a certas regiões da Europa, como Espanha e Portugal, e também do norte da África, e que, através da colonização, foram fundamentais na formação de uma identidade da América Latina. Existe o ideal extremado de prestígio e poder masculinos, cujo exercício está centrado na moral e no controle femininos. Há uma oposição entre público e privado bastante acentuada. A mulher é associada ao privado e também a aspectos mágicos e profanos, sendo percebida, assim, como portadora de uma natureza negativa. Por isso, ela precisa ser controlada através de uma lógica de santificação, que implica no domínio de sua sexualidade. O complexo simbólico honra-vergonha tematiza o masculino e o feminino e se configura em um traço valorativo organizador da sociedade (Peristiany, 1971).

Nota-se uma desvalorização prática e simbólica da mulher. O núcleo da identidade masculina é o prestígio, evidenciado na noção de honra e que está relacionado à conduta moral da parente feminina. Os homens precisam a todo momento afirmar a sua virilidade, o que resulta em um sistema de relações com alto grau de tensão e violência (Aragão, 1983).

3.3. Conjugalidade

Estudos sobre as classes trabalhadoras enfatizam que oposições/dicotomias como masculino/público/funções instrumentais/razão e, por outro lado, feminino/privado/funções afetivas/emoção, são constitutivas do sistema ético desses segmentos no que diz respeito à relação entre gêneros (Duarte, 1986 e Salém, 1981). Existe, desse modo, a hegemonia de um “modelo hierárquico” de identidade sexual entre as classes baixas e nas áreas mais tradicionais brasileiras, o que contrasta com um outro modelo, que está presente entre as classes médias e altas das grandes cidades, o qual enfatiza uma busca por uma maior simetria

nas relações dos casais. O princípio da igualdade é expresso na ausência de uma imputação diferencial de valor ao feminino e ao masculino.

A questão da conjugalidade estaria estreitamente influenciada por essa visão de mundo holista nas classes trabalhadoras urbanas. A construção diferencial da pessoa acontece em múltiplas refrações e níveis a partir da família (“valor-família”), sendo o gênero um dos prismas principais. A oposição homem/mulher, expressa na oposição marido/mulher, é o eixo de articulação fundamental do “valor-família”. A relação de complementaridade hierárquica em que se encontram os dois termos desta oposição estrutura as múltiplas dimensões de vida desses segmentos sociais.

Duarte (1987) fala de uma subsunção fundamental do sexo à moralidade nesses segmentos sociais e do reconhecimento da legitimidade dessa subsunção, “que é o que na verdade distingue tal configuração da cultura dominante”. Assim, “vergonha, respeito e juízo são as medidas de avaliação das pessoas - avaliação de seu comprometimento maior ou menor de cumprir com as regras de uma reciprocidade social que é muito ampla, mas que encontra na relação homem/mulher seu palco fundamental, crítico, dramático – eventualmente trágico”²².

Segundo Sarti (1994), existe uma divisão complementar de autoridade entre o homem e a mulher enquanto casal, que corresponde à diferenciação entre casa e família. A casa é identificada com a mulher e a família com o homem. Casa e família, como homem e mulher, constituem um par complementar, mas hierárquico. A família compreende a casa, a casa está, portanto, contida na família. Os vínculos com a rede familiar mais ampla não se desfazem com o casamento. A família ultrapassa os limites da casa, envolvendo a rede de parentesco mais ampla.

²² *Ibidem* p. 220.

O homem é considerado chefe da família e a mulher chefe da casa. O homem corporifica a idéia de autoridade, enquanto mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. À mulher cabe outra importante dimensão da autoridade, manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar.

O casamento é o projeto inicial através do qual começa a se constituir família. É por intermédio do casamento que são formulados os projetos de melhorar de vida, nunca concebidos individualmente, mas em termos da complementaridade entre o homem e a mulher. Os projetos, onde a idéia de melhorar de vida está sempre presente, são formulados como projetos familiares. Melhorar de vida é ver a família progredir. O trabalho é concebido dentro desta lógica familiar, constituindo o instrumento que viabiliza o projeto familiar e não o individual, embora esta atividade seja realizada individualmente.

Desse modo, parece haver nas classes trabalhadoras uma forte demarcação dos papéis conjugais. A identidade masculina se constrói basicamente pelo cumprimento da “obrigação” com a reprodução do núcleo familiar. Já a identidade feminina está relacionada com o cuidado com a casa e com os filhos. O elemento homem/marido engloba hierarquicamente o elemento mulher/esposa, no sentido de que este se apresenta subordinado àquele, estando relacionados à mulher características como “interno”, “privado” e “natural”, em oposição à “exterioridade”, “público” e “social”, relacionadas aos homens. (Duarte, 1986)

Heilborn (2004) e Salém (1989) mostram como ao contrário das classes trabalhadoras, nas camadas médias urbanas existe uma maior vigência de valores igualitários. Há uma indistinção valorativa entre os gêneros e também entre as identidades sexuais. São sujeitos sociais que portam mais diretamente o desafio ideológico do individualismo e de sua ambição igualitária

O casal moderno, ou igualitário, encontrado nas camadas médias urbanas, que pode ser “designado como moderno nos termos dumontianos, se estrutura em função de um encontro psicológico singular, nomeado de amor, sendo-lhe estranha a idéia de transcendência e sujeição a regras sociais. Em consonância com o paradigma igualitário do individualismo, a ordenação interna do casal desconhece a diferença estatutária entre os gêneros”²³.

Ainda segundo a autora, o casal igualitário, ao enfatizar a simetria nas atribuições domésticas e no cuidado da relação e de seus humores, acaba adquirindo sentido aproximando o masculino da experiência feminina. Tal conjugalidade celebra uma feminilização da relação. A parceria marcada pelo ideal de simetria, manifestada pelo não-englobamento do feminino pelo masculino, acaba por tornar-se uma espécie de instituição feminina, se confrontada ao casal tradicional hierarquicamente constituído.

Salém (1989) também fala sobre uma “feminização do masculino” no casal igualitário. Há um esmaecimento valorativo das fronteiras entre o feminino e o masculino, que se anuncia também na maneira como ambos os gêneros lidam com os sentimentos. Essa “feminização do masculino” pode ser pensada considerando que o feminino está usualmente associado à emoção e à expressão da mesma. A externalização dos sentimentos por parte dos homens é legítima e parece constituir-se em um imperativo moral.

Ambas as autoras reconhecem como princípios e valores do “casal igualitário” – que apresenta uma moral que coincide com a de segmentos médios urbanos ditos modernos – a igualdade, o amor e a escolha.

As premissas centrais a que esta “modalidade ideal de relação conjugal” está ancorada se referem ao princípio da psicogenicidade, como também a uma aversão a englobamentos. Há uma maior valorização da segmentação e da privatização, o que implica no preceito de que os núcleos de procedência perdem sua força e importância em relação ao casal. “O laço conjugal

²³ (Heilborn, *Op. Cit.*, p. 73)

é entendido como suficientemente forte e auto-referido, a ponto de isolar a parceria no campo das relações familiares - o que, necessariamente, remete para a pressuposição de que ela deve estar dotada de uma identidade interna mais forte do que aquela que vincula cada um dos seus membros aos respectivos núcleos de origem”²⁴.

Desse modo, pode-se perceber que as classes trabalhadoras possuem um universo moral distinto daquele pautado em um ideal moderno/igualitário. Considerando que possivelmente os conceitos que serão operados nos grupos de reflexão, tenham como referencial, sobretudo, este ideal igualitário de família e conjugalidade, como será a percepção/aceitação dos homens participantes em relação a estes ideais? São dois universos distintos, que estão em contato, com uma proposta clara de “reflexão” acerca das práticas cotidianas destes sujeitos. É preciso analisar, então, quais são os limites e possibilidades desta “proposta reflexiva”, já que os sujeitos envolvidos parecem possuir um universo moral e valorativo diverso do que vai ser tomado como a “base” para a “reflexão”.

²⁴ (*Op. Cit.*, p. 28)

CAPÍTULO II

MOVIMENTO FEMINISTA, GÊNERO E MASCULINIDADE

Neste capítulo, discutirei como se deu a emergência do movimento feminista no Brasil, mostrando quais foram seus principais argumentos e bandeiras no país. Este movimento trouxe para o debate questões sobre as relações de gênero e principalmente sobre a subordinação e violência a que as mulheres sempre estiveram submetidas. Discutirei também, como essas idéias acabaram fazendo com que os homens também ganhassem foco nesse debate, o que acarretou nos estudos sobre a masculinidade.

1. O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

O feminismo diz respeito à mulher em geral, porém deve ser pensando em relação à mulher em contextos políticos, sociais e culturais específicos, o que conseqüentemente indica recortes e clivagens que dividem estruturalmente o mundo que se identifica como feminino. As mulheres não são uma categoria universal. Só podem ser pensadas dentro de seus padrões sócio-culturais. Portanto, a análise do feminismo deve levar em conta o contexto de sua asserção, que é o que lhe dá significado. O movimento feminista encontra e constitui o seu discurso não só se baseando a nível internacional, mas também em resposta à cultura política nacional (Sarti, 2004 e Machado, 1994). Do mesmo modo, Sorj (2002) destaca que é preciso

“reconhecer que o contexto histórico e social brasileiro opera um complexo processo de (re)elaboração do discurso e das ações feministas, apesar de sua aspiração universalizante”²⁵.

Gregori (1993) ressalta que definir o feminismo é difícil, visto que envolve muitas tendências, agrupamentos e diversidade de idéias. Assim, o feminismo não é uma entidade concreta, nem um movimento unificado.

“Grosso modo, pode-se dizer que ele corresponde à preocupação de eliminar as discriminações sociais, econômicas, políticas e culturais de que a mulher é vítima. Não seria equivocado afirmar que feminismo é um conjunto de noções que define a relação entre os sexos como uma relação de assimetria, construída social e culturalmente, e na qual o feminino é o lugar e o atributo da inferioridade. Dizer que o feminismo reclama igualdade já exclui algumas tendências – como, por exemplo, o grupo francês *Politique et Psychanalyse* – que advogam a idéia de que existe diferença entre os sexos e que ela deve ser mantida. Se não é uma questão de igualdade, trata-se sim de eliminar os dispositivos de poder e autoridade que imperam sobre a mulher. Todas as iniciativas políticas ou culturais, assim como todas as pessoas que defendem e acreditam nessa noção abrangente, podem, pois, ser consideradas feministas. Outra indagação revela a dificuldade de uma definição única: esses grupos fazem parte de um só movimento? Proliferam estudos em outros países e no Brasil que apresentam uma quantidade imensa de grupos com estratégias de ação diferentes e que atuam em momentos históricos diversos”²⁶.

O movimento feminista dos anos 60 e 70, chamado de a segunda onda do feminismo, se insere num contexto de expansão do individualismo de direitos. O feminismo surgiu e construiu suas idéias, práticas e instituições baseando-se na tradição ocidental de democracia liberal (Machado, 1998; Sorj, *Op. Cit.*). Porém, o processo de desenvolvimento político do Brasil não seguiu o mesmo caminho da democracia praticada nos países em desenvolvimento, principalmente no que diz respeito à garantia dos direitos civis e sociais. Desse modo, a realidade social e política brasileira impõe importantes desafios às práticas feministas no Brasil.

O debate sobre o direito ao aborto é um exemplo de como, no Brasil, o discurso feminista se difere do de países de tradição liberal e democrática. Nesses países, o discurso

²⁵ Sorj (*Op. Cit.* p.101).

²⁶ Gregori (*Op. Cit.* p. 15).

público sobre o aborto é acionado através dos direitos individuais das mulheres decidirem sobre seus corpos. No Brasil, essa formulação não é central na construção pública desse debate. A peça chave do discurso feminista a favor da legalização do aborto são os direitos sociais, que parecem traduzir melhor as necessidades da maioria das mulheres, mobilizar apoios e promover coalizões, do que o discurso que pensa o aborto como um exercício de soberania das mulheres sobre seus corpos. A reivindicação pelo aborto no Brasil está relacionada, principalmente, a argumentos de justiça social mais do que com os direitos individuais²⁷.

Desse modo, uma das singularidades do movimento feminista brasileiro é sua forte vinculação com a defesa pelos direitos das mulheres articulando-os com a questão dos direitos sociais, mais do que com a noção de liberdade ou libertação das mulheres, como aconteceu nos momentos iniciais do movimento feminista nos Estados Unidos e França. Nestes países, reivindicava-se o direito de escolha e de liberdade nos âmbitos amorosos, sexuais e domésticos, que deveriam se desdobrar na plenitude da liberdade e autonomia nas relações de trabalho e na esfera política.

O movimento feminista no Brasil enfatizou desde a sua origem, nos anos 70, a reivindicação pelos direitos das mulheres e sua luta pela abertura democrática (Machado, 2002; Sorj, *ibidem*). Embora o feminismo no Brasil fosse influenciado pelas experiências européias e norte-americanas, o seu início foi marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964. Uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada a organizações de influência marxista, comprometidas com a oposição à ditadura militar e envolvida com os movimentos pela democratização do país, o que trouxe ao movimento características próprias. Ao ampliar o espaço de atuação pública da mulher, esse movimento social diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver,

²⁷ Sorj (*Op. Cit.*).

causando impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, com repercussões em toda a sociedade brasileira. Na década de 70, o país passava por um processo de modernização, que propiciou a expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional, o que acabou gerando, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Esse processo foi acompanhado pela efervescência cultural de 1968, o que influenciou decisivamente o mundo privado, com novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e com o recurso às terapias psicológicas e à psicanálise. É neste contexto que a ONU declara oficialmente o ano de 1975 como o Ano Internacional da mulher, o que proporcionou visibilidade para o movimento feminista (Sarti, 2004).

O reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher como problema social, favoreceu a ampliação de um movimento social que ainda atuava na clandestinidade, o que abriu espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente.

No Brasil, o feminismo contou desde seu início com um grupo expressivo de acadêmicas, já que estas estavam numa posição privilegiada para receber, elaborar e disseminar as questões do feminismo, por causa de sua maior exposição a idéias que circulavam internacionalmente (Heilborn e Sorj, 1999). Assim, iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro, que se chamava “movimento de mulheres”, expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares, constituindo-se em um movimento interclasses²⁸. Desse modo, o envolvimento das feministas com os movimentos de democratização acabou estendendo a ação do movimento para além da classe média, ampliando sua agenda política, que focava, sobretudo, as desigualdades sociais, refletindo-se tanto nas ações políticas do movimento, quanto na sua produção acadêmica, que privilegiava

²⁸ Sarti (*Op. Cit.*).

temas como saúde, trabalho e violência, que eram demandas relacionadas às classes populares (Heilborn e Sorj, *ibidem*).

Com a consolidação do processo de abertura política no país em fins da década de 70 é que se abriu espaço tanto para a reivindicação no plano das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre o lugar social da mulher, desnaturalizando-o definitivamente através da consolidação da noção de gênero como referência para a análise.

A articulação do discurso feminista e de vários outros movimentos de mulheres encontrou seu referente empírico e expressivo na crítica à “violência contra a mulher”. Sem deixar de denunciar a violência do Estado, esses movimentos destacavam a violência de que eram objetos as mulheres, tanto em seus lares como em muitos outros espaços da sociedade. Focava-se o fato de ser uma violência invisível e insuficientemente reconhecida como crime, sobretudo pelos órgãos de justiça criminal (Suárez e Bandeira, 2002).

Nos Estados Unidos e na França uma das primeiras bandeiras do feminismo foi a liberdade sexual das mulheres, denunciando que o corpo e o sexo feminino eram controlados pelos homens. Já no Brasil, as palavras de ordem iniciais referentes à violência se deram em 1979, quando feministas foram às ruas para protestar contra assassinatos de mulheres cometidos por seus maridos, companheiros, namorados ou amantes. “Quem ama não mata” foi um dos primeiros slogans do movimento feminista e denunciava a absolvição dos assassinos sob alegação de legítima defesa da honra. A ênfase era muito mais na luta pelo direito à sobrevivência e impregnação dos valores misóginos e discriminatórios nas leis do código penal e civil do que na reivindicação pela liberdade sexual (Monteiro e Sorj, 1985; Grossi, 1994; Brandão, 1996; Machado, 2002 e Sorj e Moraes, 2006).

A idéia de denunciar a violência contra as mulheres, sua desproteção e a impunidade dos homicidas foi o que incentivou a criação de grupos feministas especializados nesta questão e que ofereciam serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência. Em 1980,

foram criados o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher em Belo Horizonte e os SOS Mulher de São Paulo e Porto Alegre. Posteriormente motivou também a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), que constituem a principal política pública de combate e prevenção à violência contra a mulher no Brasil.

A primeira DEAM foi criada em 1985 em São Paulo. A proposta inicial era que fosse um espaço onde as mulheres vítimas de violência se sentissem seguras para denunciar seus agressores, havendo então a averiguação do caso e a criminalização da violência conjugal. Porém, algumas pesquisas (Soares, 1996, Brandão, *Op. Cit.* e Machado, *Op. Cit.*), mostraram que o resultado obtido através do uso das DEAMs pelas mulheres foi inesperado, já que muitas mulheres procuravam as DEAMs para promover a mediação dos conflitos e renegociar a relação conjugal e não para criminalizar o parceiro, como esperado pelo movimento feminista.

Embora as DEAMs não tenham sido de todo bem sucedidas do ponto de vista de sua eficácia objetiva e da inspiração feminista, tiveram um importante impacto simbólico no reconhecimento dos direitos das mulheres (Suárez e Bandeira, 2002). Apesar de todos os problemas, é inegável a contribuição que as DEAMs deram para a visibilidade da violência conjugal, permitindo que esta “fosse despida do caráter pessoal e privado que as envolvia até então” (Izumino, 2004, p. 15).

Em 1995, a Lei 9.099 criou os Juizados Especiais Criminais e colocou em curso, segundo Grinover (1997), “um dos mais avançados programas de despenalização do mundo”, gerando mudanças doutrinárias no sistema penal, entre as quais a transformação de determinadas infrações penais em delito civil, a disciplinarização de determinadas condutas e a resposta médica e terapêutica como forma de administração de conflitos, além de alargar o acesso da população à esfera institucional de administração de conflitos (Kant de Lima, Amorim e Burgos, 2001).

Esta mesma lei passou a classificar os crimes com pena privativa de liberdade igual ou inferior a dois anos como de “menor potencial ofensivo”, dentre eles a lesão corporal leve e a ameaça, os dois crimes de maior ocorrência no âmbito doméstico e nas relações intrafamiliares. Para todos estes casos, estão previstas a solução conciliatória e a possibilidade de aplicação antecipada de pena não-privativa de liberdade.

Apesar dessa lei não ser uma legislação específica para a violência contra a mulher, sua definição legal acabou por abranger a quase totalidade dos casos que são registrados nas DEAMs, por abarcar os crimes de ameaça e lesão corporal leve, que são os de maior ocorrência no âmbito doméstico e familiar.

A aplicação dessa legislação aos casos de violência doméstica, entretanto, tem sido criticada por algumas feministas (Machado, *Ibidem*; Barsted, 2006), por acreditarem que o novo procedimento banaliza os casos de violência intrafamiliar ao classificá-los como crimes de “menor potencial ofensivo”, ignorando a especificidade e a habitualidade deste tipo de crime.

Grande parte das feministas luta pela punição legal da violência contra a mulher, o que vai de encontro com a concepção teórica do JECRIM, que acredita que a despenalização e a descriminalização são as soluções mais adequadas para a resolução dos conflitos de qualquer natureza.

Nos anos 90²⁹, conferências da ONU voltadas para questões sociais colocaram a cidadania e os direitos humanos das mulheres em pauta. A II Conferência Internacional de

²⁹ “A primeira Conferência Mundial da Mulher teve início em 1975, no México, seguindo-se a ela a II e III Conferências realizadas respectivamente em Copenhague, em 1980 e em Nairobi, em 1988, construindo um panorama variado do que seriam as discriminações sofridas pelas mulheres [...] Um outro instrumento significativo criado em 1979 após a Conferência do México, foi a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. No seu artigo 1º a CEDAW define como discriminação, “toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por abjeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo” (Vianna e Lacerda, 2004; p. 29).

Direitos Humanos realizada em Viena, em 1993, cristalizou o processo de multiplicação dos direitos humanos em corpos de regulação destinados a sujeitos específicos. Assim, o destaque foi dado “não aos indivíduos portadores de direito em geral, mas a sujeitos específicos – compreendidos como minoritários, seja pelo sexo ou pela idade, raça ou religião” (Vianna e Lacerda, 2004; p. 19). Desse modo, os “direitos humanos das mulheres” passam a merecer atenção específica. As formas de violência existentes no âmbito privado se tornam objeto de regulação e combate e as práticas culturais são percebidas como capazes de se antagonizarem ao corpo mais universal dos direitos³⁰.

Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, a vinculação entre população e desenvolvimento foi construída a partir da ênfase na demografia como questão central ao desenvolvimento econômico e social. “Embora as recomendações voltadas para o acesso a meios de planejamento familiar dirijam-se a homens e mulheres, o papel das últimas parece ser de especial importância nesse contexto, na medida em que o “empoderamento” das mulheres, inclusive no plano das políticas públicas, aparece como condição para a construção do desenvolvimento social”³¹. A reprodução (saúde reprodutiva e direitos reprodutivos)³² e a sexualidade passam a ser sedimentados na pauta dos direitos humanos.

A IV Conferência Mundial sobre a mulher, realizada em Pequim, em 1995, incorpora as discussões realizadas na Conferência do Cairo e define, de forma mais explícita, a relação

³⁰ “[...] Em relação às mulheres, o art. 38 destaca ‘a importância de se trabalhar no sentido de eliminar todas as formas de violência contra as mulheres na vida pública e privada, de eliminar todas as formas de assédio sexual, exploração e tráfico de mulheres, de eliminar preconceitos sexuais na administração da justiça e erradicar quaisquer conflitos que possam surgir entre os direitos das mulheres e as conseqüências nocivas de determinadas práticas tradicionais ou costumeiras, do preconceito cultural e do extremismo religioso [...]’”. (Vianna e Lacerda, 2004; p. 20).

³¹ (Vianna e Lacerda. *Op. Cit.* p. 26)

³² A saúde reprodutiva é “entendida como ‘um estado geral de bem-estar físico, mental e social em todos os aspectos relacionados ao sistema reprodutivo e às suas funções e processos’ e os direitos reprodutivos ligados ao direito de ‘decidir livre e responsavelmente o número de filhos, o espaçamento dos nascimentos e o momento de tê-los, a dispor da informação e dos meios necessários para isso’, sublinhando simultaneamente a capacidade de livre escolha dos sujeitos e a obrigação dos Estados em fornecer possibilidades para que essa escolha se realize” (*ibidem* p. 27).

entre direitos e sexualidade. “Sendo o foco da Conferência os direitos da mulher, o controle e a possibilidade de livre decisão sobre a sexualidade e a reprodução aparecem enfatizados, incluídos em uma preocupação mais ampla de combate à discriminação e à violência cometida contra mulheres e meninas”³³.

No plano regional, foi de grande importância também a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), em 1995, onde grande ênfase foi dada à questão da violência contra a mulher³⁴.

Portanto, a trajetória das regulações internacionais centradas nos direitos das mulheres seguiu um longo caminho, inicialmente começando com as preocupações em garantir direitos reprodutivos relativos à maternidade, direitos sexuais, direitos políticos e direito ao casamento não coagido e através da enumeração de constrangimentos, como o assédio sexual e a violência nas relações públicas e privadas, aos poucos foi sendo construído o que hoje se define como violência contra a mulher.

Desse modo, embasando-se nestas convenções, a concepção de violência contra a mulher passa a ser encarada como uma questão de direitos humanos e não mais apenas uma questão criminal. Além de toda a crítica que havia sobre a atuação do JECRIM e como ele banaliza a violência doméstica, o que foi concebido nestas convenções serviu de argumento para que as feministas pressionassem para a criação de uma nova lei. Em 2006, foi aprovada a Lei 11.340, Lei Maria da Penha, que prevê a criação de varas e juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher. A nova lei passa a especificar a violência doméstica e a categorizar esse crime como de potencial grave³⁵.

³³ *Ibidem* p. 28.

³⁴ A Convenção de Belém do Pará define como violência contra a mulher ‘qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado’ (Vianna e Lacerda, *Op. Cit.* p. 30).

³⁵ Para um maior entendimento e análise sobre a criação e aplicação da Lei Maria da Penha ver Romeiro (2007).

2. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PERSPECTIVAS CONCEITUAIS E TEÓRICAS

Nas últimas duas décadas tem-se assistido a um significativo aumento de contribuições dos estudos feministas. Os vários movimentos libertários dos anos 60, entre eles o feminismo, marcaram definitivamente a história do ocidente. Nos anos 80 e 90, foram inaugurados novos paradigmas, através da desconstrução de categorias ou conceitos. Esta mudança de paradigma afetou os debates sobre a violência de gênero (Gregori, 2003).

Antes dos anos 80, havia consenso entre os diferentes feminismos ao tratar da violência contra a mulher, que era tomada como fenômeno resultante do patriarcalismo³⁶. A violência conjugal até então significava a expressão radical da relação hierárquica entre os sexos no núcleo familiar. A mulher aparece como ser passivo, vitimado, não sendo constituinte de sua situação ou destino. A responsabilidade é atribuída a uma ordem normativa que hierarquiza papéis e padrões de comportamento para os sexos. Há sempre um agente que coage, reprime, agride e outro que é vitimado por essas ações. Assim, este tipo de abordagem feminista acaba tentando buscar uma explicação geral para este tipo de violência, como se todos os relacionamentos fossem “essencialmente” semelhantes e marcados por uma dualidade, o homem “agressor” e a mulher “vítima”, o que, segundo Gregori³⁷, acaba limitando a discussão sobre a violência a uma dualidade vítima × algoz, insuficiente em termos de análise. A autora ressalta que esta definição também é frágil do ponto de vista de sua eficácia política, pois, ao simplesmente vitimizar as mulheres, não permite que a elas sejam destinadas chances reais de emancipação³⁸.

O trabalho de Saffioti (1994), por exemplo, reflete a abordagem que vê no patriarcado a principal causa da violência contra a mulher. A autora atribui a violência doméstica ao sexo

³⁶ Gregori (*Op. Cit.*).

³⁷ *Ibidem.*

³⁸ *Ibidem.*

masculino e este seria o instrumento de controle social e de repressão através do qual se assegura a supremacia masculina na sociedade. A estrutura patriarcal permite a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens, que exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência.

A partir dos anos 80, aumentam os debates ou polêmicas em torno da vitimização da mulher. A abordagem vitimista é contestada, afirmando que o feminismo fica preso a recursos que buscam uma universalidade/generalidade de mulheres e de sua situação, o que não permite que tenha condições de lidar com a diferença, com a pluralidade. Assim, acaba não percebendo que os relacionamentos conjugais são uma parceria e que a violência pode ser também uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre parceiros. Cada relacionamento tem uma maneira própria de se constituir e se manter, cabendo muitas negociações, não podendo ser tudo considerado como violência. Desse modo, a violência conjugal passou a ser relacionada também, em muitos casos, à interação violenta, conflito interpessoal e não apenas a uma questão de hierarquia de gênero.

O trabalho de Gregori (1993) é uma referência nesse sentido. Ao estudar a noção de vitimização das mulheres, acabou possibilitando uma nova visão sobre a violência conjugal. Segundo a autora, as cenas de violência só podem ser compreendidas através de análises sistemáticas das relações em que elas ocorrem, nas quais, de alguma maneira, deve ser considerado o elemento da parceria. A relação homem-mulher é dinâmica, não sendo a mulher somente um ser passivo, podendo haver uma interação que contribui para manter esta relação violenta. Haveria um processo de “vitimização” no tratamento da violência conjugal, que é compartilhado pelas próprias mulheres agredidas. Por isso, para Gregori, em muitos casos a violência conjugal pode ser interpretada como resultante de conflitos na negociação das relações de gênero.

Contudo, essa nova visão sofreu muitas críticas, por induzir a pensar as mulheres vítimas como cúmplices de seus agressores. Saffioti (2001) critica o trabalho de Gregori por acreditar que ele toma como socialmente iguais categorias de sexo, cujas relações são atravessadas pelo poder e acaba condenando as mulheres à cumplicidade. Saffioti ressalta que esta tomada de posição foi uma reação à postura vitimista que vigorou por muito tempo. Apesar dessa autora não concordar com esta abordagem, ela afirma que teve o mérito de chamar a atenção para a necessidade de se pesquisar o equilíbrio, que não estaria nem no vitimismo e nem na condenação das mulheres como cúmplices.

“Atualmente, é possível avaliar como positivo o papel desempenhado por essas publicações, já que provocaram a emergência de outras posições, com maior capacidade de discriminar entre a passividade e as estratégias calculadamente utilizadas por mulheres vítimas de violência na relação com seus agressores”.³⁹

2.1.. Os diferentes termos de categorização da violência contra a mulher

Na década de 70, a denominação “estudos sobre a mulher” foi mais comumente utilizada para caracterizar essa nova área de estudos que surgia. A utilização do termo “mulher” pretendia chamar atenção para a situação das mulheres nas várias esferas da vida e denunciar a posição de subordinação a que estavam submetidas na sociedade brasileira. A partir dos anos 80, o termo “mulher” foi sendo substituído pelo termo gênero, que buscava rejeitar o determinismo biológico presente em termos como sexo ou diferença sexual (Heilborn e Sorj, 1999).

A utilização do termo “gênero” trouxe uma maior legitimidade aos estudos acadêmicos, com uma conotação mais neutra e objetiva, já que o termo “mulheres” era fortemente associado ao feminismo e à política (Scott, 1991; Heilborn e Sorj, *ibidem*).

³⁹ Saffioti (*Op. Cit.*, p. 9).

Os estudos de gênero refletem uma abordagem relacional, que foca não só as mulheres, mas as relações sociais nas quais homens e mulheres estão inseridos. O termo passa a sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação a respeito dos homens, que um implica no estudo do outro. O conceito de gênero se amplia e traz em sua definição um grande leque de possibilidades de análise a respeito da participação feminista na sociedade, inclusive em relação às situações de violência (Izumino, 2004).

O conceito de gênero é uma crítica ao universalismo da categoria mulher. Ele relativiza esse universalismo que o termo mulher possui, permitindo a existência de relações que podem ser alteradas de locais diferentes. Além disso, o termo gênero permite a inserção da categoria “masculino”, pautando-se na diferença entre homem e mulher. No conceito de gênero o *outro*, a percepção do *outro*, é fundamental.

Existe uma dificuldade de distinguir os vários termos utilizados para caracterizar a violência contra a mulher. Embora não sejam sinônimos, não é fácil definir, classificar e separar estas categorias, já que as diferentes perspectivas normalmente se confundem e se superpõem quando utilizadas por estudiosos e militantes (Soares, 1999). “As práticas de violência contra a mulher vêm sendo referidas por distintas categorias que ora desvendam, ora ocultam a participação da mulher nessas relações”⁴⁰. É importante destacar o fato de que na prática e na literatura militante os termos “violência contra a mulher”, “violência doméstica” e “violência familiar” se tornam intercambiáveis e acabam se confundindo⁴¹. Ao nomear as violências, o pensamento feminista procurou salientar a sua disseminação nos mais diversos espaços sociais e desfazer a sua invisibilidade (Suárez e Bandeira, 2002 e Moraes, 2006).

⁴⁰ Izumino (*Op. Cit.*).

⁴¹ Soares (*Op. Cit.*).

Grossi (1994) ressalta que a percepção social da violência não é única e nem universal. Ela mostra como a violência contra a mulher vai se construindo no país através de fatores históricos e políticos:

“O que hoje se considera no Brasil “violência contra a mulher” foi uma construção histórica do movimento feminista nos últimos quinze anos. Inicialmente, violência contra a mulher eram os homicídios de mulheres perpetrados por seus maridos, companheiros e amantes. Logo após, com a experiência dos SOS Mulher e posteriormente nas delegacias, esta violência se localiza nas situações de violência doméstica e/ou conjugal. É só nos anos 90 que a problemática passa a abranger outras violências como o assédio sexual, o abuso sexual infantil e as violências étnicas”.⁴²

Influenciados pela nova perspectiva de gênero, a maioria dos estudos sobre violência contra a mulher⁴³ no Brasil, passaram a utilizar a expressão “violência de gênero”, “que permite superar a discussão a respeito da vitimização feminina e as limitações colocadas pelas discussões a respeito do sistema de dominação-submissão”⁴⁴.

A utilização do termo “violência contra a mulher” pressupõe, de imediato, a condição da mulher como vítima e do homem como agressor. Durante muito tempo este termo foi utilizado com a finalidade de criar visibilidade para o fenômeno da violência contra a mulher. A idéia de vitimização e passividade, presentes no termo violência contra a mulher, foi um importante instrumento político para a sensibilização dos agentes do Estado para a causa feminina.

O termo “violência de gênero” ampliou o foco da discussão e, ao contrário do termo “violência contra a mulher”, não denota de imediato a mulher como vítima. Abre-se caminho para uma perspectiva relacional, considerando-se também o lugar do homem neste debate.

⁴² Grossi (*Op. Cit.* p. 483).

⁴³ Em 1993, a Assembléia Geral das Nações Unidas, definiu oficialmente a violência contra as mulheres como: “Qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual, psicológico ou sofrimento para a mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorra em público ou na vida privada”.

⁴⁴ Izumino (*Ibidem* p. 5).

Para Saffioti (2004), ‘violência de gênero’ pode ser definida como uma violência mais geral, que pode abranger a violência doméstica e a violência familiar. É mais comum que a violência de gênero seja praticada por um homem contra uma mulher, mas também pode ser praticada por um homem contra outro homem ou por uma mulher contra outra.

Os termos “violência doméstica” e “violência familiar” se referem ao espaço social onde ocorrem e ao tipo de relacionamento entre as pessoas envolvidas. Nestes casos, a violência pode ser multidirecionada, não sendo as mulheres suas únicas vítimas, todos os membros da família podem ser vítimas ou perpetradores⁴⁵.

“A violência familiar envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consangüinidade e a afinidade. Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais freqüente o primeiro caso. A violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a familiar. Atinge, porém, também pessoas que, não pertencendo à família, vivem parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregadas (os) e empregadas (os) domésticas (os)”.⁴⁶

O termo violência conjugal se refere à violência entre cônjuges, nas relações de casamento formal ou informal e namoro. Ao contrário do termo violência contra a mulher, não faz referência à vítima ou agressor, tanto homem quanto mulher podem ser vítimas ou agressores.

Desse modo, as expressões “violência contra a mulher”, “violência doméstica”, “violência familiar”, “violência conjugal” e “violência de gênero”, foram sendo construídas de acordo com a agenda feminista no Brasil e sempre foram utilizadas de maneira confusa, de difícil definição. Porém, é importante salientar que cada um desses termos possui um significado diferente e estão relacionados a espaços e relações sociais específicos. A cautela ao utilizá-los se deve, principalmente, ao fato de que cada um deles se refere a um tipo de relação, onde vítimas e agressores podem estar sendo ressaltados.

⁴⁵ Soares (*Op. Cit.*).

⁴⁶ Saffioti (*Op. Cit.*, p. 71).

Neste trabalho, preferi privilegiar o uso do termo “violência conjugal”, porque parece ser o mais informativo do tipo de relação que estou analisando, uma vez que os casos que vou examinar se restringem à violência entre cônjuges (conhecidos e mantendo algum tipo de conjugalidade). Apesar de os homens terem sido encaminhados para o grupo de reflexão porque as suas esposas ou namoradas os acusaram de terem praticado algum tipo de violência, não pretendo aqui analisar as relações em que estão ou estiveram envolvidos a partir do cenário de violência que deu origem ao encaminhamento para a justiça.

3. A “CRISE DO MASCULINO” E A INSERÇÃO DOS HOMENS NOS ESTUDOS DE GÊNERO

A adoção da categoria de gênero para analisar as relações que homens e mulheres estabelecem na sociedade moderna, implicou na introdução da problemática da masculinidade como um fenômeno a ser entendido e apreendido historicamente. O gênero é um conceito relacional, que remete a uma identidade por contraste, para se entender o feminino, é preciso também se entender o masculino.

A preocupação com a questão da masculinidade parece estar ligada à transição para a modernidade. A radicalização do individualismo acentua cada vez mais a fragmentação e o homem busca singularidade e diferenciação em um mundo cada vez mais pluralizado. “O indivíduo atual é sincrético, confuso e indefinido” (Nolasco, 1995, p. 16).

As identidades eram sustentadas por tradições socialmente justificadas e legitimadas. A modernidade rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só, sem a segurança oferecida em ambientes mais tradicionais. O eu é visto como um projeto reflexivo, pelo qual o indivíduo é responsável e deve tentar conectar mudança pessoal e

social. A auto-identidade passa a ser construída através de narrativas individuais (Giddens, 2002).

Todo esse processo gerado pela modernidade de construção da auto-identidade e também a ascensão dos ideais feministas fazem com que os padrões tradicionais passem a ser questionados, principalmente os padrões de comportamento e dentro deles o regime de gênero. As seguranças que a identidade masculina representava deixam de existir (Oliveira, 2004). A representação masculina legitimada até então - que estava associada a comportamentos de virilidade, posse, poder e atitudes agressivas - passa a ser relativizada, abrindo espaço para a possibilidade de representação do homem. O masculino deixa de ser encarado como único conceito norteador e gerador de influências para o comportamento dos indivíduos.

Nas décadas de 60/70, quando aconteceu a efervescência do movimento feminista, o multiculturalismo emergia e junto com ele as “políticas de identidade”, impulsionando os estudos de gênero que buscavam compreender a naturalização dos comportamentos e as desigualdades de poder entre homens e mulheres. Acentuam-se, então, as discussões acerca da masculinidade, que expressavam mudanças em relação à aceitação social do poder masculino dentro do regime de gênero presente nas sociedades contemporâneas.

O homem e a masculinidade têm sido tratados como modelo, padrão, ou seja, uma referência normativa. Como observou Kimmel (1992), durante séculos quase todos os livros publicados eram sobre homens. Inclusive hoje em dia, se um texto não tem a palavra *mulheres* no título, provavelmente trate acerca dos homens. Desse modo, os estudos científicos sempre tenderam a relacionar o conceito de homem ao genérico ser humano. O surgimento dos estudos sobre masculinidade significou começar a pensar os homens como atores sociais pertencentes a um dado gênero.

Machado (1994) aponta que do ponto de vista dos “movimentos feministas” a mulher era percebida como uma outra em relação a uma humanidade cuja definição fora apropriada pelo caráter masculino. O feminismo denunciou, desde o seu início, o acesso privilegiado do masculino à idéia do neutro.

Nolasco (1995) destaca que diante do processo de fragmentação social vivido pelas sociedades pós-industriais, o masculino deixa de agregar valor ao que o indivíduo experimenta. Alguns homens passam a recorrer ao campo de representação feminino para nomear vivências que valorizam no cotidiano. Passa a existir, desse modo, uma “autorização” para que o indivíduo possa distanciar-se de um determinismo naturalista, que define o que são comportamentos de homem e de mulher, tomando-se para si o que socialmente é atribuído ao outro sexo. É nesse sentido que o autor explica o surgimento de expressões como “homem-feminino” e “mulher-masculina”, que “são virtualidades que apontam mais para uma transição do que propriamente para uma nova representação dos indivíduos” (p. 16).

Junto com o feminismo dos anos 70, surgiu também o movimento gay, que introduziu no pensamento sobre gênero um questionamento além do essencialismo das categorias homem e mulher: o do essencialismo da heterossexualidade. Isso permitiu o aparecimento da noção de que existem várias masculinidades e várias feminilidades. Assim, nas sociedades modernas, as identidades de gênero e a sexualidade passam a ser, cada vez mais, algo que se escolhe, um aspecto da identidade pessoal, maleável e manipulável (Vale de Almeida, 1995). Os papéis sexuais deixam de ser tão claramente definidos e os homens perdem suas referências tradicionais de masculinidade. Surge, então, a idéia de uma suposta “crise do masculino” - os homens passam a se questionar e a se redefinir.

Além do feminismo e do movimento gay, que questionaram os arranjos de gênero, outros fatores, como o surgimento da AIDS, nos anos 80, estimularam as pesquisas e as discussões sobre a masculinidade nas últimas décadas. A epidemia propiciou debates sobre

temas que eram tratados como tabu até então como, por exemplo, a prática de relações extraconjugais homo-orientadas, onde maridos passaram a contrair a doença e contaminar as suas esposas⁴⁷.

Outro ponto importante para a discussão sobre masculinidade foi a emergência, nos anos 90, da idéia de um índice de fertilidade masculino para os estudos demográficos, pois até então o interesse recaía quase que exclusivamente no índice de fertilidade feminino. Esta inclusão fez com que algumas agências internacionais de financiamento à pesquisa se preocupassem com a masculinidade, o que foi importante fonte de estímulos e de recursos para as pesquisas sobre o tema⁴⁸.

Oliveira⁴⁹ destaca que o feminismo, o movimento gay, a AIDS e as pesquisas demográficas são marcos do interesse pela questão da masculinidade, mas não podem ser tomados de maneira absoluta. Esses fatores interagem ao lado de outros que também despertam interesses pela questão, como é o caso do crescimento da violência e criminalidade urbana etc. Deve-se considerar também, como já foi dito anteriormente, a discussão sobre as mudanças em curso no comportamento masculino tradicional e a grande influência da mídia e da indústria de consumo, que através de um enorme número de anúncios publicitários e reportagens, pretendem promover uma flexibilização dos modelos comportamentais da masculinidade tradicional, buscando, assim, integrar um grande número de homens ao mercado de consumo de cosméticos e dos produtos da indústria de fitness e da moda.

Para as pesquisas atuais (Badinter, 1993; Connel, 1995; Vale de Almeida, 1995; Kimmel, 1998) está claro que não há um modelo fixo de masculinidade, e sim diversas masculinidades, que variam de acordo com a cultura e com os períodos da história, produzindo as diferenças de gênero. Dentro de uma sociedade existe uma relação de

⁴⁷ Oliveira (*Op. Cit.*).

⁴⁸ *Ibidem.*

⁴⁹ *Ibidem.*

hierarquia entre as masculinidades, sendo uma dominante e outras subordinadas ou marginalizadas. Existe uma forma hegemônica de masculinidade, a mais honrosa e desejada. Porém, esta não é necessariamente a forma mais comum de masculinidade. Muitos homens vivem em estado de tensão ou distanciamento em relação ao padrão hegemônico de masculinidade de sua cultura ou comunidade.

Não existe somente uma masculinidade. Existem masculinidades hegemônicas e subalternas⁵⁰. O ideal hegemônico de masculinidade vai se estabelecendo por oposição a masculinidades que são problematizadas e desvalorizadas e todas elas são socialmente construídas. As masculinidades variam de acordo com a cultura, com a época, entre homens dentro de uma mesma cultura e variam no curso de uma vida. As masculinidades são construídas ao mesmo tempo em dois campos de relações de poder: nas relações de homens e mulheres e nas relações dos homens com outros homens.

O modelo de masculino não é universal. Da mesma forma que não é constante, é um conjunto de significados e comportamentos em permanente mudança. Por isso a utilização do termo masculinidade no plural, pois é preciso reconhecer que masculinidade significa diferentes grupos de homens em diferentes épocas. Porém, dentro de uma cultura, apenas uma masculinidade é sustentada como o modelo a partir do qual todos os homens se medem e se afirmam.

O homem está sempre sendo questionado e precisa provar que é “homem de verdade”, e a maneira que tem de demonstrar que a sua forma de masculinidade foi adquirida com sucesso é desvalorizando as outras formas, fazendo uma oposição entre o hegemônico e o subalterno, criando o “outro” (mulher, homem gay, homem negro, imigrantes, etc). A

⁵⁰ Connel (1995) e Kimmel (1998).

masculinidade hegemônica é invisível para aqueles que tentam obtê-la, porém ela é extremamente visível a estes “outros”, que são os mais afetados pela sua violência.

Segundo Ramos (2000), desde a década de 80 começou a surgir, no Brasil, uma discussão sobre uma suposta “crise masculina”, que se baseia nas mudanças nos papéis femininos e masculinos na sociedade contemporânea. Como foi dito por Badinter (1993), a masculinidade é algo que deve ser permanentemente conquistada pelos homens. E, para Ramos⁵¹, a identidade masculina está diretamente relacionada com a identidade sexual. Dessa maneira, é sobre o campo da sexualidade dos homens que recaem as maiores exigências e cobranças. Assim, ser homem significa não ser feminino, não ser dócil, dependente ou submisso, não ser passivo.

Para Ramos⁵², esta suposta afirmação de que há uma “crise do masculino” gerou uma discussão em torno de um “novo homem”, que estaria surgindo e que seria mais “sensível”, “vaidoso”, “feminino” e “frágil”. Porém, na realidade este homem não parece existir, é apenas uma tentativa de estabelecer um novo modelo de masculino que é uma resposta ao surgimento de uma “nova mulher”, que não é mais submissa. Segundo o autor, o que se vive hoje ainda é um processo de mudanças. Seria ingênuo pensar que as mentalidades se modificaram radicalmente, pois seria algo que levaria muito mais que algumas décadas. Realmente as relações entre os sexos tiveram mudanças, porém as representações de gênero se alteraram muito pouco.

Falar em crise de identidade masculina associada ao surgimento de um “novo homem”, parece que é tentar estabelecer um novo modelo hegemônico de masculino, porém como já foi dito por Kimmel (1998), há uma multiplicidade de modelos de como “ser

⁵¹ *Op. Cit.*

⁵² *Ibidem.*

homem”, o que se encaixa muito bem ao contexto da sociedade atual, onde os indivíduos são mais “plásticos” e “flexíveis”⁵³.

3.1. Os Grupos de Homens: identidades e papéis masculinos em pauta

Desde o seu início, o movimento feminista articulava crítica ao poder masculino sobre as mulheres. Uma estratégia adotada foi a crítica “em ação” centrada na reflexão sobre as experiências vividas, que era feita em grupos de reflexão de mulheres (Machado, 1994). A idéia era conscientizar as mulheres a respeito da dominação masculina.

Nos anos 70, em vários países do Ocidente, homens, de diferentes faixas etárias, também passaram a se organizar para formar grupos de reflexão sobre a condição masculina contemporânea. Os temas abordados eram, sobretudo, as razões do envolvimento dos homens em situações de violência, as transformações cotidianas nos vínculos entre pai e filho e a reavaliação sobre o modo como os homens se reconhecem no trabalho (Nolasco, 1995).

“Os grupos que discutem a condição masculina surgem para problematizar este ‘tornar-se homem’, bem como para apontar os impasses inerentes a esta condição. Esses grupos surgiram a partir da impossibilidade com que defrontam os homens de falar sobre sua singularidade e história pessoal, e são uma forma de representação de seu cotidiano”.⁵⁴

Nesta época, se intensificavam os debates sobre a “crise do masculino” ou da masculinidade e o surgimento de “novos papéis” para homens e mulheres. É importante destacar também, que os debates sobre gênero e masculinidade possibilitaram o aparecimento de uma nova perspectiva sobre a condição dos homens.

⁵³ Ramos (*Ibidem*)

⁵⁴ Nolasco (*Op. Cit.* p. 21)

Surge a visão de que não apenas as mulheres sofreriam a dominação masculina de gênero, os próprios homens também seriam vítimas dessa dominação. Nesta perspectiva, o homem passava de algoz à vítima, já que o exercício do poder lhe impunha obrigações e “sacrifícios”. Essa abordagem foi abraçada pelo *men’s movement*, que surgiu também nos anos 70, com a preocupação de conscientizar os homens em relação às normas sociais vigentes para a masculinidade e que, segundo este movimento, geram mal estar físico e psíquico para os homens. Ou seja, durante o processo de socialização, a maioria dos homens acabava sendo vítima das próprias expectativas criadas em torno do ideal social de masculinidade. A reivindicação era por uma maior flexibilidade para os comportamentos do gênero masculino.

As críticas a este modelo vitimário, é que ele induz a pensar que as estruturas psíquicas masculinas agiriam de forma independente da vontade dos próprios homens, como se a masculinidade tivesse domínio sobre eles e atuasse independente de sua vontade (Oliveira, 2004).

A análise vitimária recorre basicamente a argumentos voltados para a psicanálise, incluindo também o paradigma dos papéis que provém do funcionalismo⁵⁵. A psicanálise e as correntes da teoria psicológica possuem proximidade com os discursos da medicina, que buscam o diagnóstico de algum desequilíbrio, que para a medicina provém da esfera somática e para a psicanálise, da esfera psíquica. Seu objeto são pacientes, vistos como vítimas, que necessitam de diagnóstico e cura. Oliveira (*Op. Cit.*), destaca que:

“O ranço atávico do discurso médico nos discursos vitimários é incontestável, fruto da imbricação entre ciências “psi” e “medicina”. As teorias vitimárias reproduzem o tom de diagnóstico e da prescrição médica. Os homens são vistos como verdadeiro sexo frágil, com uma dinâmica de construção identitária dificultada por um modelo restritivo de desenvolvimento pessoal, responsável hoje pela crise da masculinidade. Têm menor expectativa de vida, são mais frequentemente vítimas de hiperatividade,

⁵⁵ Para o funcionalismo, existiam papéis sexuais complementares para homens e mulheres, cabendo portanto a cada gênero uma esfera de influência própria. No entanto, cabia ao homem a autoridade do papel de "representante" da família na esfera pública, e não se problematizava esta hierarquização.

dislexia, compõem 80% dos usuários de drogas e álcool etc. O receituário para essa efetiva inversão de algumas correntes do discurso feminista é a flexibilização dos papéis e o reconhecimento das necessidades masculinas, ou então a resignação frente à postergação de reivindicações de equidade nas relações de gênero, enquanto não se dissolvem as classes através de uma luta política que leve a profundas alterações nas macroestruturas e práticas econômicas de nossa sociedade” (p. 190).

Nolasco⁵⁶ destaca que o movimento feminista possui duas interpretações para o surgimento dos Grupos de Homens. A primeira reconhece as questões levantadas pelos homens e se limita a identificá-las como um dos efeitos provocados pelo feminismo. Ou seja, a reavaliação dos homens a respeito de seu papel social seria uma consequência do movimento de mulheres. Pode ser percebida como uma perspectiva causal em que a construção da representação de uma “nova mulher” implicaria necessariamente a de um “novo homem”. A segunda interpretação acredita que os homens estão se organizando para garantir soberania no jogo político em relação às mulheres.

O movimento feminista sempre centrou seus estudos na mulher e, em termos de violência, na sua vitimização, o que direcionava as políticas públicas somente para a proteção e recuperação das mulheres, com a construção de abrigos, centros de atendimento, programas comunitários, etc. Por conta de todos esses debates, recentemente os homens e as masculinidades também passaram a ser foco de atenção.

No Rio de Janeiro e em São Paulo, por exemplo, começaram a surgir alguns Grupos de Homens nos anos 80 e 90. Estes grupos eram formados, em sua maioria, por homens da classe média, que se reuniam espontaneamente com o objetivo de discutir este novo referencial masculino (Nascimento, 2001 e Marson 1990).

A partir de meados dos anos 90, o desenvolvimento de políticas, programas, projetos e ações envolvendo homens e relações de gênero vêm se tornando importante no continente latino-americano, especialmente no Brasil, México, Chile, Nicarágua, Argentina, Colômbia,

⁵⁶ *Ibidem.*

Peru, Honduras e Bolívia. Diversas conferências e seminários sobre este tema foram realizados nesses países (Acosta, Filho, Bronz, 2004)⁵⁷.

Assim, no Brasil, somente nessa época é que ganham espaço os trabalhos com Grupos de Homens como projetos sociais ou políticas públicas, focando assuntos como a saúde sexual e reprodutiva, violência, paternidade etc. Estes grupos buscavam compreender as identidades e necessidades masculinas, com o objetivo de desnaturalizar ou desconstruir alguns comportamentos.

3.2. Grupos de reflexão para “homens autores de violência conjugal” e sua ligação com a justiça do Estado do Rio de Janeiro⁵⁸

Bárbara Soares⁵⁹ relata como se deu a associação entre os grupos de reflexão para homens e a justiça do Estado do Rio de Janeiro. Em 1999, quando ela participava da equipe da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, teve contato com a equipe do Instituto Noos, que na época organizava um grupo de homens que discutia o processo de construção de identidades masculinas. Este Instituto trabalhava com grupos de reflexão sobre masculinidades e desejava desenvolver um projeto

⁵⁷ Seminário “Homens, sexualidade e reprodução”, São Paulo, Brasil, 1998; Conferência Regional “La Equidad de Género en América Latina y El Caribe: desafíos desde las identidades masculinas”, Santiago, Chile, 1998; Seminário “Respondendo a violência intrafamiliar e de gênero: reflexões e propostas de trabalho com o parceiro masculino”, Brasília, Brasil, 1999; “Simpósio 2001: violência de gênero, salud y derechos em las Américas”, Cancún, México, 2001; “Oficina de apoio psicossocial a vítimas de violência nos serviços de saúde”, Brasília, Brasil, 2001; “Conferência e oficina internacional: homens jovens como aliados na promoção da equidade de gênero”, Rio de Janeiro, Brasil, 2002; “Segundo Seminário Internacional Homens, Sexualidade e reprodução: tempos e vozes”, Recife, Brasil, 2003; “Seminário Internacional Homens pelo Fim da Violência contra a mulher: contribuições para políticas públicas”, Rio de Janeiro, Brasil, 2003 (Acosta, Filho, Bronz, *Op. Cit.*).

⁵⁸ Todas as informações contidas neste tópico foram retiradas da Apresentação escrita por Bárbara Musumeci Soares no livro *Conversas Homem a Homem: Grupo Noos*, 2004.

⁵⁹ Acosta, Filho, Bronz (*Op. Cit.*).

com homens autores de violência nas dependências da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

Segundo Bárbara Soares, a sua equipe acolheu a idéia do Instituto Noos, mas propôs que, em paralelo, fosse desenvolvido um outro programa, que se chamaria “Polícia Cidadã”. Como parte de um projeto que já vinham desenvolvendo em parceria com o Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, as equipes destas instituições se reuniram, durante um ano, com um grupo de policiais presos na 9º Batalhão de Polícia Militar, “conhecido, em todo o Rio de Janeiro, por sua tradicional brutalidade e pelo freqüente desrespeito aos direitos humanos” (p. 7). Segundo Bárbara Soares, os resultados do programa foram surpreendentes:

“Fiquei entusiasmada com o que vi. Em pouco tempo, alguma mudança profunda se havia processado nos corações e mentes daqueles homens embrutecidos pela vida e pela profissão e agora tocados por um novo sopro que eu não sabia, naquele momento, identificar exatamente de onde vinha. Como a maior parte dos homens, tradicionalmente adestrados para o exercício da objetividade e muito pouco afeitos à reflexão subjetiva, aqueles policiais pareciam ter descoberto outra arena de constituição de identidades. Segundo os coordenadores do projeto, as esposas agradeciam. Mesmo privadas do convívio diário com seus maridos encarcerados, já percebiam os sinais de transformação.

[...] O projeto “Polícia Cidadã” não consistia exatamente em prover atendimento psicológico individual aos agentes, mas oferecia-lhes a possibilidade de refletir coletivamente sobre suas experiências, sobre sua saúde, suas emoções e sobre outros temas frequentemente excluídos do repertório masculino (como a construção da identidade masculina, as relações de gênero, sexualidade, prevenção de DST/AIDS, paternidade, maternidade, família, espiritualidade etc.). Era uma oportunidade rara para a relativização dos valores e símbolos que associam a masculinidade à violência, à dominação e ao confronto, e interferia, direta e indiretamente, na conformação da auto-imagem e na elevação da auto-estima. Não se tratava de uma terapia, como faziam questão de afirmar os condutores do projeto, mas de um processo cujos efeitos eram frequentemente terapêuticos” (p. 8).

A idéia era estender a experiência-piloto desse projeto para outras unidades da Polícia Militar, o que acabou não acontecendo por falta de suporte financeiro. O projeto que pretendia atender homens nas DEAMs também acabou não acontecendo, porque percebeu-se que as DEAMs

“[...] não constituíam o ambiente adequado ao desenvolvimento de um trabalho dessa natureza. Em boa medida porque aquele era, ou deveria ser um espaço predominantemente feminino, onde as mulheres vitimadas deveriam sentir-se livres de todos os constrangimentos impostos pelos parceiros violentos. A presença dos

homens no local de atendimento às vítimas poderia sinalizar uma redução do espaço de poder que as DEAMs buscavam restituir às mulheres. Além disso, as DEAMs representavam, por sua natureza, a instância de criminalização da violência de gênero. Havia, portanto, esferas mais apropriadas ao empreendimento de um trabalho que não se confundia com a ação punitiva. Ainda não sabíamos qual seria esse espaço e como os movimentos de mulheres reagiriam à idéia de oferecer aos autores de violência um tratamento que não fosse exclusivamente penal. A mim, ela soava promissora. Já estava convencida de que a prisão dos agressores, salvo nos casos graves, era um recurso contraproducente para combater a violência doméstica. Já havia pesquisas internacionais indicando os limites e até os riscos, para a vítima, do encarceramento dos acusados, e qualquer um que conheça, minimamente o sistema penitenciário brasileiro sabe quão remota são as chances de recuperação dos criminosos ou contraventores submetidos ao regime de privação de liberdade. Na prisão, a violência tende apenas a recrudescer, alimentada pelos códigos masculinos de sobrevivência na selva humana e pelo fortalecimento dos símbolos da virilidade violenta. Não há como supor que a estada em uma penitenciária possa transformar um homem que controla, humilha e espanca sua mulher em um marido respeitador e cooperativo. Isso sem falar na irracionalidade dos recursos envolvidos na manutenção de prisioneiros que, de modo geral, não oferecem risco à população. Foi o que aprendi, acompanhando e aplaudindo os esforços pela adoção de penas alternativas no país” (p. 8).

O primeiro grupo reuniu um número modesto de participantes e era formado voluntariamente pelos parceiros das mulheres recebidas em um centro de atendimento, onde foi iniciada uma parceria experimental. O Instituto Noos desejava criar o Centro de Atendimento e Referência para Homens (CEARH). O objetivo era, de um lado, prevenir e reduzir a violência intrafamiliar e de gênero e, de outro, complementar, através dos grupos reflexivos, a aplicação de penas alternativas que seriam aplicadas aos homens autores de violência contra a mulher.

Bárbara Soares relata que estava convencida de que as multas que os homens denunciados recebiam como punição nos JECRIMs eram inócuas. A proposta era que as penas ou transações penais fossem convertidas em prestação de serviços comunitários associados à participação dos acusados nos grupos reflexivos para homens autores de violência.

Iniciou-se, assim, uma tentativa de persuadir promotores e juízes dos JECRIMs do Estado a substituírem “uma prática reconhecidamente ineficaz por uma nova medida, perfeitamente legal e que, na pior das hipóteses, seria tão inócua quanto a antecedente” (p.

10). Porém, segundo Bárbara Soares, as visitas produziram, inicialmente, muito mais resistência do que adesões.

“A despeito da pretendida agilidade e simplicidade processual, os JECRIMs já haviam adquirido o peso das grandes máquinas públicas e relutavam em assimilar qualquer novidade. [...] A cada nova visita, surpreendíamos-nos com o grau de desconhecimento dos magistrados sobre o tema da violência doméstica. Alguns deles compartilhavam os mesmos preconceitos manifestados pelos policiais, as mesmas idéias do senso comum, tão distantes da realidade vivenciada pelas vítimas e seus dependentes, em cujos destinos interferiam todos os dias” (p. 10).

Posteriormente, alguns juízes incorporaram as sugestões e avançaram na elaboração de novos projetos e propostas. Em 2000, a Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania foi extinta, a parceria entre o executivo e o judiciário não foi adiante e o projeto de criação do Centro de Atendimento e Referência para Homens acabou inviabilizado. Entretanto, o Instituto Noos deu continuidade ao trabalho com os JECRIMs. Hoje esse trabalho vem sendo desenvolvido no projeto SOS Mulher, do Hospital Pedro II, em parceria com o JECRIM do bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro e na Central de Penas e Medidas Alternativas do município de São Gonçalo.

3.3 A Proposta dos Grupos de Reflexão para “Homens Autores de Violência Conjugal”

A proposta dos grupos de reflexão é basicamente gerar novos comportamentos e novas relações entre homens e mulheres. Não é tratar psicologicamente os agressores, pois a patologização da violência poderia lhes dar a condição de doentes, o que retiraria a responsabilidade pelo comportamento violento, como descrito em um livro sobre a metodologia dos grupos organizado pelo Instituto Noos:

“...concebidos como espaços propícios à assunção de responsabilidades, à ampliação do autoconhecimento, à vocalização de experiências e valores associados à

subjetividade masculina, à expansão de horizontes, à transformação da auto-imagem e ao reenquadramento das perspectivas individuais. Em duas palavras, um processo de “reflexão responsabilizante”. Nem a medicação indulgente, nem o confronto inquisitório, mas uma oportunidade, para que os homens pudessem se comprometer em construir, com suas parcerias, presentes ou futuras, relações mais cooperativas e solidárias, a partir do reconhecimento da violência praticada”. (Acosta, Filho e Bronz, 2004, p. 7)

Ainda a respeito da metodologia dos grupos de reflexão, Carlos Zuma, coordenador do Instituto Noos, esclareceu em entrevista⁶⁰ que:

“...não é um tratamento, tem efeitos terapêuticos, mas não é terapia, porque a gente quer exatamente fugir da redução da explicação da violência para algo puramente psicológico, porque aí a gente tira a visão da complexidade e a gente perde muito em termos de conscientização da sociedade... Então, isso não é um tratamento, é uma reflexão sobre identidade masculina. No grupo a gente traz temas sobre masculinidade, de modo que os homens possam refletir sobre o quanto do seu comportamento reflete a idéia que ele construiu do que é ser homem, a gente quer quebrar essa masculinidade hegemônica e mostrar que existem tantas masculinidades quanto são os homens. Porque muito da violência está ligada a esta identidade de gênero”.

Para Nascimento (2001), os Grupos de Homens constituem um dispositivo para o “desaprendizado do silêncio”, que durante muito tempo envolveu a vida de grande parcela dos homens. Segundo o autor, existe um silêncio em torno do cotidiano da vida privada dos homens, especialmente nas camadas de média e baixa renda da população. Portanto, desaprender este silêncio significaria construir novos referenciais de conduta para os homens, produzindo novas formas de relação entre homens e mulheres.

Os programas voltados para os homens agressores ainda são muito poucos e recentes no país. Por isso, as pesquisas sobre este tema ainda são escassas, diferente do que ocorreu em países como os Estados Unidos, onde este tipo de programa surgiu já no final dos anos 70 e início dos 80, paralelamente à disseminação dos programas para o atendimento das mulheres vítimas de violência. Soares (1999) expõe a experiência norte-americana, relatando que à medida que o atendimento às mulheres ia sendo ampliado e sofisticado, as próprias ativistas do movimento contra a violência doméstica passaram a ter que enfrentar o problema

⁶⁰ Entrevista concedida em 21 de outubro de 2005.

de o que fazer com os homens. O objetivo das ativistas continuou sendo a proteção das mulheres, mas a recuperação dos agressores passou a ser vista como um componente importante de uma estratégia mais ampla de intervenção. Em pouco tempo já havia programas espalhados por todo o país, atendendo aos agressores que se apresentavam voluntariamente ou por ordem judicial. Segundo Soares:

“Os programas de controle da violência masculina podem variar na abordagem e na duração. Alguns deles seguem orientação estritamente pedagógica (anti-sexista), no estilo “conscientização”, ou discussão de temas com dinâmica de grupos de apoio. Outros se definem pela natureza terapêutica e podem obedecer ao estilo da terapia familiar, de casal, ou individual, assim como podem seguir inclinação behaviorista ou cognitivo/behaviorista (voltados, por exemplo, para a localização e superação de traumas passados). Há os que combinam as duas abordagens e os que adotam os modelos dos grupos de auto-ajuda. De um modo geral, os programas obedecem a uma diretriz comum, que poderia ser identificada como uma modalidade cognitivo-comportamental, orientada por princípio de gênero”. (*ibidem*, p.108)

A autora afirma também que o sucesso desses tratamentos é considerado muito duvidoso, embora alguns programas cheguem a divulgar taxas entre 60 e 80% de redução da violência praticada por seus clientes. A dificuldade em determinar sua eficácia é resultante do complicado processo de avaliação dos resultados, já que o acompanhamento a contento dos participantes, depois que deixam o grupo, se torna praticamente inviável.

A utilização da experiência norte-americana para a compreensão dos grupos de reflexão para homens no Brasil é limitada, pois os dois países apresentam contextos sócio-culturais bastante distintos. Por isso, uma investigação sobre o tema no contexto brasileiro se faz necessária.

As críticas ao aparecimento destes grupos foram grandes por parte de algumas feministas, que eram contrárias à idéia de oferecer qualquer atendimento aos autores de violência, por considerá-la um desvio do verdadeiro problema, que eram as mulheres vitimadas⁶¹. Pensava-se que focalizar os homens poderia diminuir sua responsabilidade à medida que se procuravam explicações psicológicas ou culturais para seus atos e que estes

⁶¹ Soares (*Op. Cit.*).

poderiam também passar a ser considerados vítimas, já que teriam sido condicionados culturalmente a serem violentos. Assim, os tratamentos para “recuperar” os agressores, mesmo tendo como objetivo principal a proteção das vítimas e a prevenção de futuras ameaças, introduziram uma ambigüidade nos papéis da vítima e do agressor, pois à medida que a violência masculina se desloca para o terreno psicológico ou mesmo quando é atribuída aos constrangimentos culturais e sociais, relativiza-se, também, a vitimização da mulher que é violentada, porque nesse processo culpa e vitimização deixam de ser condições excludentes.

A experiência dos grupos de reflexão para homens autores de violência ainda é muito recente, limitada e pouco explorada no Brasil. Deve-se considerar que esses grupos se inserem no contexto atual de transformações na justiça e também nas reflexões acerca dos conceitos de masculinidade e violência conjugal, o que acabou alterando também o foco das políticas públicas nesta área.

O movimento feminista trouxe mudanças significativas para a sociedade como um todo. Os padrões de comportamento e os papéis sexuais passaram a ser questionados e repensados. Posturas tradicionais, como a violência dos maridos contra as suas esposas, que até então eram toleradas de forma velada, ganharam visibilidade e passaram a ser alvo de pesquisas e de militância. Todas essas transformações fazem parte de um “projeto modernizador” que está em curso nas sociedades ocidentais e repercutem nos trabalhos acadêmicos e nas políticas públicas.

CAPÍTULO III

GRUPO DE REFLEXÃO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

Neste capítulo, procurarei descrever como é desenvolvida a metodologia do grupo de reflexão para homens, bem como a percepção que os homens têm da “violência conjugal” e da sua participação no grupo. Pretendo mostrar como a metodologia utilizada no grupo de reflexão pesquisado, que se orienta através dos preceitos da Psicologia, está focada em um ideal de indivíduo moderno, que deve fazer suas escolhas buscando a sua auto-realização e felicidade. Porém, “o indivíduo que se basta a si mesmo”, nos termos de Dumont (2000, p.40)⁶², nem sempre faz sentido para homens pertencentes às classes trabalhadoras brasileiras, que parecem possuir um universo valorativo menos individualizado e mais tradicional, onde a hierarquia e a família ainda possuem preponderância sobre o indivíduo. O contraste de valores presentes no grupo de reflexão acaba gerando alguns limites à sua atuação.

O grupo pesquisado é o da Central de Penas e Medidas Alternativas do Fórum da cidade de São Gonçalo. O trabalho de campo consistiu na observação das reuniões do grupo. Foram acompanhados doze encontros, de duas horas cada, uma vez por semana e foram realizadas entrevistas com quatro dos sete participantes do grupo.

Como foi destacado no capítulo anterior, os programas de controle da violência masculina podem variar bastante na abordagem de suas metodologias. Porém, de um modo geral, não se pode negar a influência do movimento feminista em sua orientação, em maior ou menor medida, através das questões de gênero.

⁶² Dumont (*Op. Cit.*) identificou dois tipos de sociedade, a moderna e a tradicional. A primeira estaria associada ao holismo e a segunda ao individualismo. As visões de mundo holista estão organizadas segundo o princípio da hierarquia e partem da totalidade para a demarcação das partes. No individualismo, a parte prevalece sobre a totalidade e o indivíduo constitui o valor central, se apresentado como sujeito autônomo e instaurador.

Grossi e Porto (2005) realizaram um detalhado levantamento de trabalhos acadêmicos produzidos no Brasil nos últimos 30 anos (1975-2005) sobre o tema das violências contra as mulheres. As autoras relataram que, embora os homens violentos sejam um tema emergente no debate sobre gênero e violência, poucos trabalhos relacionados a ele foram encontrados. Identificaram que os trabalhos que tiveram como objeto de estudo o agressor, se dividem entre aqueles que buscam traçar um perfil deste e suas relações com a mulher agredida e aqueles que trabalham com a questão da construção identitária das masculinidades.

1. CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO GRUPO DE REFLEXÃO PARA HOMENS “AUTORES DE VIOLÊNCIA CONJUGAL” DE SÃO GONÇALO

Em 1999, através de uma parceria do município de São Gonçalo com a Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o CEOM (Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel) – instituição governamental, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, passou a prestar atendimento a homens autores de violência contra a mulher, individualmente ou em grupos reflexivos de gênero, como uma medida alternativa para casos de violência. Em 2002, os grupos passaram a ser realizados pela Central de Penas e Medidas Alternativas do Fórum Municipal.

O grupo é constituído por duas “facilitadoras”⁶³ (uma psicóloga e uma assistente social) e pelos homens encaminhados pela justiça. As “facilitadoras” coordenam as

⁶³ O termo “facilitadora” é utilizado pelas próprias técnicas para definirem o seu papel no grupo. Esse termo parece sugerir que elas/técnicas pretendem “facilitar” as atividades do grupo como um todo, como também “facilitar” a ampliação do cenário de escolhas destes homens, bem como o seu acesso a atitudes mais racionais e reflexivas. O termo “faciliatadora”, ao invés de “coordenadora”, parece dar um sentido mais democrático, menos hierárquico para o grupo.

atividades e propõem dinâmicas que estimulam a reflexão sobre temas específicos, que são propostos por elas.

É preciso, primeiramente, compreender como esse homem autor de violência conjugal chega ao JECRIM e é encaminhado para o grupo de reflexão. Ao receber a queixa da mulher, a delegacia elabora um Termo Circunstanciado, que é formado pela declaração da vítima e o encaminha para o JECRIM, onde vítima e acusado são convocados para uma audiência de conciliação, que é conduzida por um conciliador, com a intenção de promover um acordo entre as partes, podendo também estabelecer a aplicação de medidas alternativas, que podem ser o encaminhamento para tratamento com fins terapêuticos, pagamento de multas, como a doação de cestas básicas para instituições de caridade ou a prestação de serviços comunitários.

Porém, a política do JECRIM de São Gonçalo é encaminhar todos os homens e mulheres envolvidos nos casos de violência conjugal para os grupos de reflexão de gênero. As mulheres, como vítimas, são convidadas a participar de um grupo de mulheres, não havendo obrigatoriedade. Tanto o acusado quanto a vítima devem concordar, na conciliação, com a participação do homem no grupo de reflexão como uma medida alternativa, caso contrário, se uma das partes não concordar, o caso é encaminhado ao juiz, que marcará uma nova audiência. O juiz também encaminhará o acusado para o grupo de reflexão, mas agora como uma pena alternativa, além de poder estabelecer outros tipos de punição.

As entrevistas realizadas com os participantes do grupo sugerem que existe uma pressão para que aceitem o que é proposto na conciliação, pois o conciliador ressalta que se não for aceito, a audiência com o juiz pode representar sanções maiores.

2. A METODOLOGIA DE TRABALHO DO GRUPO: DINÂMICAS DA PSICOLOGIA E O INDIVÍDUO MODERNO

Os encontros do grupo foram realizados em uma sala dentro do Fórum de São Gonçalo, às segundas-feiras, de 17:00 às 19:00 horas. A sala era pequena, com as cadeiras dispostas em círculo. No primeiro dia, as “facilitadoras” pediram para que todos os participantes se apresentassem e contassem o motivo de estarem ali. O grupo tinha sete participantes⁶⁴.

O primeiro passo na metodologia desenvolvida previa que os participantes escolhessem, em conjunto, um nome para o grupo a fim de estabelecerem regras de convivência que, posteriormente, foram escritas em um cartaz e coladas no mural da sala, permanecendo até o último encontro. O nome escolhido como o mais representativo das expectativas ali presentes foi o de “Grupo da paz”. Durante os encontros, as regras estabelecidas eram lembradas e quando as “facilitadoras” achavam necessário costumavam apontar para o mural, repetindo em voz alta quando estas não estavam sendo respeitadas. Abaixo, transcrevo o cartaz:

Regras – Grupo da Paz
1 – Respeito pela fala do outro/manter o sigilo
2 – Manter o grupo unido mesmo com as diferenças
3 – Saber ouvir
4 – Evitar falar de novela, futebol, política e religião
5 – Assiduidade/pontualidade (tolerância de 15 minutos de atraso)
6 – Não vir alcoolizado
7 – Pôr o celular no vibracall
8 – Não julgar o outro
9 – Pacto da não-violência
10 – Fazer intervalo para lanche

⁶⁴ De início, o grupo contava com nove participantes, mas apenas sete realmente ficaram até o final do grupo.

Os vínculos que as técnicas procuravam construir junto aos participantes sugeriam o investimento em um tipo de integração harmônica, desinteressada e, principalmente, distanciada de julgamentos sobre as suas condutas. Em várias situações os participantes manifestaram que se sentiam muito bem tratados. Elas, por sua vez, em nenhum momento fizeram menção ao fato deles estarem ali cumprindo uma pena da justiça. Procuravam esclarecer que não estavam ali para julgar e nem condenar ninguém, ou mesmo para tentar “corrigi-los”. Uma das “facilitadoras” explicou: “A proposta do trabalho não é mudar ninguém, mas ajudar vocês a refletir. Cada um tem seus problemas, sua forma de agir e de pensar e o nosso trabalho é ajudar vocês a refletir. A proposta não é que vocês sejam perfeitos, mas que consigam refletir sobre sua vida e olhar as coisas de outra forma”.

O investimento em uma integração harmônica, baseada em acordos e pouco afeita aos julgamentos, promovia a expansão de situações de contato que eram percebidas como positivas. Os participantes se animaram, por exemplo, com a idéia de um intervalo de quinze minutos para o lanche e ficou combinado que a cada dia uma pessoa diferente levaria os biscoitos que comporiam o cenário do lanche compartilhado, uma vez que a sala já possui cafeteira e pó de café. Depois que os encontros terminavam, os participantes demoravam a ir embora porque ficavam conversando entre si ou com as “facilitadoras”, que tinham que os apressar, dizendo que nesse horário não havia mais ninguém no prédio e que o vigia só nos esperava descer para ir embora⁶⁵. Nós éramos os últimos a sair do prédio.

No último dia de encontro foi realizada uma confraternização. O grupo se dividiu para trazer refrigerantes ou salgados. Somente quatro dos sete participantes compareceram e se mostraram tristes porque não poderiam se despedir dos colegas que faltaram. Durante a

⁶⁵ Um exemplo dos investimentos nos “acordos”, construídos a partir do grupo, apareceu também na disposição das “facilitadoras” para “tolerar” os atrasos. Foi definida uma tolerância de quinze minutos na hora de chegada porque alguns homens disseram que vinham de longe e que isso dificultava muito, outros diziam que era difícil sair do trabalho mais cedo para ir ao grupo etc.

confraternização, todos conversaram animadamente e diziam que iriam sentir falta do grupo e dos amigos que fizeram.

Todos tinham um grande interesse em saber quando começaria o grupo de mulheres e se as suas parceiras iriam participar. As técnicas explicaram que o grupo estava para começar, mas que a participação depende do acordo que foi feito durante a conciliação. Algumas mulheres se comprometem a participar e outras são apenas convidadas, não tendo a obrigação de aparecer. Eles teriam que ver a situação de cada uma. Como eles reclamaram, insatisfeitos, as “facilitadoras” precisaram, então, enfatizar que isso acontece porque perante a justiça elas são vítimas e eles os acusados. Eles reclamaram, acharam um absurdo que elas não fossem obrigadas a participar. Finalmente, quando o grupo das mulheres foi formado, eles pediram para que as técnicas mostrassem a lista com os nomes daquelas que estavam participando. Mas se decepcionaram ao ver que o nome das parceiras de nenhum deles estava na lista. Isso mostra o quanto esses homens relativizam/negam o lugar de acusado, o que será mostrado em outra seção deste capítulo.

O laço intragrupo também foi reforçado através de ações e serviços de assistência social. As técnicas pediram que os participantes as procurassem fora do horário do grupo se precisassem de algum tipo de instrução em relação à separação, problemas com a aposentadoria, seguro desemprego, guarda dos filhos etc.

No que diz respeito às dinâmicas que integram a metodologia do chamado grupo de reflexão, propriamente, a grande maioria se relaciona com o campo da psicologia, que pode ser definido como um horizonte de representações e de concepções culturais comuns, na medida em que se voltam para a determinação dos modos de existência, de funcionamento e de perturbação da psyche humana. Este campo está relacionado com os saberes “psicológicos”, que estão justamente comprometidos com a conceitualização, descrição e explicação dos fenômenos característicos da interioridade moral da pessoa, a mente, as

faculdades, a cognição, a emoção, os afetos, o psiquismo. Esses saberes especializados se desenvolveram na cultura ocidental moderna, envolvendo as disciplinas da Medicina Mental, da Psiquiatria, da Psicologia e da Psicanálise e foram institucionalmente elaborados e refinados em privilegiada interlocução com os grandes movimentos ideológicos do Ocidente e em especial com o individualismo, que é o eixo ideológico central desta cultura (Duarte e Russo, 1997).

As dinâmicas deste grupo de reflexão se referem basicamente a relaxamentos, atividades que visam aproximar e estabelecer confiança entre os participantes do grupo, o relato de histórias de vida ou vivências, exposição de idéias e sentimentos através de desenhos ou teatro, leitura e reflexão sobre textos. Ou seja, um conjunto de atividades que reforça o elo intragrupo e estimula o indivíduo a atitudes reflexivas, de auto-conhecimento e de encontro com o seu próprio “eu”.

A fim de ilustrar isso, classifiquei em dois grandes grupos e selecionei duas situações de dinâmicas que considero significativas: (a) aquelas que consolidam uma idéia de “grupo” entre esses homens: reforçam a aproximação entre os participantes e sublinham a união e confiança a ser compartilhada (são as atividades de “aproximação”, a “dinâmica do João Bobo” e a de composição do ‘corpo humano’); (b) aquelas que destacam a dimensão do indivíduo: abordam as suas histórias particulares de vida, estimulam as escolhas e o auto-conhecimento (são as que reconstituem a ‘linha da vida’, as ‘dinâmicas do espelho’, entre outras).

2.1. Construindo a confiança no “grupo”

A confiança no grupo foi sendo construída através de dinâmicas que focavam a aproximação e a união entre os participantes. Em uma situação observada, as “facilitadoras” pediram para que todos dessem as mãos e formassem uma roda. Pediram, então, para que cada um gravasse quem estava do seu lado direito e do seu lado esquerdo. Todos tinham que andar pela sala (embaralhando os lugares) e após um sinal dado por uma das técnicas tinham que, sem sair dos lugares onde estavam, dar as mãos para as mesmas pessoas do começo e tentar refazer a roda da maneira inicial.

Outro exemplo é a dinâmica chamada de “João Bobo”, onde os participantes do grupo formaram uma roda e um deles ficou no meio, como João Bobo e os que estavam na roda não podiam deixá-lo cair. O João Bobo tinha que ficar com os pés parados no chão e se jogando para frente e para trás, confiando que os que estavam na roda não o deixariam cair. Todos deviam se revezar para ser o João Bobo. Em outra dinâmica, as técnicas pediram para que todos ficassem de pé e fizessem um círculo. Tinham que passar a “batata quente” (uma garrafinha de água) pela roda e quando a música parava, também paravam de passar a garrafa. A pessoa que estava com a “batata quente” tinha que sortear um dos papéis que estavam com uma das técnicas. Estes papéis continham “prendas” que deveriam ser realizadas por essa pessoa. As “prendas” eram cantar uma música, dar três pulinhos, imitar um macaco ou contar uma piada.

Outra dinâmica que foi realizada no penúltimo encontro dividiu os participantes em três grupos. A “facilitadora” dividiu uma folha de papel pardo em três partes e deu um pedaço para cada grupo, que ficavam separados, para que um não visse o que o outro estava fazendo. Cada grupo ficou responsável por desenhar uma parte do corpo humano: cabeça, tronco e pernas. Segundo uma “facilitadora”, o objetivo era que os pedaços dos corpos

desenhados, quando colocados juntos, fossem proporcionais. Quanto mais proporcional ficasse o desenho, significaria que mais unido era o grupo. Segundo a avaliação da “facilitadora”, o desenho que fizeram ficou proporcional e então ela explicou que a importância dessa brincadeira era perceber como um grupo pode construir algo em conjunto. “Isso foi o que vocês construíram na unidade de grupo. E assim é na família, no trabalho, como nós podemos construir relações harmônicas. Não está perfeito, mas está harmônico”.

Normalmente eles reagem bem a este tipo de dinâmica, se mostrando participativos, achando graça, se divertindo, alguns apresentando timidez quando precisavam se expor.

A metodologia procura fortalecer os laços que unem o grupo, primeiro porque as suas histórias pessoais serão compartilhadas e a confiança precisa ser cultivada. Mas, como se verá nas seções seguintes, essa congregação acaba criando um campo de “identidade” comum que rejeita a categoria “autor de violência”. Ao contrário, os participantes se identificam através da ideia de que são “vítimas” de mulheres difíceis e de relacionamentos conflituosos.

2.2. Investindo na dimensão do indivíduo

A dimensão individual foi abordada através das histórias de vida, das experiências de cada um. Durante os encontros foram abordados temas diferentes, entre eles a infância, a adolescência e a maturidade. Nas dinâmicas com esta temática, cada um falava sobre as suas experiências. Normalmente essa atividade era iniciada por um relaxamento conduzido pelas “facilitadoras”, que incentivavam os participantes a lembrarem momentos de suas histórias de vida. O relaxamento era feito com as luzes apagadas, e a “facilitadora” pedia para que fechassem os olhos e respirassem de maneira marcada. Pedia por exemplo, para lembrarem da

infância (“desde a época em que estavam na barriga da mãe”), ou mesmo para se imaginarem caminhando por um lugar tranquilo, onde encontrariam portas e teriam que abri-las. Depois do relaxamento cada um deveria descrever o que “encontrou” atrás da sua porta. Ainda sobre a infância, foi pedido para que desenhassem algo que mais marcou a infância de cada um e tinham que explicar o desenho para o grupo. Os participantes não mostraram dificuldades para narrar as suas experiências, a maioria, inclusive, falava até precisar ser interrompido pela “facilitadora”, para que pudesse dar voz a outro participante.

Em outra dinâmica, uma das técnicas disse que eles iriam olhar para uma foto e que teriam que dizer uma palavra (o que sentiam em relação a essa foto). Ela chamou um por um na sala ao lado e lhes mostrou um espelho (ou seja, a foto, na verdade, era a sua própria imagem refletida). Depois, cada um teve que dizer ao grupo uma palavra sobre a imagem que viu.

Como se pode notar, a metodologia usada no grupo é bastante relacionada com a psicologia: resolução dos problemas via entendimento subjetivo, superação de traumas passados, fortalecimento da auto-estima etc. A todo momento, as “facilitadoras” (principalmente a psicóloga) orientam os participantes a fazer ligações entre suas histórias de vida, que passam a ser conhecidas pelo grupo, com os seus problemas do presente. Ainda estimulam para que eles compreendam esta ligação e tentem resolver seus problemas de forma racional, pela via da reflexão.

2.3. Incentivando a agência e escolhas individuais

Freqüentemente as técnicas dirigem aos participantes estímulos para que introduzam mudanças em suas vidas, para que se tornem sujeitos autônomos em suas escolhas e histórias pessoais.

O caso de Pablo⁶⁶, por exemplo, pode ilustrar essas idéias. Ele disse que se afastou das duas filhas depois da separação (que já tem 10 anos) e a “facilitadora” começou a analisar isso, fazendo uma ligação com a sua infância. Ele disse que sempre gostou de liberdade e que hoje percebe que isso atrapalhou todos os seus relacionamentos, principalmente o seu casamento. Destacou que desde criança sempre gostou de liberdade, de não ter que dar satisfação sobre a sua vida e que quando se casou, continuou reproduzindo isso. Disse que refletiu e que hoje reconhece que a traição da esposa também tem uma parcela de culpa dele, por todos estes motivos. Acabou perdendo contato, se afastando das filhas. Tem vontade de voltar a se aproximar, mas não sabe como. A “facilitadora” fez, então, uma ligação com a sua infância, dizendo que ele teve muita liberdade porque seu pai tinha falecido, não estava ali para reprimi-lo, mas que isso foi bom pra ele, porque ele nunca conseguiu lidar direito com a responsabilidade, que hoje ele busca, mas não sabe lidar com isso. E também que essa ausência dele como pai hoje está relacionada à ausência do seu pai em sua vida. Ficou incentivando para que voltasse a procurar as filhas (inclusive alguns dos participantes também). A “facilitadora” usou frases como “a gente pode tudo”, “só depende de você superar isso”, “cada um tem seu tempo, você tem que descobrir qual é o seu” etc, pra tentar combater a insegurança de Pablo em procurar as filhas.

⁶⁶ Os nomes dos participantes foram trocados para manter sua privacidade.

As “facilitadoras” incentivam para que os homens busquem a sua realização pessoal, a sua felicidade, mesmo que isso signifique a separação da esposa. Fica claro que o mais importante no desenvolvimento do grupo é o incentivo à realização de projetos pessoais, a possibilidade de realizar escolhas e a busca da auto-realização.

Pedro, falando sobre os problemas no seu casamento e mesmo insistindo que o seu sonho é permanecer com sua família unida, recebe conselhos para buscar a sua felicidade, sua “paz”.

Pedro: Eu investi muito nesse relacionamento. Meu sonho de consumo é sair domingo com os dois filhos dentro do carro, parar num shopping... Eu ainda tenho esse sonho, acho lindo. Eu a conheci, ela já tinha um filho. Isso ajudou...

“Facilitadora 2”⁶⁷: Mas você traía ela, como você disse, não é?

Pedro: Não vamos falar disso não...

“Facilitadora 2”:
Eu acho que você tinha seus casos, ela sabia e não te incomodava. Quando ela começou a incomodar, o caldo entornou.

Pedro: Não é isso não. Eu falei pra ela que nunca ia esquecer a menina do Rio (uma ex-namorada) e nem a menina do Rio ia me esquecer.

“Facilitadora 2”:
Por que vocês estão juntos?

Pedro: Até pouco tempo era legal. De uns dois anos pra cá que ficou assim. Só estou junto com ela porque acho que a minha filha ainda não tem idade (10 anos) pra agüentar uma separação.

“Facilitadora 1”:
Mas você acha que é melhor para a sua filha separar ou ficar assim do jeito que está?

Pedro: Não sei, pode ser que separar seja pior. (Tem dois anos que não tem relações sexuais com a mulher).

“Facilitadora 1”:
Sua filha está se estruturando agora, como você acha que sua filha está percebendo e absorvendo o que é uma relação homem/mulher? Tem certeza que vocês estão juntos por causa da sua filha? Você já fez essa pergunta pra você?

Pedro: Eu tenho medo dela sumir com a minha filha.

“Facilitadora 1”:
Pelo o que você conta pra gente, na sua casa tem muito sentimento negativo, estão todos sofrendo. Você pode estar acumulando sentimentos que não são bons pra você e para as pessoas que convivem com você. Segundo especialistas, quem sofre violência tem tendência a reproduzir violência na vida dela.

⁶⁷ Os nomes das “facilitadoras” não serão mencionados, sendo interessante destacar que a “facilitadora 1” é Psicóloga e a “facilitadora 2” é Assistente Social.

Pedro: Essa semana meus olhos encheram de lágrimas, de raiva, porque ela cortou meus cachos de banana do quintal. Foi uma maneira dela me atingir, já que a gente não se fala e por isso não briga mais. Ela fez isso porque não estou falando com ela. Se fosse há um tempo atrás, eu encheria ela de porrada.

“Facilitadora 1” : Por que você ainda está com ela? Isso faz mal pra você...

Pedro: Tem quatro meses que não falo com ela.

“Facilitadora 2” : É importante que você resgate seus momentos de alegria e paz, que você não tem mais.

“Facilitadora 2” : Você disse outro dia que sonha em ter uma família unida e feliz. Esta situação está impedindo isto e ainda pode deixá-lo doente, porque sentimentos negativos fazem mal.

2.4. Abordando a violência

A violência foi abordada através de temas como “possibilidades de enfrentamento da violência” e “a violência praticada por nós ou contra nós dentro de casa e como nos sentimos em relação a isso”. Foram ensinadas técnicas de auto-controle para evitar situações de conflito, como, por exemplo, respirar fundo antes de começar uma discussão ou mesmo sair de casa, dar uma volta na rua a fim de evitar uma briga. Este tema acabou sendo tratado como uma questão individual, relacionada com a personalidade de cada um e com sua capacidade para expressar um maior ou menor “auto-controle”. Os participantes contavam as suas experiências, as suas percepções e as “facilitadoras” e todos do grupo tentavam encontrar soluções para os problemas vivenciados.

A dinâmica relacionada com o “ciclo da violência doméstica” poderia indicar alguma influência do feminismo no trabalho desenvolvido pelas técnicas. Em geral essa dinâmica também faz parte da metodologia aplicada por feministas nos grupos de mulheres que enfrentam situações de violência⁶⁸. Nesta situação, as “facilitadoras” entregaram um papel

⁶⁸ Ver Soares, 1999.

para cada participante que explicava cada fase da violência doméstica. Cada um deles lia uma das fases e depois a “facilitadora” comentava. Abaixo, transcrevo as fases que foram entregues pelas técnicas:

Fase da construção da tensão: Nesta fase podem ocorrer agressões verbais, crise de ciúmes, ameaças, destruição de objetos, etc. Esta fase tem duração indefinida. Ex: Xingamentos, humilhação, isolamento, gritar “você não presta”, etc.

Fase da explosão da violência: É marcada por agressões agudas, quando a tensão atinge seu ponto máximo e acontecem os ataques mais graves. A relação se torna insustentável. Ex: Empurrar, socar, esbofetear, chutar, atirar objetos, usar armas e sexo forçado.

Fase da falsa lua de mel: Após a violência física, há uma tentativa de se recuperar a relação, com promessas que não podem ser cumpridas e a tentativa de fechar os olhos para os problemas. Ex: Vou voltar a ser aquela pessoa por quem você se apaixonou, vamos passar uma borracha e tentar que tudo volte a ser como antes, esquecendo tudo de ruim que aconteceu.

A discussão teve início com o foco completamente voltado para a violência doméstica, alguns participantes falaram sobre as dificuldades que consideram enfrentar em seus relacionamentos. Porém, no contexto desse grupo de reflexão, a abordagem tomou um outro rumo. Uma das técnicas falou que “estas fases não se referem apenas à violência doméstica, mas a qualquer tipo de violência”, o que acabou mudando um pouco o foco da discussão da violência doméstica. Os participantes começaram, então, a falar de problemas que vivenciam com vizinhos, chefes etc. E novamente a violência foi tratada como uma questão individual.

Jaime: Todos nós passamos por situações de violência no nosso dia-a-dia. Se alguém pisa no meu pé, eu já estou pedindo desculpa. Hoje em dia eu estou assim. Tenho um vizinho que é encrenqueiro. Ele tem uma criação de pit bull, que vivem fugindo e matando os cachorros da rua. Eu fico com medo porque eu tenho dois filhos pequenos. Eu já falei pra ele, se o cachorro matar meu filho, eu mato ele. Eu tento conversar com ele, mas ele não escuta.

“Facilitadora” 1: Você está construindo a violência dentro de você e isto é a primeira fase. Você tem que tomar cuidado para o seu relacionamento com o vizinho não chegar na segunda fase. Cada um lida de uma maneira diferente com as fases da violência. Esse caso do Jaime, do pit bull, é uma referência, existem vários pit bulls na nossa vida, como vizinhos, chefes, etc. O pit bull é sempre pit bull. Quando você vê uma pessoa com uma carga de violência, agressividade, uma hora ela vai mostrar isso, por mais que ela pareça dócil. Temos que buscar o equilíbrio.

Os problemas vivenciados pelos participantes, mesmo os relacionados à conjugalidade, são sempre entendidos pelas “facilitadoras” e pelos participantes como uma experiência individual, única, subjetiva e que devem ser resolvidos por cada um através de “escolhas”, que possivelmente trarão uma maior realização pessoal, felicidade etc.

Pablo: Eu fico muito mal quando eu pratico uma violência. Acho que a violência não combina comigo. Mas muitas vezes já aconteceu de ficar nervoso e falar alguma coisa, nunca bater. Muitas vezes o meu relacionamento teve muita agressão verbal, ofensa. Hoje em dia não acontece mais, mas agora tem o silêncio, que às vezes é até pior do que briga.

“Facilitadora 2” : Vocês continuam convivendo em nome de alguma coisa que não é mais o amor e acabam esperando que terceiros resolvam a situação. Você já disse que usou drogas e que no momento que percebeu que as drogas o estavam violentando, você parou de usar, você tomou uma decisão.

Pablo: Eu usava porque me dava prazer. A partir do momento que eu percebi que não estava me fazendo bem, eu parei.

“Facilitadora 2” : Fazendo uma comparação, seu casamento começou a te fazer mal e você não consegue se apartar daquilo, romper com o relacionamento.

Pablo: Não tem mais casamento, mas eu não consigo expulsar ela da minha casa, porque eu tenho uma dívida de gratidão com ela. E ela diz que não tem para onde ir, que é doente... Eu me sinto numa sinuca de bico. A convivência está insuportável, mas não tenho o que fazer. Eu acho que vai ser uma violência com ela, colocar ela para fora. Ela tem parentes, mas ninguém quer ficar com ela.

“Facilitadora 2” : Mas você também está se violentando.

Pablo: Porque eu fico com receio dela pedir outras coisas na justiça, como pensão, ou tentar me prejudicar no meu trabalho.

“Facilitadora 1” : E o seu futuro?

Pablo: Meu futuro a deus pertence... Essa convivência é uma agonia... Eu não tenho liberdade na minha casa.

Desse modo, por mais que os homens estejam participando do grupo na condição de “acusados” de agressão pela justiça, eles são incentivados a deixarem os seus relacionamentos quando dizem que não estão satisfeitos, para que busquem sua auto-realização. Porém, muitas vezes, a própria condição material, devido ao baixo poder aquisitivo dos participantes pode estar impedindo que a separação ocorra.

O caso de José é um exemplo de como esses homens percebem a subordinação das vontades e das escolhas à condição material e financeira. José é jardineiro, ganha um salário

mínimo por mês e sua mulher trabalha como faxineira esporadicamente. Segundo ele, o seu casamento “não tem mais jeito, só agüento por causa do meu filho”. Primeiro as “facilitadoras” questionaram se realmente não existiria uma maneira de fortalecer o relacionamento e, como ele respondeu que não, em seguida elas incentivaram para que se separasse então. Ele, no entanto, contra-argumentava que tinha medo de ter que sair do seu lote, de ter que abandonar tudo que construiu⁶⁹. O único modo que ele vê de se separar da mulher é dividir o lote com uma cerca e construir uma outra casa para ele e o filho morarem, sem ter, assim, que abrir mão do lote para ela. Só que ele explicou que isso são apenas planos, que não sabe quando poderá realizar, já que ele não tem dinheiro.

Em outra dinâmica que considerei como uma atividade também relacionada às relações de gênero, cada participante recebe das “facilitadoras” algumas figuras (recortes de revistas) que devem classificar como sendo do universo feminino, masculino ou neutro (que pode pertencer aos dois universos). São colocadas duas caixas no chão, sendo uma “das mulheres”, a outra “dos homens” e o meio entre as duas caixas seria “neutro”. Em seguida, as técnicas pedem para que coloquem as figuras de acordo com o critério do que “é mais de homem” ou “mais de mulher”. Cada participante coloca as figuras no espaço que escolheu e depois tem que explicar para o grupo a sua escolha⁷⁰.

Na caixa das mulheres, por exemplo, foram colocadas figuras relacionadas com “cuidado com doentes e crianças”, “cozinha” e “flor”. Mas a maioria das figuras foi colocada no espaço referente ao “neutro”, como “moto”, “carro”, “sala de estar”, porque, segundo os

⁶⁹ Quando José se casou, sua esposa já morava nesse lote, que, segundo ele, “era um barraco cercado de mato”. Ele disse que aumentou a casa e plantou algumas coisas no terreno, que inclusive ele vende e ajudam no sustento da família.

⁷⁰ Interessante notar como José, que se declarou uma pessoa não alfabetizada, classificou uma das figuras, uma foto do mundo, onde os continentes apresentavam um tom amarelado que se destacava na foto. Ele colocou esta figura na caixa das mulheres e explicou que o fez porque “o amarelo combina mais com as mulheres, fica melhor em mulher”. As “facilitadoras” insistiram: “Mas seu José, esse é o mundo, o senhor acha que o mundo é mais do homem ou da mulher ou é dos dois?” E ele continuou relacionando a sua decisão apenas à cor da figura: “O mundo é dos dois, homem e mulher, mas o amarelo fica melhor em mulher, então deixa na caixa da mulher”.

participantes, eram neutras por serem de “uso comum da família”, “são para a família”. O fato de atribuírem o espaço “neutro” à família, onde colocaram a maioria das figuras, pode significar a importância que a família tem para esses homens. A família pode ser entendida como um recorte de identidade talvez mais importante do que o indivíduo, ou seja, onde se inscreveria o valor, o tom do sistema de classificação desses homens (Duarte, 1981).

As técnicas, no entanto, não exploraram esse aspecto e não ressaltaram a importância que os homens pareciam atribuir à família. Elas estavam preocupadas em enfatizar como “cada um” dá um significado diferente para as figuras, como “cada um” tem uma visão de mundo diferente. “Se todos compreendessem isso, haveria menos preconceito. O valor que vocês dão para uma coisa, o outro pode dar diferente”. A discussão era orientada para mostrar como cada um dá um significado diferente para as coisas ou mostrar como os papéis sexuais foram se modificando através do tempo: “No tempo dos seus pais, isso ia ser colocado em outra caixa”.

Um outro tema que foi abordado pelas “facilitadoras” já no penúltimo encontro foi “O novo homem”. O que se discutiu foi o que os participantes pretendiam fazer de suas vidas depois do grupo, uma reflexão sobre novos rumos e projetos de vida. Segundo uma “facilitadora”, esse tema “é para a gente refletir sobre a nossa vida, sobre a construção de metas para o futuro”. Ela fez duas perguntas que os participantes deveriam responder individualmente em uma folha de papel: “Como eu cheguei a ser a pessoa que eu sou?” e “Como eu chegarei a ser a pessoa que eu gostaria de ser?” Depois, cada um tinha que ler as suas respostas para o grupo⁷¹.

“Como eu cheguei a ser a pessoa que eu sou?”

Jaime: Pelos caminhos que a vida me fez seguir, sou o que sou.

⁷¹ Interessante observar mais uma vez os limites impostos por este tipo de dinâmica ao José, que não é alfabetizado. Uma das “facilitadoras” teve que escrever e ler as suas respostas, o que o deixou um pouco constrangido.

Pedro: A pessoa que eu sou devido ao trabalho, respeito a mim e ao próximo.
Gilmar: Foi Deus. Com ele tudo é possível. A espiritualidade nos faz ver que nada é por acaso. Deus me deu possibilidades, me fez crescer e ver a vida de outra maneira.
José: Sou uma boa pessoa e me tornei assim pelo exemplo da minha família. Eu nunca fiz nada de mal, a não ser aquela “branquinha”, mas acho que isso Deus perdoa.
Pablo: Vivendo a vida do jeito que eu achei melhor. Me arrependo do excesso de liberdade que eu tive. A liberdade é gostosa, mas é perigosa.
Lúcio: Através de muitos erros e acertos que deixaram marcas e o meu caráter.
Leandro: Tive problemas na adolescência, por isso forcei o destino, casei cedo, errei... Por isso, temos sempre que aprender.

“Como eu chegarei a ser a pessoa que eu gostaria de ser?”

Jaime: Sendo o que eu sou. Pra eu ser a pessoa que eu imagino ser, eu preciso ser o que eu sou, não mudaria. Meu único problema é em relação à bebida, gostaria de ter mais controle sobre isso. Já melhorou bastante, mas sei que é difícil.

Pedro: Levar a minha vida sem depender dos outros (no sentido financeiro, ter mais dinheiro para não depender dos outros).

Gilmar: Eu já sou o contrário, quando eu não tinha nada, eu era mais feliz. A vida é uma batalha, é na derrota que crescemos. Eu sempre errei muito, se eu tivesse a consciência que eu tenho hoje, eu estaria sentado aqui hoje.

José: Queria ter um emprego melhor, que pudesse plantar sem dividir com o dono da terra e queria morar num lugar mais tranquilo.

Pablo: Aprendendo mais.

Jaime: O que eu aprendi aqui me somou bastante.

Lúcio: Evoluindo, olhando para a frente, sem deixar de olhar para trás, aprendendo e ensinando.

Leandro: Superar meus erros e superar o problema com meu filho.

Como vimos, a metodologia deste grupo de reflexão para homens autores de violência conjugal se baseia, sobretudo, na psicologia, com foco em fatores individuais, interpretando, por exemplo, o comportamento agressivo como mecanismo aprendido durante a infância com problemas e disfunções familiares atuais. Ou seja, enfatiza a conexão entre a história pessoal e o uso da violência na vida adulta.

Durante todos os encontros, existe uma focalização no comportamento violento dos participantes, fazendo com que reconstruam e falem sobre esses episódios. A ideia é torná-los conscientes de que certas condutas são violentas e mostrar que podem acessar outros tipos de respostas não violentas para estes episódios e, dessa forma, estimulá-los a serem capazes de perceber as consequências do comportamento violento para si mesmos e para suas famílias.

“Reflexividade”, “verbalização” e “problematização”, que são características de um modelo psicológico e estão presentes em toda a metodologia do grupo de reflexão, estão

relacionados ao processo de intimização, interiorização psicológica, auto-exame, que seriam vertentes do processo de difusão do individualismo na sociedade moderna (Duarte,1997).

O eixo principal da metodologia utilizada pelo grupo gira em torno de um indivíduo moderno, que deve se centrar no seu bem-estar, na opção de ter e fazer escolhas variadas e na possibilidade de controlar a sua biografia. O *eu* é visto como um projeto reflexivo, pelo qual o indivíduo é responsável. “Somos não o que somos, mas o que fazemos de nós mesmos” (Giddens, 2002, p. 74).

Este tipo de reflexão que é incentivado no grupo, que se baseia em ideais modernos, como a busca de auto-realização, a construção de projetos de vida, auto-escolhas etc, muitas vezes vai de encontro com a realidade e visão de mundo desses participantes, que são, em sua maioria, das classes trabalhadoras, e esbarra na sua condição material e financeira, o que muitas vezes não permite que estas “escolhas” sejam realizadas. Para muitos dos homens que estão ali, por exemplo, mais importante do que buscar a sua felicidade individual e terminar com uma relação que não lhes agrada mais, é ter uma família, pois é através dela que estabelecem a sua identidade de pai e de provedor. Outros até expressam o desejo de se separar, de trilhar novos rumos. Porém, justificam que não o fazem por receio de perderem o que conquistaram ao longo dos anos ou verem seus salários, que já são baixos, diminuídos pelo pagamento de uma pensão.

Desse modo, uma abordagem focada em ideais modernos apresenta algumas limitações da ordem do entendimento subjetivo desses participantes, já que possivelmente suas visões de mundo se focam em padrões mais tradicionais, como também apresentam contrastes com uma ordem prática, que não permite que o indivíduo seja tão “livre” para fazer suas escolhas, como propõe uma visão moderna. Ou seja, a grande maioria dos homens participantes deste grupo de reflexão não possui condições práticas e econômicas de concretização do ideal individualista e de seu projeto igualitário.

Como ressalta Velho (1994), a noção de indivíduo permeia explícita ou implicitamente o discurso e a prática da psiquiatria e das outras disciplinas que estudam o comportamento individual. Embora estejamos incluídos no que o autor chama de mundo ocidental-moderno-contemporâneo, parece que um dos pontos nevrálgicos, marco diferenciador fundamental em termos culturais é a noção de indivíduo. Para os profissionais do campo da psicologia que se defrontam no seu cotidiano com pessoas de diferentes origens em termos de classes, estratos sociais, faixas etárias, regiões do país etc, essa questão se torna fundamental. Não se trata apenas de problemas de vocabulário, de palavras que possam não ser entendidas ou tenham sentido diferente, mas sim de noções fundamentais, cuja especificidade pode não ser captada numa primeira leitura ou por um esquema predeterminado. Segundo o autor, o problema são as fronteiras culturais, que são permeadas por visões de mundo diferentes.

3. AS PERCEPÇÕES DOS HOMENS “AUTORES DE VIOLÊNCIA CONJUGAL”

Neste tópico, apresentarei as percepções dos participantes sobre a queixa de suas parceiras que os levou à justiça, sobre os seus relacionamentos e sobre a violência conjugal. Também serão consideradas as suas perspectivas a respeito do fato de serem “acusados” como autores de violência e o que acharam da sua participação no grupo.

Entrevistei quatro dos sete participantes que permaneceram até o final do grupo e são estas entrevistas que utilizarei como principal fonte para a elaboração deste tópico. Os relatos dados durante os encontros também serão, em menor medida, utilizados.

Todos os participantes residem no município de São Gonçalo. O grupo pode ser considerado homogêneo em relação à idade. À exceção de Leandro, que tem 28 anos e é o

mais novo, os outros participantes possuem aproximadamente 50 anos. O grupo é diversificado em termos de renda e escolaridade. A renda mensal varia de R\$ 350,00 a R\$ 1500,00 e, quanto ao nível de escolaridade, um não foi alfabetizado, dois possuem ensino médio completo e um incompleto. Apenas Gilmar declarou possuir curso superior e uma renda mensal bastante elevada (R\$ 5000,00), se comparada com as dos outros participantes. Gilmar relatou que se sentiu “diferente” em relação aos outros participantes do grupo, o que foi percebido logo no primeiro encontro e o fez sentir-se “deslocado”:

Gilmar: O primeiro dia foi horrível, porque eu estava em um lugar onde se via que só tinha pessoas... Não é que eu queira ser melhor do que ninguém, mas... Pessoas que você olhava e via que tinha uma cara assim de... de cachaceiros... Pessoas de um outro nível, uma outra... Eu estava me sentindo como se fosse um bandido. Está entendendo? [...] Me senti muito deslocado, primeiro porque eu cheguei lá de terno. As pessoas podiam pensar que eu queria aparecer, que eu era metido, alguma coisa assim... Pessoas de um nível mais baixo... Aí eu até falei ‘vocês desculpem eu ter vindo assim, porque eu vim direto do Rio, não dá tempo de passar em casa, eu vim correndo...’ Eu me senti mal já aí.

Considero que o grupo pertence às classes trabalhadoras, que foram definidas por Duarte (1986) como “grupos de nossas sociedades modernas que não só dependem exclusivamente de seu próprio trabalho para a reprodução social como expressam nessa condição (a de trabalhadores) sua marca precípua de auto-identificação positiva” (p.10). Apesar de saber que o conceito de classes trabalhadoras é bastante impreciso, a sua utilização neste trabalho se deve apenas como contraponto ao conceito de “camadas médias urbanas”, tal como foi desenvolvido pela antropologia urbana no país e que se refere a indivíduos pertencentes ao meio urbano que exibem estilos de vida e modos de percepção da realidade mais sintonizados com o ideário individualista e seu projeto igualitário. São eles também que teriam as condições práticas e econômicas de concretização deste ideal (Velho, 1994 e Salém, 1989). Ao contrário das classes trabalhadoras, que tendem a possuir uma moral menos individualizada e mais tradicional e hierárquica, onde a família prevalece sobre o indivíduo (Duarte, 1986 e Sarti, 1994).

Abaixo, apresento um quadro com informações sobre os participantes⁷²:

HOMENS PARTICIPANTES DO GRUPO DE REFLEXÃO					
NOME	IDADE	PROFISSÃO	ESCOLARIDADE	RENDA	BAIRRO
Gilmar	46	Escrevente autorizado	Superior	5000 reais	Zé Garoto
Pablo	48	Técnico em contabilidade	Ensino Médio	1500 reais	Tribobó
Jaime	50	Técnico em Segurança do Trabalho	Ensino Médio Incompleto	1000 reais	Arsenal
Lúcio	47	Soldador	Ensino Médio Incompleto	400 reais	Porto da Pedra
José	51	Jardineiro	Não alfabetizado	350 reais	Sem informação
Pedro	48	Gerente de um mini-mercado	Sem informação	Sem informação	Sem informação
Leandro	28	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação

3.1. O ato violento

Quando os participantes relatam o fato que levou as suas parceiras à delegacia para prestar queixa, tendem a minimizar a agressão cometida ou mesmo a negar que houve algum tipo de agressão. Lúcio negou que pudesse ter agredido a namorada, enquanto Pablo, Gilmar e Jaime minimizam o ato violento ou não os percebem como violência.

Lúcio: Ela veio, me rasgou a roupa toda, me unhou... E não tinha nem como eu agredir ela. Ela falou que eu agredi ela. Aí deu parte. [...] Naquela situação lá, eu não tive nem como agredir, eu estava com as duas mãos ocupadas e ela trancada dentro da casa.

⁷² Os nomes dos participantes foram trocados para manter sua privacidade. As informações contidas na tabela foram declaradas pelos participantes. Em anexo estão resumidamente as histórias de vida de cada participante, que foram contadas por eles durante os encontros do grupo ou nas entrevistas. Os entrevistados foram Gilmar, Jaime, Pablo e Lúcio e, por isso, as informações sobre eles são mais completas. As informações sobre José, Pedro e Leandro foram declaradas por eles durante os encontros do grupo.

Pablo: Então, nessa noite eu me indispus com ela, ela estava na cama e eu peguei no rosto dela assim e levantei. Eu não bati violentamente, nem empurrei... Pode ser até que aquele movimento que eu fiz, ela tenha sentido dor ou não, porque ela é um pouco artista.

Gilmar: [...] Aí eu vim pra casa, tirei as roupas dela todas do guarda-roupa e coloquei tudo na sala, amontoei tudo, com cabide, com tudo. Me deu tanta raiva, tanta coisa na hora, que eu peguei as roupas e joguei em cima dela. Porque eu nunca fui agressivo com ela, nunca bati, nunca fiz nada, nunca fui um cara agressivo... E parece que um cabide passou nela aqui (mostrando embaixo do olho). Aí ela foi dar queixa na delegacia que eu tinha agredido ela. [...] Não teve nada, nem aparecia...

Jaime: Aí eu perdi o controle, peguei a panela, joguei a panela na parede, quebrei a panela. Era uma panela de pressão, aí fez um barulho acima do normal, quebrei a cozinha, quebrei panela, quebrei prato... Todo mundo saiu e foi na delegacia e deram uma queixa. Disseram que ameacei... Nesse mesmo dia, eu ameacei que se não houvesse uma mudança radical, acúmulo de problemas já há alguns anos, que eu iria tacar fogo na minha casa. Essa foi a alegação dela perante a justiça, que eu havia alegado que iria incendiar a minha casa. Não fiz, e jamais iria fazer. Eu falei em um momento de tensão, de raiva... Então, essa foi a alegação dela na justiça.

Dos sete participantes, apenas três admitiram que realmente agrediram suas parceiras ou consideraram seu ato como uma agressão. As explicações foram diversas: Leandro alegou que só agrediu porque foi agredido primeiro pela sua ex-mulher, José disse que aconteceu porque estava alcoolizado e Pedro porque a sua companheira o traiu.

Leandro: Só me descontrolei porque ela me agrediu, fiquei casado por cinco anos e isso nunca aconteceu.

José: No dia em que eu agredi ela, eu estava embriagado e ela veio me agredir, falar que eu era cachaceiro. Aí eu dei um soco nela... Aí eu falei pra ela: 'Lúcia, toda vez que eu chegar assim, não fala nada comigo não, fala só no dia seguinte'. Aí ela fez isso e eu nunca mais agredi ela".

Pedro: Não tem como esquecer, fechar os olhos para a traição da mulher. Não consigo perdoar ninguém, não tem como o relacionamento voltar a ser o que era.

Jaime considera que prestar queixa contra ele na delegacia era um direito da sua esposa, porém discorda da maneira como ela procedeu e admite que estava embriagado:

Jaime: Eu acho que ela não precisava chegar a esse extremo. Mas se ela chegou a esse extremo, é um direito dela... Eu não tenho muita mágoa disso não. O que eu me magoei muito, em relação a essa queixa na delegacia, foi no dia, porque ela criou o maior caso, foi na delegacia... Teve um namorado da filha dela que estava aqui, foi com ela de carro, depois voltou com polícia aqui... Eu estava dormindo, aí o polícia veio e bateu na minha porta, eu expulsei o polícia daqui... Então aquilo ficou meio... O polícia chegou aqui e eu estava meio chapado. Aí eu abri porta e falei que ia tacar fogo na minha casa e 'se marcar eu tacho fogo em você também!'

3.2. As parceiras e os relacionamentos

As parceiras são vistas como “descontroladas”, “escandalosas”, “ciumentas” e até agressivas, desse modo, provocadoras da situação de conflito entre o casal. O conflito pode ocorrer também por motivo de traição da esposa ou pelo não cumprimento do papel de esposa esperado por eles, ou seja, normalmente relacionado ao comportamento da mulher e, segundo eles, este é um dos grandes fatores que atrapalham o relacionamento. Pablo afirma que sua companheira tem um temperamento difícil, e sempre discorda das opiniões dele, o que o aborrece muito. Lúcio disse que a sua namorada demonstra ciúme excessivo e às vezes é agressiva. Para Jaime, sua esposa é “destemperada”, tem um tom agressivo e muitas vezes “não lhe dá a atenção devida”. Para Gilmar, a sua esposa estava “diferente” porque não queria mais ter relações sexuais com ele e José afirma que a sua mulher é “muito escandalosa”, “grita muito”.

Pablo: Eu convivo com uma pessoa de um temperamento, de uma maneira de ser muito difícil. Eu não sou nenhum santo, mas a gente sempre bateu de frente demais. [...] E é uma pessoa que sempre andou na contramão comigo, sempre discorda de mim em tudo. É muito difícil pra um homem conviver com uma pessoa assim. Sabe a pessoa que sempre discorda daquilo que você pensa, completamente na contramão, sempre no sentido contrário... E ela sempre joga a culpa em cima de mim, eu que sou o causador de tudo, de toda enfermidade que ela tem... Se ela tropeçou no meu quintal e agravou, a culpa é minha... Que ela está numa situação de dificuldade, a culpa é minha... Eu sou o culpado de tudo. O negócio dela é me destemperar, ela tem uma facilidade! [...] Porque ela é do tipo de pessoa, que se eu falo uma coisa, ela fala duas, se eu falo duas, ela fala seis. Tudo que eu falo tem um retorno.

Lúcio: [...] nossa briga é mais por ciúmes, ela é uma pessoa boa, companheira, o problema dela todo é o ciúme excessivo que ela tem. Se ela vê a minha blusa aqui e está abotoado, se ela for ali, voltar e estiver desabotoado, vai querer saber por que está desabotoado. [...] Descontrolada é ela. Às vezes é até agressiva, a gente entende que é gostar, mas tem hora que é demais.

Jaime: [...] A maior violência que eu sofro dentro da minha casa é quando eu chego e a minha mulher está berrando, ela é muito destemperada. [...] Os vizinhos aqui escutam barbaridades, não só comigo... Ela só sabe discutir isso num tom agressivo, com qualquer pessoa, não é só comigo, é com as filhas do primeiro casamento dela. [...] Porque ela só fala com as filhas da mesma forma que ela se dirige a mim, num tom agressivo, num tom violento, num tom extremamente... Só fala alto, alto a um ponto de lá na esquina você ouvir. [...] Eu já havia, por vezes consecutivas, chegado em casa e vendo um tratamento diferenciado da minha mulher, sem dar a atenção devida. E a minha esposa tem três filhas do primeiro casamento. E toda vez que eu chegava do trabalho, as filhas dela estavam aqui e ela não dava aquela atenção devida... Eu chegava e não tinha atenção, a discussão

familiar não discutia a minha família, discutia sempre um problema da família do primeiro casamento dela junto com as filhas dela... E eu questionava muito isso.

Gilmar: Eu fui casado vinte e poucos anos e de um tempo pra cá as coisas foram mudando, vendo que o relacionamento não estava ficando legal. E eu senti que a minha ex estava meio diferente. E eu comecei a sentir diferente, eu procurava e ela não queria, 'tô cansada, tô com dor, tô com não sei o que...' E eu comecei a perceber que tinha alguma coisa estranha, mas quando você gosta, você não enxerga, só vê a sua direção, você acha que a sua mulher seria incapaz de trair você.

José: Eu me sinto violentado pela minha mulher, porque ela é muito escandalosa, grita muito. Se faltar alguma coisa lá em casa, todos os vizinhos vão ficar sabendo, porque ela começa a gritar 'acabou a manteiga' e todos os vizinhos escutam.

Jaime, Gilmar, Lúcio e José também relacionam o consumo de álcool à agressividade e/ou problemas no relacionamento ou com a família. José acredita que agrediu a mulher porque estava alcoolizado. Disse que às vezes sai e bebe muito, que passa a noite na rua e volta pra casa alcoolizado e por isso, discute com sua mulher. Gilmar relatou que ele e a esposa sempre discutiam quando ele consumia álcool. Jaime assume que “descarrega” os seus problemas na bebida e que isso acarreta problemas com a esposa e os filhos. Lúcio explicou que o seu primeiro casamento não deu certo porque às vezes passava a noite na rua bebendo.

José: Esse é sempre o pior dia da minha vida, eu não queria fazer isso. Mas eu já melhorei, antes eu bebia todos os dias, agora é só de vez em quando.

Gilmar: Ela não gostava que eu bebesse. Um aniversário – porque eu não era de beber – se eu fosse em um aniversário e tomasse umas três cervejas, já ficava legal. Mas eu nunca fui de arrumar briga, de arrumar confusão, eu sou muito assim, palhaço, brincalhão, gosto de contar piada... E ela não, ela é mais recatada... [...]E ela achava que eu estava querendo aparecer. E não é nada disso. Entendeu, então essa era a briga 'não gosto que você beba...' Se eu bebesse e fosse um cara de arrumar briga, de arrumar confusão, de bater nela... Poxa, tanto marido que bate em mulher, que chega tarde, que dorme na rua, que tem mulher na rua... E a mulher trata o cara bem... [...] As brigas eram sempre por coisas pequenas. Digamos que o erro foi a bebida, como se eu fosse um cachaceiro!

Jaime: Os meus filhos chegam pra mim e falam assim 'pai, minha mãe tem que parar de gritar. Pai, a minha mãe só fala gritando'. Mas quando ela começa a gritar e pressiona eles pra falar, eles acabam ficando a favor dela. E muitas vezes eles ficam a favor dela, porque eles acham que eu bebo, por causa da minha cerveja. Aí fica esse conflito com os meus filhos... [...] Eu tenho aqui um grupo de alcoólicos anônimos, que eu freqüentei um tempo... E parei de freqüentar, foi um dos maiores vacilos da minha vida, que eu devia estar até hoje freqüentando o AA e parar de beber, que isso não leva ninguém... Já não sou um bebedor 'inveterado', mas eu gosto de beber e quando eu estou com um problema igual eu estou hoje, eu bebo pra caramba. Eu acho que eu não deveria levar os meus problemas e descarregar na bebida.

Lúcio: Antes eu era muito farrista, de sair num dia, chegar no outro... Hoje em dia não, eu não faço mais isso, eu trabalho, do trabalho eu vou pra casa, praticamente não bebo mais. Se eu beber é duas ou três cervejas, antes eu ficava a noite toda bebendo... De repente é até isso

que está me ajudando. Às vezes eu saio e falo que vou beber coca-cola, está todo mundo bebendo cerveja e eu vou beber coca-cola.

Quando falam das tarefas domésticas, fica claro que possuem uma visão bastante tradicional do papel da mulher como quem deve cuidar da casa e da família. Quando assumem que executam alguma tarefa doméstica, isto ocorre de forma esporádica e para “ajudar” a parceira por algum motivo, mas esclarecem que é uma obrigação dela. Gilmar relata que cuidava das filhas e que muitas vezes fazia o jantar porque sua esposa iria se atrasar no trabalho. Mas quando descobriu que estava sendo traído, se sentiu um “otário” por sempre ter realizado estas atribuições que eram funções dela. José contou que fazia comida quando a sua companheira trabalhava, mas quando ela reclamou que o arroz estava empapado, ele não fez mais nada. Jaime cozinha por “hobby” nos finais de semana, mas diz que a sua esposa acha que essa ajuda é pouca e quer que ele ajude também na faxina, mas ele se recusa.

Assim, homem e mulher constituem um par complementar, porém hierárquico (Sarti, 1994). O homem deve ser responsável pelo sustento da casa e pela autoridade sobre a família e a mulher é responsável pelos cuidados com a casa e a família.

Gilmar: Eu sou homem, mas quem cuidava mesmo das minhas filhas era eu. Eu que eduquei. Eu fui um grande homem pra ela, todo mundo sabe disso. [...] Às vezes ela me ligava, ‘poxa, não fiz a janta, não deu tempo, tem como você fazer?’ E eu vinha correndo pra casa pra fazer janta. E nesse tempo, de 11 até 5 da tarde, ela estava com o cara. E o otário, fazendo comida, lavando roupa, fazendo as coisas... Eu nunca fui um cara submisso, sempre fui família. O meu erro maior foi endeuzar, porque o homem quando dá muito carinho, muito amor pra uma mulher, a mulher trepa.

José: Tem homem que fica em casa e não lava a louça para a mulher. Se está em casa tem que fazer... Quando a minha mulher trabalhava, eu fazia a comida. Aí um dia ela reclamou que o arroz estava empapado, aí eu não cozinhei mais.

Pablo: Eu lavo, eu passo e cozinho, eu faço tudo e ela não faz nada. A única coisa que é boa é porque eu tenho total liberdade para fazer as minhas coisas. Eu saio e volto a hora que eu quiser.

Jaime: Então, eu saio de segunda a sexta 5 horas da manhã e chego 7 horas da noite. Quando chega num sábado, igual hoje, é a maior discussão da nossa vida é num sábado. Porque a minha mulher acha que sábado eu tenho que ajudar ela a fazer faxina... Eu adoro fazer comida, a minha primeira profissão foi cozinheiro, eu adoro. Então, eu não me incomodo de sábado e domingo ir pra cozinha fazer comida, porque fazer comida pra mim é um hobby. Mas mesmo assim, ela acha que o fato de eu fazer comida sábado e

domingo, não é o suficiente. Ela acha que fazer comida é muito mole, e que ela já faz segunda, quarta e sexta, terça e quinta pra mim. Porque ela sai do trabalho dela de segunda, quarta e sexta e vem pra cá pra fazer janta pra mim. Então ela acha que eu cobro dela, porque eu faço comida sábado e domingo e ela acha que eu tenho que fazer faxina... Então, o que ela faz, ela acaba não fazendo nada na casa durante a semana e deixa tudo acumulado pro sábado, justamente pra eu ajudar ela. Aí quando eu estou de bom humor, eu ajudo, quando estou de mau humor, não ajudo. Se estiver de mau humor e não ajudar, é motivo de briga. A gente vem convivendo com isso a uma série de tempo...

3.3. A violência conjugal e sua hierarquização

O relato dos participantes parece sugerir uma classificação que hierarquiza o que pode ser definido como violência conjugal. Ameaças, empurrões, agressões verbais ou até mesmo um tapa no momento da raiva são “aceitáveis” dentro de um limite criado por eles para o relacionamento e são justificáveis pelo consumo de álcool ou por “um momento de descontrole”. Agressões em determinados momentos também são interpretadas como a defesa da honra masculina. São percebidas como situações que podem acontecer com qualquer pessoa dentro de um relacionamento, como fruto do desentendimento entre o casal e, por isso, não deveriam ser levadas para a rede de punição judicial. A percepção que têm do homem “agressor”, na qual não se encaixam, é aquele que bate em sua mulher “constantemente”, que a “espanca”, que tem um “instinto ruim”. Esse sim deve ser punido com prisão.

Gilmar: Se um cara convive com uma mulher, e espanca aquela mulher por coisas banais, está sempre espancando... Aquele tem que levar uma coça e ficar preso uns dez anos. Porque um homem não pode bater em uma mulher. Mas pode acontecer entre um casal, sei lá, numa hora em que você esteja fora de si, você às vezes dá um tapa em uma pessoa... Daqui a dois minutos você vai se arrepender daquilo... Então, há uma diferença entre o espancamento e isso. [...] Você não pode pegar um cara que tem uma boa índole, como eu tenho, a pessoa se me colocasse dentro de um xadrez, quando eu saísse de lá, ia sair dali um bicho. [...] Então, porque na hora de um desespero... Porque o juiz tinha que entender também, que o cara foi traído, que o cara foi agredido, ele se defendeu de uma agressão que ele teve. Ele está se defendendo, ele bateu, foi na hora do momento, ele deu um soco, deu um tapa... Está certo que não deveria fazer isso, mas na hora você perde a razão. Há uma diferença daquele que faz uma coisa constante, por perversidade, por maldade, por um cara que tem o instinto ruim mesmo de ficar batendo em mulher e de uma pessoa que num momento de loucura dá um tapa... Às vezes o cara passa na rua e vê a mulher dele atacadada com outro, um exemplo, se ele chegar e der um tapa nela, ele vai preso, vai ficar

junto com marginal, que ele passou, viu a mulher dele com outro cara, ou pegou a mulher dele na cama com outro... E ele ainda vai preso, vai ter que ficar lá... Não está errado?

Jaime: Tem caso ali que o cara deu um soco na cara da mulher, deixou a mulher com o olho roxo e estava lá junto. Então, tem casos ali de absurdo, que estava lá junto, que estava no mesmo problema. É a mesma coisa de você pegar um assassino brutal e colocar junto com o cara que roubou uma galinha ali e colocar junto na mesma cela. Isso é a prova de que o sistema nosso é falho em todos os sentidos. Já começa daí. Quando você tem uma pena maior, um agravante maior de um traficante... Hoje em dia o sistema penal do nosso país tem esse problema. Tem pessoas que cometem um crime banal e estão enjaulados com pessoas que cometeram crimes hediondos.

Apesar de quase todos relatarem que seus relacionamentos são bastante conflituosos, tendem a apontar o relacionamento do outro como “pior” ou menos “aceitável” do que o seu e, por isso, destacam a importância de ouvir os “problemas dos outros”. Isso aconteceu especialmente em relação a Pedro e Pablo, citados como exemplos de um relacionamento ruim. Acredito que isto esteja ligado ao fato que os dois relacionamentos têm em comum: a separação de corpos. Há meses que não têm mais relações sexuais com as suas parceiras e o sexo é apontado por eles como um dos fatores necessários para um bom relacionamento.

Gilmar: Você a cada dia aprende mais, você vê que não sabe nada. Eu aprendi situações que eu nunca pensei que pudesse existir, como daquele... Acho que o nome dele é Pablo, um que a esposa dele é doente, de cadeira de roda... Como é que você consegue conviver com uma mulher dentro da sua casa, sem você ter... Porque o sexo pra mim é, vamos dizer assim, setenta por cento do casamento pra mim, entendeu? Acabou o sexo, acabou tudo. O resto é carinho, um complemento... Setenta por cento é sexo... Como que você convive dentro de quatro paredes com uma pessoa, sem você ter sexo, sem ter uma conversa, um diálogo, você não tem nada com aquela pessoa. São situações que eu achava que isso não existia.

Jaime: O cara (Pablo) vivia com a mulher e a mulher cismou que era esposa dele e queria conviver com ele e botou no peito, ajudou ele e ficou e ele tem que aturar ela como mulher. E a mulher bate no peito, ‘sou tua mulher, sou tua mulher, vou ficar, vou ficar...’ e ficou na casa dele o tempo todo e ficou aquela porra. Não tem filhos, não tem relacionamento.

Lúcio: Ajudou sim, porque eu vi gente ali com problemas ali enormes, praticamente insuperáveis... O caso de Pedro, de haver agressão de faca, um falar que vai matar o outro, essas coisas assim... Problemas assim, bem contundentes, bem difíceis... O seu Jaime mesmo, que falava que ia tacar fogo na casa com mulher e tudo... Tem que parar pra pensar mais. Muitas vezes o problema seu é desse tamanho, quando pessoas têm problemas enormes. [...] Porque aí a gente vê que o nosso problema é nada, o problema da gente é discussão mesmo, briga, ciúmes. Tem pessoas lá que teve até ameaça de morte, conforme aquele Pedro falou que tinha com a esposa. Ele falou que teve ameaça dela pra ela, dela pra ele... Um arranjar o outro pra dar surra... Essa situação é bem mais grave, bem mais difícil.

Pablo: Às vezes você pensa que aquele problema que você está passando é o mais difícil de suportar e você ouve o cara passando por um problema mais difícil do que aquele. [...]

É basicamente é isso mesmo. Um bom casamento depende disso, de uma boa cama e de uma boa convivência. Tem que ser as duas, não pode ser uma.

A maneira como classificam a “violência conjugal”, as hierarquias que constroem para definir quem é o perpetrador (ou “agressor” da violência) e o fato de apontarem os relacionamentos dos outros como piores ou menos “aceitáveis” do que os seus, acaba ajudando no discurso de minimização ou negação dos atos violentos cometidos contra as suas parceiras. Ao depreciarem as atitudes e os relacionamentos dos outros participantes do grupo, os homens procuram encontrar uma maneira de valorizar seus próprios relacionamentos e afastá-los da definição de violentos.

A percepção destes homens sobre a violência conjugal parece estar relacionada a conflito interpessoal. Para eles, as mulheres os provocam e eles respondem. Os desdobramentos seriam os desentendimentos, considerados “comuns” entre duas pessoas que vivem sob o mesmo teto. Isto remete à afirmação de que “ninguém briga sozinho”, enfatizada por alguns participantes. Porém, analisando detidamente os motivos e desdobramentos das discussões citadas em alguns casos, pode-se perceber que a violência e agressão física se constituem recursos para imposição da hierarquia de gênero e punição de uma mulher considerada transgressora. Por exemplo, o caso do Gilmar que agrediu a esposa porque ela o traiu, e ele mesmo alegou que foi em defesa de sua honra ou no caso do Jaime que ameaçou a esposa porque ele chegou em casa, não tinha mais janta para ele e sua esposa não estava lhe dando a “atenção devida”.

3.4. A casa e a família

Alguns homens manifestam o desejo de se separar de suas parceiras, mas não o fazem por medo de terem que se afastar da família ou perderem bens materiais, como é o caso do José, que foi citado na seção anterior, que teme se separar e ter que deixar o lote e a casa onde vive para sua companheira e justifica permanecer com a parceira: “Eu só agüento por causa do meu filho”. Jaime relata que o grande problema em se separar são “os filhos e o patrimônio”. Pablo tem medo de se separar e perder a casa para a companheira. Pedro teme que sua companheira suma com a sua filha e ter que deixar para trás o seu sonho de ter uma família.

É notória a importância que atribuem à casa e à família. Como destaca Duarte (1986), a instância básica da identidade trabalhadora é a família. Diferente da “cultura moderna”, que valoriza o indivíduo, a cultura das classes trabalhadoras privilegia a totalidade e a hierarquia. A família parece referir a sua identidade de ser social e “serve de parâmetro moral para a sua explicação do mundo” (Sarti, 1994 , p.61).

Jaime: [...]Porque não adianta eu sair daqui e não ter pra onde ir. Eu não vou sair daqui pra morar de aluguel. Eu fiz uma casa aqui com sacrifício, uma casa com um quarto pra cada filho, meu quarto... Tudo tranqüilo o que eu fiz, com sacrifício e ter que sair e largar isso... Isso me incomoda muito... [...] O grande problema são os filhos e o patrimônio. Todo relacionamento hoje, de briga litigiosa no casal, o motivo é pensão alimentícia e partilha de bens. Quando eu hoje, com o pouco de bens que eu tenho, que é esse terreno aqui, essa casa aqui e um salário que eu ganho de merreca, questiona isso. Porque o pouco que eu ganho, se eu for sair daqui hoje, eu vou ter que pagar um aluguel, e eu tenho certeza que eu vou dar muito menos pros meus filhos do que eu dou hoje. Se eu for me separar da minha mulher hoje, eu vou dar uma pensão bem inferior pra ela, porque eu vou ter que pagar aluguel, vou ter que sair daqui... [...] Eu penso em me separar, mas me imagino um paraplégico sem os meus filhos.

Pablo: O que eu tenho medo é de eu ficar desempregado de novo... E onde é que eu vou ficar sem grana? Ali, mal ou bem, mesmo estando desempregado, eu tenho ali um teto que me cobre, aí a gente dá um jeito. Mas se eu deixar aquilo ali pra ela, ela não vai deixar eu retornar pra ali, porque ela não é fácil, ela não é mole, ela não vai querer deixar eu voltar ali. Se ela, de repente, cismar de ficar ali, ela vai fazer de tudo pra...

Pedro: Eu investi muito nesse relacionamento. Meu sonho de consumo é sair domingo com os dois filhos dentro do carro, parar num shopping... Eu ainda tenho esse sonho, acho lindo. Eu a conheci, ela já tinha um filho. Isso ajudou...

Gilmar: Eu sempre fui família. O que mais me faz falta é a família. Podem vir 50 mulheres aqui dentro, não é a mesma coisa. Você sempre vai sentir um vazio, falta de alguma coisa.

Duarte (1986) e Sarti (1994) apontam que as unidades fundamentais para esses grupos sociais são principalmente a família e a localidade. O indivíduo se vê dependente da rede que o sustenta e o legitima enquanto ser social. A idéia de projeto de vida é sempre familiar e não individual, talvez por isso a dificuldade de efetivarem uma separação das parceiras e deixarem as suas casas. A casa representa o projeto da família concretizado e remete ao sucesso do homem como “provedor”, já que com seu trabalho conseguiu adquirir uma casa para a família. A casa e a família estão diretamente relacionadas com a construção de sua identidade social de “pai”, “marido” e “provedor”.

3.5. O encaminhamento para o Grupo de Reflexão para “homens autores de violência conjugal”

Como não consideram o que fizeram como uma “agressão” e muito menos um “crime”, ou mesmo negam que tenha havido algum tipo de agressão, acreditam que o encaminhamento para o grupo de reflexão como uma medida alternativa é uma *decisão injusta*. Além do mais, alguns acreditam que as brigas e conflitos entre o casal também são culpa de suas parceiras, que, por causa disso, deveriam também ser obrigadas a participar de um grupo. Para Jaime, o grupo mistura casos muito diferentes, o que atrapalha e acredita que sua esposa deveria participar de algum tipo de grupo. Pablo diz que já entrou na sessão condenado e Lúcio achou que não foi justo porque a sua namorada também deveria participar, porque, segundo ele, “ninguém briga sozinho”.

Jaime: Eu imaginava muito mais daquele grupo. Eu imaginava que o objetivo fosse maior. No meu ponto de vista, aquele grupo ali, deveria selecionar caso a caso, não poderia misturar os casos da forma como foi mesclado lá. Se a minha esposa pudesse de alguma forma, ter participado daquele grupo, talvez o resultado fosse maior. [...] De um grupo de mulheres ou até em conjunto. Porque tem casos ali que não teria condição de ser em conjunto porque a agressividade já era máxima. Mas no meu caso específico, se ela tivesse que ir, ela iria. Então, o objetivo que eu imaginava era isso, que eles iriam fazer um preparo em relação ao meu problema, a minha pessoa e no decorrer da palestra, do que fosse questionado, eles iriam buscar a presença dela. Porque ela tinha que ouvir. Ela tem a necessidade de ver, a reflexão que ela tem que ter em relação ao problema dos outros, aos problemas do dia-a-dia. Apesar de que ela é uma mulher interada pra caramba, ela acha a solução de tudo.

Pablo: É, ameaça, não sei o que leve... Não é lesão corporal leve, é um treco desse assim. Eu já entrei ali naquela sessão, já condenado àquela pena. Porque ela deve ter falado tudo, naquele estado que ela chegou de muleta, parecia a pessoa mais sofrida do mundo, com acompanhante...

Lúcio: Eu achei que não foi justo, porque eu achei que ela deveria fazer também. Eu achava que o certo seria ela. Eu achei que ela deveria ter participado também. Eu aceitei na boa, porque é reflexão, você vai ver os problemas de outros, tudo bem, fiz... E conforme ela também esperou ser montado o grupo, só que ela não participou, não fez. [...] É, eu achei que faltou a justiça por isso, eu acho que a outra pessoa também deveria fazer parte, deveria também participar do mesmo grupo, ou de outro grupo. Eu acho que ninguém briga sozinho. Eu não vou chegar ali pegar uma parede, que não me fez nada e dar um soco na parede.

Como não percebem as suas atitudes contra as suas parceiras como uma violência e, por isso, não se sentem culpados, Gilmar e Pablo dizem que não concordaram com o que foi proposto pela justiça, mas que, de uma certa forma, foram “pressionados” para aceitar a participação no grupo durante a audiência de conciliação, pois não sabiam o que podia acontecer se levassem o processo até o final.

Gilmar: ‘Então vou propor isso pra você, tem um curso de ajuda, não sei o que...’ Eu falei, ‘mas eu discordo disso aí’. ‘Ou você faz isso, ou você leva o processo até o final’. Aí eu pensei, por causa das minhas filhas, eu achei melhor... [...] Eu ia botar até o final, porque eu estava com um advogado muito bom e ela não tinha advogado, porque ela pegou defensor público. Mas as coisas foram se desgastando e eu comecei a pensar nas minhas filhas. Se eu quisesse, eu ia até o final e não aceitaria isso que me foi proposto. Eu aceitei ir pra esse grupo por causa das minhas filhas. Porque eu ia encher aquele fórum de testemunhas, eu ia fazer um inferno pra... Entendeu?

Pablo: E aí, só me restou aceitar a proposição que foi feita, que era disso aí, eu nem questioneei, nem nada. Depois eu tive pensando, por que eu não questioneei? Eu devia ter questionado, mas eu não sabia no que podia virar aquilo. Eu achei melhor aceitar...

Apesar de sublinharem a imposição, a participação no grupo é descrita como positiva. Eles dizem que os ajudou a mudar de comportamento, a ficarem mais calmos, menos agressivos.

Lúcio: Ajudou sim. A mim mesmo, não só o relacionamento, a mim, me ajudou muito. Eu discutia sempre com as minhas filhas, hoje em dia já não... Ainda tem aquele meu ímpeto ainda, muito provocado, eu ainda reajo. Mas já consigo... Num contexto geral, procurei me acalmar. Mas quando você está encurralado, não tem como sair mesmo... Mas se eu sentir que pode haver algum problema, alguma discussão, eu me afasto. [...] Hoje em dia eu procuro sair de perto: 'vai começar já? Vai começar o problema?' O grupo acrescentou, foi desenvolvida, respirar mais fundo um pouquinho, olha, sai de perto, pondera... A pessoa sempre tem uma noção que não se deve brigar, que não se deve discutir, difícil é evitar. [...] Eu sempre procuro sair de perto, não dar muita atenção ao fato, paro, penso... Tento me controlar desse jeito.

Gilmar: O grupo acrescentou muita coisa e mudou muita coisa. Mudou... Isso pra mim foi um acréscimo. Não que aquilo fosse tudo pra mim, porque eu já tinha um conhecimento de alguma coisa, mas me acrescentou muita coisa, você aprende muita coisa. Você aprende a lidar com as pessoas, você aprende a saber que não é só você que passa por aquilo. Uma coisa primordial que eu achei é que, às vezes, você pode contornar uma coisa com a sua atitude e você não faz, você deixa passar, porque acha que aquilo não quer dizer nada, é besteira, uma coisa boba. Porque quando você passa por um problema, ao invés de acabar com o problema na hora, conversar na hora, não, você vai deixando acumular e a coisa vai crescendo. Se você tivesse resolvido o problema na hora, aquilo não teria acumulado. [...] O grupo ajudou muito. Você ouvindo cada pessoa ali dentro, cada um com a sua história, aí você vai vendo que errou também, você vai vendo os seus erros.

Jaime: [...] Ajudou, porque eu vejo que tem pessoas lá que teve problemas que poderia ter resolvido de uma forma e não foi. Então, quando eu encontro a solução pra resolver dessa forma... Existe uma forma que é a seguinte, quando um não quer, dois não brigam. Então, antigamente a minha mulher começava a discutir comigo, a gritar e eu começava a gritar com ela, apesar de que eu nunca fui de gritar, começava a falar com ela, a questionar os problemas. Hoje, como eu vejo que eu não tenho condições de questionar, porque ela protela sempre na opinião dela, o que eu faço, eu saio e me afasto, saio, vou pra rua, vou pra casa da minha mãe, vou pra casa de algum amigo... [...] Ajudou nesse sentido da agressividade, do tom agressivo, dos empurrões... Que é aquela coisa que eles trabalhavam muito isso, esse negócio de empurrão... Eu não encosto a mão na minha mulher. Antigamente eu dava uns empurrões nela, assim e tal... Ela partia pra dentro de mim, eu já...

Pablo: Nós fomos muito bem tratados por vocês, o carinho de vocês, a atenção de vocês... A gente sentia que o objetivo de vocês era ajudar a gente. A técnica de psicologia... Eu acho que talvez eu não tenha praticado aquilo que a gente aprendeu ali 100%, mas eu acho que de alguma maneira mudou, ajudou a gente a controlar o temperamento e pensar que tudo tem uma consequência... Quando a gente pára pra pensar, a gente freia. Se a gente não tiver freio, é igual a carro na ladeira abaixo, quem tiver na nossa frente a gente vai atropelando e aí isso pode ter consequências jurídicas e na saúde também. Eu espero que isso não volte a acontecer mais com ela nem com ninguém. É um conhecimento que ficou gravado. É o que eu estou te falando, em um descontrole emocional, a gente possa até não usar esse recurso do aprendizado, aquilo que a gente aprendeu lá com aquela experiência. Mas se a gente conseguir controlar um pouco o emocional, pro que a gente precisa, eu acho que a gente vai se beneficiar de frutos daquilo que foi feito lá naquela ocasião, naquela experiência.

Jaime e Pablo dizem que a participação no grupo os ajudou, mas as mudanças que estão ocorrendo em suas vidas se devem também à maturidade, no caso de Jaime, e ao aparecimento de problemas de saúde, no caso de Pablo.

Jaime: O grupo ajudou, mas não resolveu. O fato de eu ter ficado mais calmo... Foi depois do grupo... Mas eu já havia tido... O que está me deixando mais calmo hoje em dia é a própria consciência, é o próprio tempo, a própria reflexão do tempo, que está me causando esse problema, essa consistência de problema, de achar que a vida não é isso.

Paulo: Eu também estou mais paciente, porque eu preciso ser mais paciente... Preciso porque eu não posso ter estresse... Preciso porque todo mundo precisa ser paciente, mas além disso, é uma questão de vida ou morte pra mim. Se eu ficar me estressando, daqui a pouco eu estou enfartando e tudo que foi feito vai por água abaixo.

Apenas Jaime fez algumas críticas ao grupo:

Jaime: E tem outra coisa ali que é o seguinte, você participa daquilo, depois aquilo encerra... E não tem uma satisfação, não tem um documento, não tem uma explicação, uma reflexão de tudo que houve. No último dia teve aquela confraternização, mas não tem uma reflexão do problema em si, a conclusão final. Uma conclusão da forma psicológica, uma conclusão que os profissionais que atuaram naquela reflexão poderiam ter a cada uma daquelas pessoas.

Como a participação no grupo é imposta aos participantes pela justiça como uma punição, era isso que alguns deles esperavam do grupo. Mas Gilmar, Lúcio e Pablo deixaram claro que em nenhum momento, durante a participação no grupo, sentiram que fosse uma punição ou “um puxão de orelhas”.

Gilmar: Eu pensei que fosse uma coisa muito pior. Porque as “facilitadoras” são pessoas maravilhosas. Elas souberam conduzir, souberam levar... Principalmente a “facilitadora 1” que é psicóloga, né? Consegui unir, consegui fazer uma coisa, que não constringesse, que não deixasse ninguém numa situação ruim. Consegui manter isso.

Lúcio: Eu esperava aquilo ali mesmo, só que eu esperava que fosse uma coisa mais contundente. Ali foi uma forma maneira, branda de ser... Foi bem conversado, foi bem delineado... Gostei de ver a habilidade das “facilitadoras”, que fazia as pessoas se abrirem, porque eu mesmo sou uma pessoa muito fechada. Você vê que ela conseguia fazer as pessoas falarem os problemas que tinham no trabalho, problemas que tinham em casa, em família, com filhos... [...] Eu pensei que fosse mais tipo um puxão de orelha, uma penalização mesmo, uma coisa mais dolorida. Elas não, elas trabalharam bem, pro meu modo de vista. Eu gostei de ver a habilidade que elas trataram os assuntos. Eu acho que todo mundo tem, toda casa tem, uns mais, outros menos.

Pablo: A minha expectativa era que a gente aprendesse ali, com essa maneira de lidar com essa dificuldade, no meu caso, que eu estava vivendo. Aprender uma maneira de evitar a explosão, o atrito. Evitar que aquilo ocorresse de novo. [...] O que eu esperava era isso, que o conhecimento técnico de psicologia delas, trouxesse para nós informações que

acrescentassem pra gente o freio, o escape daquela situação se tivéssemos que vivenciar aquilo de novo, escapar daquilo, compreender melhor...

Jaime esperava que o atendimento fornecido pela equipe fosse individual, visando resolver os problemas de cada um ou mesmo que a sua esposa pudesse participar com ele, no que seria uma espécie de terapia de casal. Mas entende que isso não seria possível porque ele está cumprindo uma pena.

Jaime: Eu achei que fossem ver só o meu problema. Se eu fosse o responsável por uma seleção de um grupo daquele, eu selecionaria o grupo de acordo com a gravidade de cada assunto. O problema parecido com aquele, eu separaria e tentaria buscar a esposa para conciliar junto. Não digo todos os dias, mas primeiro fazia uma prévia, depois tentaria aproximar... Não sei, aí acabaria sendo um troço de encontro de casais... Aproximação de casais... Eu sei que a finalidade ali não é essa. Aquilo ali é uma pena alternativa, então essa pena alternativa que tem ali, não condiz de que o autor seja penalizado. Então, a reclamante, no caso, que seria a minha esposa, ela não poderia ir lá pra participar junto com o réu, que no caso era eu..

São diversas as maneiras como os homens participantes percebem e aproveitam os resultados do trabalho do grupo de reflexão, mas todos enfatizam a possibilidade de maior auto-controle nas situações de conflito após a participação no grupo. Ou seja, os homens mencionam a eficácia do grupo para a sua “recuperação”, mas esta responsabilidade retorna para o indivíduo na medida em que “depende de cada um”. Pode ser destacado também o fato de não considerarem a sua participação no grupo de reflexão como uma punição.

3.6. A solidariedade entre os participantes

Os participantes ressaltam o companheirismo construído entre eles durante os encontros como algo positivo. O fato de se perceberem com problemas semelhantes, apesar de categorizarem alguns como mais graves do que outros, contribuiu para que se identificassem uns com os outros e se solidarizassem.

Gilmar: Eu achei interessante pelo seguinte... No começo você fica assim meio constrangido... Eu não, porque eu sou assim meio brincalhão... Pelos outros, porque tem homem que não gosta nem de dar a mão pra outro homem, porque ele é macho. Acha que se der a mão... Então, aquelas dinâmicas que foram feitas, eram justamente de você se agrupar, de você pegar uma amizade com o outro. Tinha cara lá que pra dar a mão já ficava tenso. Até um abraço, a gente não dá abraço não... Você dar um beijo em um cara não quer dizer que você seja viado... Se você gosta de um amigo, dá um beijo no rosto do

cara, eu não acho nada demais. Tem homem que isso nem pensar. Então, isso consegui unir, eu senti que muitas pessoas ali relaxaram, eu senti que no começo estava mais tenso. Eu senti que muita gente quebrou o gelo. Uma coisa muito importante foi isso. No final não era mais uma obrigação. A pior coisa é fazer alguma coisa obrigado. [...] Eu senti uma união... Quando a gente saía dali, já sete e pouca, a gente se encontrava lá embaixo, um já falava ‘fulano, mas aquele negócio com a sua mulher...’ Já trocava ali figurinhas entre a gente. Todo mundo errado, mas um tentando dar conselho pro outro (risos). Então, era uma coisa gostosa. Todo mundo com o mesmo problema, uns mais sério e outros menos sério, mas todo mundo com o mesmo problema. Eu achei também que as pessoas começaram a sentir... ‘poxa, fulano não veio hoje, está faltando fulano’ E quando você sente falta, é porque você gosta. Se você não sente falta da pessoa, você não gosta dela.

Lúcio: O que eu mais gostei foi o companheirismo de muita gente que teve, fomos sempre muito bem tratados, bem conversados... Ela sempre puxava uma coisa de um e outro pra ser conversado, pra ser discutido em grupo. [...] Ajudou, ajudou muita gente. Acho que quem não conseguiu, saiu. Eu comecei como uma obrigação, tanto que eu fui a todas elas, eu tenho que ir, compromisso assumido... [...] O que eu gostei de ser esclarecidos assuntos abertamente ali, na presença de todos a pessoa se soltar. Foi chegando retraído e com o tempo foram se soltando. [...] Eu gostava, tanto é que eu não faltei um dia, todo dia eu ia. Um grupo é participar, se era pra ajudar todo mundo e todo mundo faz parte de um grupo, eu acho certo estar dentro, não ia ser eu que ia fazer diferente, quebrar a corrente, quebrar o elo.

Pablo: Na verdade, eu tenho o telefone deles, mas a gente não fez grandes amizades. Foi mesmo coisa de momento, que a gente teve aquela convivência... Foi um momento no grupo, ali fizemos amizade. Ali não houve nenhum problema, divergência entre nós, nada. Cada um tem a sua maneira de ser ali, acho que foi respeitado isso. A própria estratégia do trabalho já foi marcando isso desde o início, tem que respeitar isso, tem que respeitar aquilo...

Jaime: No grupo lá, todos eles foram muito bons. Eu gostei de conhecer aquelas pessoas.

Como foi mostrado anteriormente, as dinâmicas que são abordadas neste grupo de reflexão investem na constituição de um elo/ligação/vínculo entre os participantes. Esta aproximação fortalece a percepção de uma identidade comum. Identidade essa que faz a passagem da condição de “autor de violência conjugal” para uma idéia de “vítima” de parceiras e de relacionamentos que não são satisfatórios e que não contribuem para a manutenção de uma boa ordem no lar e na família.

3.7. A construção da identidade de vítima entre os participantes do grupo de reflexão

O que pôde ser percebido através da observação dos encontros do grupo e das entrevistas é que os participantes tendem a construir uma identidade de “vítima”, como se fossem vítimas de um relacionamento ruim ou de esposas “descontroladas”, “ciumentas” e “escandalosas”. Tendem a atribuir os conflitos nos relacionamentos ao comportamento de suas parceiras, que, de alguma forma, conseguem “tirá-los do sério” ou fazer com que “percam o controle”.

Acredito que a metodologia que é utilizada no grupo de reflexão contribui para a construção desta identidade de vítima. Ao tentar mostrar para estes homens que eles possuem um relacionamento ruim e ao mesmo tempo estimular que se fortaleçam e busquem outros caminhos para as suas vidas, contribui para que se percebam como vítimas desses relacionamentos e dessas parceiras que são estimulados a deixar.

Da mesma forma, a minimização ou negação do ato violento, que acaba gerando uma *hierarquia da violência conjugal*, contribui para a construção desta identidade de vítima, pois é um processo que visa reduzir a idéia de culpa e nuançá-la em relação aos conflitos conjugais.

É através da solidariedade, construída entre os participantes do grupo, que esta identidade vitimária se concretiza, já que todos passam a se perceber como vivenciando a mesma situação: deixam de ser “autores de violência conjugal” e passam a compartilhar a idéia de que são “vítimas” de parcerias difíceis e relacionamentos ruins que ameaçam os valores da família e colocam em risco o bem-estar no espaço da casa.

Como se pôde perceber, o que mais marca a fala dos homens participantes do grupo sobre a violência conjugal é a minimização ou negação do ato violento. Outro fator

importante é a idealização de suas parceiras como “provocadoras” das situações de conflito, por serem “agressivas”, “descontroladas”, “ciumentas” ou por não estarem, de alguma forma, cumprindo o papel de esposa esperado por eles. As situações de conflito muitas vezes acontecem quando os homens tentam restabelecer os papéis na família, tentando impor a ordem hierárquica sobre as suas parceiras. Porém, esse processo não é percebido por eles, que acreditam que as situações de conflito têm início nas atitudes de suas parceiras.

A família, a “vida em família” é bastante valorizada por estes homens e se transforma em um empecilho para a separação, da mesma forma que os bens materiais, principalmente a casa. Para uma classe social onde a renda mensal é pequena e os bens materiais são poucos, se separar pode significar uma diminuição do padrão de vida de toda a família, através da partilha de bens e do pagamento de pensões. Ficou claro que os homens que participaram deste grupo de reflexão, encontram dificuldades para ter as condições práticas e econômicas de concretização do ideal individualista, que é estimulado pela metodologia do grupo.

Em relação à participação no grupo de reflexão, o depoimento dos participantes mostra que, apesar de serem encaminhados para o grupo pela justiça, em nenhum momento se sentem como “acusados” ou como se estivessem cumprindo uma “pena”. Percebem o grupo como um espaço onde podem expor os seus problemas pessoais, serem ajudados e encontrar a solidariedade de outros homens que julgam estar vivenciando o mesmo problema que o seu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento feminista foi fundamental no questionamento das desigualdades de gênero. Este movimento trouxe grande visibilidade para a violência contra a mulher, que antes era tratada como um problema privado. O próprio conceito de violência contra a mulher foi se alterando e ampliando ao longo dos anos, o que se refletiu também nas políticas públicas para o seu combate. A percepção da violência não é universal, e a violência contra a mulher foi se construindo no país através de fatores históricos e políticos.

Se antes o foco das políticas públicas para combater a violência conjugal eram somente as mulheres, os novos debates que surgiram possibilitaram também a entrada dos homens neste cenário. Por um lado, a crescente discussão sobre as questões da masculinidade e, por outro, a nova percepção sobre a violência conjugal, abriram caminho para novas intervenções que não se limitavam às mulheres.

Os programas voltados para “homens autores de violência conjugal” possuem forte influência do ideário feminista, como também da Psicologia, que possui seu referencial ideológico no individualismo. A noção moderna de pessoa enfatiza a autonomia do sujeito, o que direcionou a produção dos saberes ocidentais modernos, especialmente os saberes ditos “psicológico”. O movimento feminista pode ser entendido como um desdobramento do individualismo, que ajudou a construir a categoria mulher enquanto indivíduo, sujeito social. A noção de igualdade, tão requerida pelo feminismo, só faz sentido dentro do sistema de representações denominado individualismo.

Velho (1994), Duarte e Russo (1997) e Figueira (1981) apontam para o fato de uma visão de mundo psicologizante estar ligada à ideologia individualista. O surgimento da psicologia só é possível a partir da construção do indivíduo enquanto valor, que é produto de um processo histórico que impõe uma concepção intimista, privatizada e autônoma da

subjetividade. Da mesma forma, Franchetto, Cavalcanti e Heilborn (1981), destacam a afinidade do feminismo com o individualismo ocidental, que seria seu pressuposto ideológico, na medida em que a ideologia feminista traz embutida a noção moderna de indivíduo. É por referência ao ideário ocidental que o feminismo faz sentido, o que coloca problemas para sua atuação no plano internacional.

As camadas médias urbanas brasileiras possuem uma maior afinidade com este referencial individualista e seu projeto igualitário, além de possuírem um ethos intelectual e psicanalisado⁷³. Em contraposição, as classes trabalhadoras brasileiras parecem se ordenar sobre valores e princípios próprios, que se diferem desta “cultura moderna” e dominante, que valoriza o indivíduo. A cultura das classes trabalhadoras privilegia, sobretudo, a tradição, a totalidade e a hierarquia⁷⁴.

Muitas vezes o discurso e instituições sociais inspiradas no ideário individualista/feminista encontram limites e tensões quando em contato com esta realidade local. Assim, não é possível prever de que forma os atores sociais inseridos em contextos sócio-culturais específicos, irão se apropriar e transformar as representações, práticas e instituições influenciadas por esta ideologia. Como mostraram Sorj e Moraes (2006), a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) é um exemplo de como a implantação de instituições inspiradas no feminismo podem ter conseqüências inesperadas e até paradoxais quando em contato com os atores locais, já que quando o serviço foi avaliado, percebeu-se que a sua atuação se distanciava da intenção original da agenda feminista.

É preciso, então, atentar para os limites da realização de grupos de reflexão para “homens autores de violência conjugal”. A proposta inicial é realizar uma reflexão em grupo,

⁷³ Velho (1994) e Salém (1989).

⁷⁴ Duarte (1986) e Sarti (1994).

para que desse modo haja mudança de comportamento e relações mais equitativas de gênero. Porém, o que pôde ser observado na pesquisa é que os homens utilizam o espaço do grupo como uma forma de se solidarizarem e construírem uma identidade de “vítima” que os ajuda a negar ou minimizar os atos violentos contra as suas parceiras.

Acredito que esta não seja uma consequência esperada pelos organizadores do grupo. Talvez, a metodologia utilizada mereça sofrer alterações que se enquadrem de uma forma mais prática à visão de mundo e moral destes participantes, para que o objetivo da proposta seja alcançado.

Porém, o fato de os homens estarem inseridos no debate da violência conjugal, e de se procurar resolver a violência conjugal também pela via masculina, mostra como o olhar sobre este tipo de violência vem se modificando e ampliando ao longo dos anos, da mesma forma que os esforços para o seu combate. A idéia de somente fortalecer as mulheres para que deixassem as relações violentas, que prevaleceu por muito tempo no discurso e práticas feministas, não encontrava solução para a questão de o que fazer com esses homens. Fica cada vez mais evidente que os homens também devem estar envolvidos no processo de erradicação da violência conjugal dos lares brasileiros.

Porém, temos que considerar que os programas voltados para os “homens autores de violência conjugal” ainda são bastante recentes e raros no Brasil. As pesquisas e debates que começarão a ser produzidos a esse respeito certamente contribuirão para que se encontre a melhor forma de combater a violência conjugal no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, F.; FILHO, A. A. e BRONZ, A. *Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero: metodologia*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.
- ARAGÃO, L. T. de. Em nome da mãe. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BADINTER, E. XY: *Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BARSTED, L. L. Agressão contra a mulher deixa de ser assunto da vida privada. Disponível em <http://www.patriciagalvao.org.br>. Acessado em 03/12/2006.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRANDÃO, E. R. *Nos corredores da DEAM: um ensaio etnográfico sobre as mulheres e a violência conjugal*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. IMS/UERJ, Rio de Janeiro, 1996.
- BRUSCHINI, M. C. A. *Mulher, Casa e Família. Cotidiano nas camadas médias paulistanas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.
- CONNEL, R. W. *Masculinities*. Califórnia: University of California Press, 1995.
- DUARTE, L. F. D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/CNPq, 1986.
- _____. Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 8(1): 173-183, 2003.
- _____; RUSSO, J. A. Institucionalização dos saberes psicológicos no Brasil. *Cadernos do IPUB/Instituto de Psiquiatria da UFRJ*, 8, 1997.
- _____. Pouca vergonha, muita vergonha: sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas. In: LOPES, José Sérgio (org). *Cultura e identidade operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1987.
- DUMONT, L. *O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- FIGUEIRA, S. Modernização da família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil. In FIGUEIRA, S. (org). *Cultura da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *O contexto social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- _____. (org). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. *Antropologia e Feminismo. Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1981.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

_____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

GREGORI, M. F. *Cenas e queixas: mulheres e relações violentas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/São Paulo: ANPOCS, 1993.

_____. Delegacias da Mulher de São Paulo e as instituições: paradoxos e paralelismos. In: DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. e PISCITELLI, A. (orgs.) *Gênero e Distribuição da Justiça: as Delegacias de Defesa da Mulher e a construção das diferenças*. Coleção Encontros. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 2006.

_____. Relações de violência e erotismo. *Caderno Pagu*, 20, 2003.

GRINOVER, A.P. *Juízados Especiais Criminais – Comentários à Lei 9.099*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

GROSSI, M. P. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, Número Especial, 1994.

_____ e PORTO, R. M. 30 anos de pesquisas sobre violências contra mulheres no Brasil. *Sexualidade. Gênero e Sociedade*. Rio de Janeiro: CLAM/IMS/UERJ, Número especial, outubro de 2005.

HEILBORN, M. L. *Dois é par. Gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

_____ e SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS: Brasília, DF: CAPES, 1999.

IZUMINO, W. P. *Violência contra a mulher no Brasil: acesso à Justiça e a construção da cidadania de Gênero*. Trabalho apresentado no VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel12/WaniaPasinatoIzumino.pdf>. Acessado em 01/06/2006.

KANT DE LIMA, R.; AMORIM, M. S.; BURGOS, M. *Os Juizados Especiais nos sistemas judiciário criminal brasileiro: controvérsias, avaliações e projeções*. http://www.segurancacidade.org.br/biblioteca/texto/k3_juizados.pdf, acessado em 18/07/2005.

KIMMEL, M. A produção de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, 9 (4): 103, 1998.

_____. *La producción teórica sobre la masculinidad: nuevos aportes*. Isis Internacional – Ediciones de las Mujeres, 1992.

MACHADO, L. Z. Atender vítimas, criminalizar violências: dilemas das delegacias da mulher. *Série Antropologia*. Brasília: UNB, 2002. Disponível em <http://unb.br/ics/dan/serie319empdf.pdf> . Acessado em 19/03/2006.

_____. Campo intelectual e feminismo: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero. *Série Antropologia*. Brasília, 1994.

_____. Violência conjugal: Os espelhos e as marcas. *Série Antropologia*. Brasília, 1998.

MARSON, M. I. Da Feminista “Macha” aos homens sensíveis: o feminismo no Brasil e as (des)construções das identidades sexuais. In: *Cadernos IEL*. São Paulo: Arquivo Edgard Leuenroth, 1990.

MONTEIRO, P. e SORJ, B. “SOS Mulher e a luta contra a violência”. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

MORAES, A. F. Violência, conflitos e práticas culturais. Trabalho apresentado no 30º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, 2006.

NASCIMENTO, M. A. F. do. *Desaprendendo o silêncio: uma experiência de trabalho com grupos de homens autores de violência contra a mulher*. Dissertação de mestrado, UERJ/IMS, 2001.

NOLASCO, S. A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: NOLASCO, Sócrates (org.) *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

OLIVEIRA, P. P. de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PERISTIANY, J. G. *Honra e vergonha – valores das sociedades mediterrânea*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

RAMOS, M. S. Um olhar sobre o masculino: reflexões sobre os papéis e representações sociais do homem na atualidade. In: GOLDENBERG, M. (org.) *Novos desejos*, Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROMEIRO, J. *A institucionalização das políticas de combate à "violência conjugal" no Brasil: inovações e controvérsias*. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

ROPA, D.; DUARTE, L. F. D. Considerações teóricas sobre a questão do “atendimento psicológico” às classes trabalhadoras. In: FIGUEIRA, Sérvulo (org.) *Cultura da Psicanálise*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1985.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: MORAES, M. L. Q. de. *Cadernos Pagú: Desdobramentos do feminismo*, 16: 115-136, 2001.

_____. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Violência de gênero no Brasil atual. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: Revinter, 1994.

SALÉM, T. Mulheres Faveladas: com a venda nos olhos. Em *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

_____. O casal igualitário: princípios e impasses. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 9 (3): 24-37, 1989.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, 12 (2), 2004.

SCOTT, J.W. "Gênero: Uma categoria útil para análise histórica." Recife: SOS Corpo, 1991.

SOARES, B. M. Delegacia de atendimento à mulher: questão de gênero, número e grau. In: SOARES, Luis Eduardo (org.). *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER: Relume-Dumará, 1996.

_____. *Mulheres Invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SORJ, B. O feminismo e os dilemas da sociedade brasileira. In: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). *Gênero, democracia e Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

_____ e MORAES, A. F. *Os paradoxos da expansão dos direitos das mulheres no Brasil*, 2005. Comunicação apresentada no Simpósio "O Brasil e as Américas no Novo Milênio", Berlim, Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim e Instituto Ibero-Americano da Fundação Patrimônio Cultural Prussiano, 2-4 de dezembro de 2004 e no XVI International Sociological Association World Congress (ISA), em Durban (África do Sul), em julho de 2006.

SUÁREZ, M. e BANDEIRA, L. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). *Gênero, democracia e Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

VALE DE ALMEIDA, M. *Senhores de Si. Uma interpretação Antropológica da Masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.

VAITSMAN, J. *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VELHO, G. A busca da coerência: coexistência e contradição entre códigos em camadas médias urbanas. In FIGUEIRA, Sérvulo (org). *Cultura da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Individualismo e Cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

VIANNA, A.; LACERDA, P. *Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual*. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos/Instituto de Medicina Social (IMS). Coleção Documentos, 2004.

ANEXO 1 – A HISTÓRIA DOS HOMENS PARTICIPANTES DO GRUPO

Jaime

Idade: 50 anos / Profissão: técnico em segurança do trabalho/ Filhos: 3 / Nível de escolaridade: Segundo Grau incompleto / Bairro: Arsenal / Renda: 1000 reais

Casado há quinze anos. Segundo ele, por várias vezes chegou em casa e percebeu “um tratamento diferenciado” por parte de sua esposa. E toda vez que chegava do trabalho, as filhas do primeiro casamento de sua esposa estavam em sua casa e ele achava que, por isso, ela não lhe “dava aquela atenção devida”. Um dia chegou e as filhas de sua esposa estavam na sua casa, todos já haviam jantado e não sobrou comida pra ele. Por isso, disse que perdeu o controle, pegou a panela e jogou-a na parede, quebrando-a. Como era uma panela de pressão, o barulho foi alto. Quebrou também a cozinha e pratos. Sua esposa, junto com as filhas, foram à delegacia e deram uma queixa. Ele continuou nervoso e, quando elas voltaram, ele ameaçou colocar fogo na casa. Disse que jamais faria isso, que só ameaçou porque era um momento de tensão e estava com raiva.

Segundo ele, sua esposa é “escandalosa” e “agressiva”. As brigas sempre aconteceram, desde o começo do casamento, porém, “foram se agravando com o tempo”. Agradece muito a ela, por ela ser “uma pessoa muito família, muito casa” e “controladora”, porque isso ajudou para que conseguisse fazer as economias para comprar o terreno e construir a casa onde mora.

Acredita que o casamento “não tem mais jeito”. Pretende juntar dinheiro para construir outra casa para ele e assim poder se separar. Porém, afirma que ganha muito pouco e enquanto não consegue juntar o dinheiro para construir outra casa, não pode morar de aluguel. Além disso, não quer ficar longe dos filhos.

Gilmar

Idade: 46 anos / Profissão: Escrevente autorizado / Filhos: 2 filhas / Nível de Escolaridade: Curso Superior em Administração de Empresas / Bairro: Zé Garoto / Renda: 5 mil

Foi casado durante vinte cinco anos e “de uns tempos pra cá as coisas foram mudando, vendo que o relacionamento não estava ficando legal”. Sentiu que a esposa estava diferente, que não queria mais manter relações sexuais com ele. Um dia seu irmão contou que a esposa o estava traindo, mas ele não acreditou e, então, o irmão o levou na casa de algumas pessoas que confirmaram a história. Contratou dois motoqueiros para seguir a esposa, mas durante uma semana “não pegou nada”. Então foi conversar com uma menina que disseram que era cunhada do suposto amante de sua mulher. E ela lhe confirmou a história, disse que os dois eram amantes há cinco anos. Sua esposa, que trabalhava na biblioteca de uma escola, estava tendo um caso com um funcionário de lá. Ele foi para casa e, com raiva, retirou todas as roupas dela do guarda-roupas e jogou no chão da sala. Quando ela chegou, ele jogou as roupas em cima dela. Segundo ele, um cabide bateu no rosto dela, perto do olho e a machucou um pouco. Ela deu queixa na delegacia por agressão. Ele afirma que durante os anos de casamento, nunca foi agressivo com ela e que ela mentiu na delegacia. Disse que a esposa quer retomar o casamento, mas que ele não aceita.

Lúcio

Idade: 47/ Profissão: soldador, mas hoje trabalha no comércio / 2 filhas do primeiro casamento e 4 netos /Escolaridade: 2º grau incompleto / Bairro: Porto da Pedra / Renda: 400 reais

Tem uma namorada há cinco anos. Ele disse que ela tem muito ciúme dele e vivem discutindo por causa disso. Contou que no dia em que a namorada deu queixa contra ele, teria saído do trabalho e ido até a casa dela. Sua namorada começou a discutir com ele, rasgou a sua roupa, o arranhou... E não tinha como ele a agredir, visto que ele estava com as duas mãos ocupadas (estava com uma gaiola de passarinho em uma das mãos e uma bolsa na outra) e ela trancada dentro da casa. Ele disse que as brigas entre eles acontecem por ciúmes, que ela é uma pessoa boa, companheira, o problema dela é ciúme excessivo. Não chegaram a terminar o namoro por causa do que aconteceu.

Pablo

Idade: 48 anos/ Profissão: técnico em contabilidade / Escolaridade: 2º grau / Filhos: 2 filhos do primeiro casamento / Bairro: Tribobó / Renda: 1500 reais

Tem uma companheira há seis anos. É separado da mulher com quem tem dois filhos. Quando se separou estava desempregado e sem dinheiro e foi viver em uma casa praticamente abandonada, sem vidros na janela, sem móveis. Ele não tinha roupas e nem dinheiro pra comprar comida. Nesse momento, uma vizinha começou a ajudá-lo, comprando “alimentação do bom e do melhor”, roupas e estimulando-o. Essa vizinha era casada na época e eles acabaram se envolvendo. O marido dela descobriu o que estava acontecendo e se separaram. Seu marido saiu de casa e levou os filhos com ele e ela foi morar na casa de Pablo, porque ela dizia que estava sem dinheiro, que a haviam roubado e ela não tinha pra onde ir. Ele disse que sempre brigaram muito, porque o temperamento dela é muito difícil, é violenta, agressiva. Não mantém mais relações sexuais, dormem em camas separadas. Ele gostaria de se separar, mas não quer sair de sua casa e deixá-la para ela. A mulher diz que não tem para onde ir e ele sente que tem uma dívida de gratidão com ela, por isso não pode deixá-la desamparada. Ela

fez umas cirurgias e diz está sempre sentindo dores na coluna. Ele também tem problemas cardíacos, tendo realizado uma cirurgia no coração. Um dia discutiram enquanto ela estava na cama, ele se “indispôs” com ela, pegou em seu rosto e o levantou. Segundo ele, não bateu violentamente, nem empurrou... Disse que pode até ser que aquele movimento que ele fez com o rosto dela tenha provocado dor, mas acredita que “ela é um pouco artista”. Ela foi à delegacia e deu queixa de agressão.

José

Jardineiro / Aproximadamente 55 anos / 1 filho / Não alfabetizado

Tem uma companheira há nove anos, com quem tem um filho. Os dois se desentendem porque, segundo ele, todo o dinheiro que ele lhe dá, ela doa para a igreja que frequenta além de querer “obrigá-lo a frequentar a igreja”. Contou que a sua mulher era muito melhor antes de entrar para a igreja e atualmente “o casamento não tem mais jeito”, só agüenta “por causa do filho”. Disse que um dia chegou embriagado em casa e ela o agrediu, disse que ele era “cachaceiro”, e por isso, ele deu um soco nela. Depois conversaram e ele pediu para que quando chegasse embriagado, ela não falasse nada com ele, deixando para falar só no dia seguinte. Segundo ele, ela cumpriu o que ele pediu e não houve mais agressão. Disse que a esposa é muito escandalosa, grita muito. Quando se casaram, ela já morava nesse lote que moram hoje, que “era um barraco cercado de mato”. Ele fez roça no lote, plantou algumas coisas, que ele vende para ajudar na renda da família. Se sente humilhado porque a mulher “sempre joga na cara dele que a casa é dela”. Tem medo de ter que sair de lá e ter que abandonar tudo que construiu. Pretende se separar, mas quer construir uma outra casa dentro do mesmo lote onde vive agora para ele morar com o filho, porém não tem dinheiro para fazer isso.

Leandro

28 anos

Está separado há quatro anos da esposa com quem tem um filho de sete anos. Disse que uma semana antes de sua mulher prestar queixa contra ele, ela o agrediu, rasgou a sua camisa e queria dar uma navalhada na menina que estava com ele. Arrepende-se de não ter prestado queixa contra ela nessa ocasião, já que uma semana depois se desentenderam por causa da criação do filho e nesta ocasião, teria havido agressão mútua. Segundo ele, a mulher teria dado um tapa em seu rosto, ele revidou com outro tapa e ela prestou queixa por isso. Falou que se descontrolou só porque ela o agrediu, que ficou casado por cinco anos e isso nunca aconteceu. Com a separação preferiu se afastar do filho, porque não se dá bem com a ex-mulher. Disse não concordar que sua ex-mulher ande com más companhias (gays e lésbicas) e que estas pessoas convivam com o seu filho. Segundo ele, nunca traiu a esposa e “levava a sério” o casamento.

Pedro

48 anos/ gerente de mercado

Tem uma companheira há dez anos. Quando foram morar juntos, ela já tinha um filho de dois anos, o que ajudou no relacionamento dos dois uma vez que ele sempre sonhou em ter uma família. Depois tiveram uma filha. Disse que realmente agrediu sua esposa porque ela o traiu. Continuam convivendo na mesma casa, mas com separação de corpos. Disse que um não deve satisfação ao outro, cada um chega a hora que quer em casa, que não dorme em casa e não avisa. Disse que o relacionamento com ela “era legal, de uns tempos pra cá que ficou assim”. Só está junto com ela porque acha que a filha ainda não tem idade (10 anos) para agüentar uma separação e que tem medo de que a mulher suma com a sua filha.

ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Idade

Profissão

Estado civil (já foi casado? quantos casamentos?)

Filhos

Nível de escolaridade

Bairro onde mora

Renda

1. Por que foi processado? O que aconteceu?
2. Você continua se relacionando com a mulher que o processou?
3. Você acha que a justiça era a única forma de resolver a situação?
4. Você acredita que o encaminhamento para o grupo foi um acordo justo?
5. Qual era a sua expectativa inicial em relação ao grupo? O que você imaginava que iria acontecer?
6. O que você achou do grupo?
7. Você acha que a participação no grupo mudou a sua vida de alguma forma? (Te ajudou?)
8. Você aprendeu alguma coisa que não sabia?
9. Pra quem terminou o relacionamento: Você gostaria de voltar com sua esposa/namorada? Por quê? Pra quem não terminou o relacionamento: Você acha que a sua participação no grupo modificou de alguma forma o seu relacionamento?
10. Qual a parte do grupo que foi mais interessante pra você?
11. O que você achou dos seus colegas do grupo? Você continua mantendo contato com algum deles?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)